



Religião e sistema jurídico na Roma republicana^{*(a)}

Religion and legal system in republican Rome

Francesco Sini^{**}

REFERÊNCIA

SINI, Francesco. Religião e sistema jurídico na Roma republicana. Tradução de Frederico Paganin Gonçalves e Alfredo de J. Flores. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 58, p. 03-60, ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.146404>.

RESUMO

Essa minha contribuição propõe algumas reflexões sobre a relação entre religião e sistema jurídico romano. Tratarei, em primeiro lugar, de representações modernas erradas (porém um tanto quanto comuns) da religião politeísta romana; debruçarei então sobre as tensões universalistas do sistema, examinando as realidades específicas do *ius divinum* e o complexo mecanismo da *interpretatio* Romana; seguirá a análise da relação entre *religio*, *civitas* e *imperium* do Povo romano; para discutir, enfim, o conceito de *pax deorum* e sua valência (teológica e) jurídica; as conclusões serão dedicadas à tradição documental dos sacerdotes e a sua interação com o Direito e com as instituições.

PALAVRAS-CHAVE

Direito Romano; Roma republicana; religião romana; sistema jurídico-religioso; *pax deorum*.

ABSTRACT

The present contribution reflects on the relation between religion and legal system in Ancient Rome. First, I'll handle some of the wrong (but fairly common) modern representations of polytheist roman religion; then, I'll focus on the universalist tensions of the system, examining the specific realities of the ius divinum and the complex mechanism of the Roman interpretatio; to which will follow an analysis of the relation between religio, civitas and imperium of the Roman people; to then, discuss, finally, the concept of pax deorum and its (theological and) legal strength; the conclusions will be dedicated to the documental tradition of the Roman priests and its interaction with Law and its institutions.

KEYWORDS

Roman Law; (Ancient) Republican Rome; Roman Religion; legal-religious system; pax deorum.

* Texto original em língua italiana: SINI, Francesco. Religione e sistema giuridico in Roma repubblicana. *Archivio Giuridico Sassarese – Rivista internazionale di diritto privato antico e contemporaneo*, VI, p. 31-76, 1999. Houve ainda uma nova publicação posteriormente: SINI, Francesco. Religione e sistema giuridico in Roma repubblicana. *Diritto & Storia*, n. 3, Memorie, p. 01-32, maio 2004. Tradução para a língua portuguesa por Frederico Paganin Gonçalves (Mestrando em Direito, UFRGS; bolsista CAPES-PROEX). Revisão por Alfredo de J. Flores (Prof. Permanente PPGDir-UFRGS). Os tradutores agradecem a autorização dada pelo prof. Sini para a presente tradução e publicação, bem como a aceitação do uso de notas de tradução que foram incorporadas no rodapé.

^(a) *Nota de tradução*: o autor explicitou em nota de rodapé inicial a origem deste texto, o que traduzimos – “Texto da comunicação apresentada no Colóquio Internacional ‘Organizzare l’ordinamento. Federalismo e statualismo. Forme di stato e forme di governo’ (Sassari, 6-7-8 novembro 1997), promovido pela Faculdade de Direito e pelo Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade de Sassari, pela iniciativa da professora Luisa Bussi. O escrito será publicado igualmente nas Atas do Colóquio”.

^{**} Professor titular da Universidade de Sassari. Titular da cadeira de História do Direito Romano da Faculdade de Direito, lecionando “Instituições de Direito Romano” e “Exegese das Fontes do Direito Romano”. Desde 2001 faz um minicurso de Direito Público Romano na “Escola de Especialização em Direito Romano de Moscou”, que é organizado pelo “Centro de Estudo do Direito Romano” e pela Faculdade de Direito da Universidade Estatal de Moscou “M.V. Lomonosov”.





SUMÁRIO

1. Introdução. 2. Representações modernas erradas (porém um tanto quanto comuns) da religião politeísta romana. 3. Tensões universalistas do sistema jurídico-religioso romano: *ius divinum* e *interpretatio Romana*. 4. “*Religione, id est cultu deorum, multo superiores*”: *religio, civitas* e *imperium* do Povo romano. 5. *Pax deorum*. 6. Reflexões conclusivas sobre a tradição documental sacerdotal, Direito e instituições. Referências. Referências em notas de tradução. Dados da publicação.

1 INTRODUÇÃO

Em 29 de setembro (ou talvez 30) de 57 a.C., poucos dias após seu triunfal retorno do exílio, Marco Túlio Cícero introduzia o discurso *De domo sua*, pronunciado, como se sabe, diante do colégio dos pontífices, com estas palavras: “Entre as muitas instituições que os Deuses, ou pontífices, inspiraram a nossos antepassados, não há nenhuma que seja mais bela que aquela vontade de confiar aos próprios homens o culto dos Deuses imortais (“*religiones deorum immortalium*”), como também os supremos interesses da República, a fim de que os mais respeitáveis e ilustres cidadãos viessem a assegurar com seu bom governo a conservação dos cultos, e com uma sábia interpretação da *religio*, a prosperidade da República”^{1(b)}.

Nesse escrito não posso certamente repassar os acontecimentos da casa de Cícero, cuja área, após a condenação ao exílio do orador, havia sido consagrada pelo tribuno da plebe P. Clódio Pulcro², com a intenção de ali se erguer um templo à *Libertas*³; contudo, gostaria de lembrar o valor jurídico e religioso do discurso, que se apresenta como uma fonte muito confiável, e com certeza bem documentada, para o tema do *ius publicum* e do *ius pontificium*⁴. A parte inicial do célebre discurso ciceroniano exprime, então, de maneira realmente vívida, uma convicção profunda da classe dirigente romana; a qual, ainda no primeiro século a.C.,

¹ Cícero. *De domo* 1: “*Cum multa divinitus, pontifices, a maioribus nostris inventa atque instituta sunt, tum nihil praeclarius quam quod eosdem et religionibus deorum immortalium et summae reipublicae praeesse voluerunt, ut amplissimi et clarissimi cives rem publicam bene gerendo religiones, religionibus sapienter interpretando rem publicam conservarent*”.

^(b) Nota de tradução: Tradução nossa com base na versão em italiano que o prof. Sini colocou no corpo do texto.

² Outras fontes: Cícero, *De leg.* 2.42; Plutarco, *Cic.* 33; Cassius Dio 38.17.6. Sobre o episódio, por fim, cf.: BERG, Beverly. Cicero’s Palatine home and Clodius’ shrine of Liberty: alternative emblems of the Republic in Cicero’s *De domo sua*. In: DEROUX, Carl (org.). *Studies in Latin literature and Roman History, VIII*. Bruxelles: Latomus, 1997. p. 122-143. [Collection Latomus, 239].

³ O culto à *Libertas* teve início oficialmente na segunda metade do III século a.C.; justamente naqueles anos, de fato, foi dedicado a essa divindade um templo no Aventino por parte de Tiberius Sempronius Gracchus, cônsul no ano 238 (Tito Lívio 24.16.19). Cf. WISSOWA, Georg. *Religion und Kultus der Römer*. 2ª ed. München: C. H. Beck’sche Verlagsbuchhandlung, 1912. p. 138 et seq.; LATTE, Kurt. *Römische Religionsgeschichte*. München: C. H. Beck’sche Verlagsbuchhandlung, 1960. p. 256; KOCH, C. v. *Libertas*. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. Tomo XIII.1. Stuttgart: J. B. Metzler, 1926. col. 101 et seq.; ROSSI, R. F. v. *Libertas Dea*. In: *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*. Tomo IV. Roma: L. Pasqualucci, 1958. p. 903.

⁴ Às múltiplas problemáticas religiosas e jurídicas confrontadas no discurso ciceroniano, dedicou uma monografia uma estudiosa alemã: BERGEMANN, Claudia. *Politik und Religion im spätrepublikanischen Rom*. Stuttgart: Franz Steiner, 1992 [Palingenesia, 30]. Cf. também: SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983. p. 96 et seq., 172.





reputava de grande utilidade, política e ideológica, reafirmar o valor da inseparável relação que sempre, no curso da história de Roma, legou a religião tradicional às instituições políticas e jurídicas da *res publica* e ao *imperium populi Romani*.

Essa minha contribuição propõe algumas reflexões sobre a relação entre religião e sistema jurídico romano⁵. Tratarei, em primeiro lugar, de representações modernas erradas (porém um tanto quanto comuns) da religião politeísta romana; debruçarei então sobre as tensões universalistas do sistema, examinando as realidades específicas do *ius divinum* e o complexo mecanismo da *interpretatio Romana*; seguirá a análise da relação entre *religio*, *civitas* e *imperium* do Povo romano; para discutir, enfim, o conceito de *pax deorum* e sua valência (teológica e) jurídica; as conclusões serão dedicadas à tradição documental dos sacerdotes e a sua interação com o Direito e com as instituições.

2 REPRESENTAÇÕES MODERNAS ERRADAS (PORÉM UM TANTO QUANTO COMUNS) DA RELIGIÃO POLITEÍSTA ROMANA

Por muito tempo, os estudos sobre a religião politeísta romana vieram a submeter-se ao condicionamento profundo de errôneas impositões historiográficas, as quais eram radicadas extraordinariamente na doutrina contemporânea⁶. Refiro-me, antes de tudo, às posições dos estudiosos que teorizavam a hostilidade permanente entre os povos e a ascensão dos direitos

⁵ Utilizo da expressão “sistema jurídico-religioso” [*“sistema giuridico-religioso”*] no lugar de “ordenamento jurídico”, baseado nas motivações oferecidas em: CATALANO, Pierangelo. *Linee del sistema sovranazionale romano*. Vol. I. Torino: Giappichelli, 1965. p. 30 et seq. (em particular p. 37, n. 75); CATALANO, Pierangelo. *Aspetti spaziali del sistema giuridico-religioso romano. Mundus, templum, urbs, ager, Latium, Italia*. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1978. p. 445 et seq.; CATALANO, Pierangelo. *Diritto e persone: Studi su origine e attualità del sistema romano*. T. I. Torino: Giappichelli, 1990. p. 57. Concordando com este, em parte, também: LOMBARDI, Gabrio. *Persecuzioni, laicità, libertà religiosa: Dall’Editto di Milano alla Dignitatis Humanae*. Roma: Studium, 1991. p. 34 et seq. A validade do conceito de “ordenamento jurídico” está ainda reafirmada nos últimos escritos de Riccardo Orestano: ORESTANO, Riccardo. *Diritto. Incontri e scontri*. Bologna: Il Mulino, 1981. p. 395 et seq.; ORESTANO, R. Le nozioni di ordinamento giuridico e di esperienza giuridica nella scienza del diritto. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, v. 4, p. 959 et seq. (part. p. 964 et seq.), 1985; ORESTANO, R. *Introduzione allo studio del diritto romano*. Bologna: Il Mulino, 1987. p. 348 et seq. A este segue, entre outros: CERAMI, P. *Potere ed ordinamento nell’esperienza costituzionale romana*. 3ª ed. Torino: Giappichelli, 1996. p. 10 et seq. Bem mais pragmática, e nem sempre de acordo com as teses de Orestano, é, porém, a posição de Antonio Guarino: GUARINO, Antonio. *L’ordinamento giuridico romano*. 5ª ed. Napoli: Jovene, 1990. p. 56 et seq.

⁶ Expus e discuti essas impositões historiográficas em alguns estudos precedentes; para tal, cf.: SINI, Francesco. *Bellum nefandum: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1991. p. 28 et seq.; SINI, Francesco. *Populus et religio dans la Rome républicaine*. *Archivio Storico e Giuridico Sardo di Sassari*, v. 2, p. 67 et seq., 1995; SINI, Francesco. *Dai peregrini sacra alle pravae et externae religiones dei baccanali: alcune riflessioni su ‘alieni’ e sistema giuridico-religioso romano*. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 60, p. 49 et seq., 1994 [= *Studi in memoria di Gabrio Lombardi*, I, Roma 1996].





para os estrangeiros como condições primordiais das relações entre os homens⁷; da qual seguiu a convicção que, normalmente, os antigos consideravam a guerra (e não a paz) o estado natural das relações “internacionais”, sempre que não existisse comunidade de etnia, ou se ocorresse de vez em quando a estipulação de tratados⁸.

Não posso proceder, nesta sede, a um exame detalhado da doutrina favorável a tais teses, as quais são aceitas há muito no campo dos estudos romanísticos, quase unanimemente, sobretudo em razão da decisiva influência de Theodor Mommsen⁹. Até mesmo um simples

⁷ Para tal, cf., dentre outros: HEFFTER, A. G. *De antiquo iure gentium prolusio*. Bonnae: In libreria Adolphi Marci, 1823. p. 07; OSENBRÜGGEN, Eduardus. *De iure belli et pacis Romanorum*. Lipsiae: Barth, 1836. p. 08, 16, 36; VOIGT, Moritz. *Die Lehre von ius naturale, aequum et bonum und ius gentium der Römer*. Vol. II. Leipzig: Voigt & Günther, 1858 (reimpr. Aalen: Scientia Verlag, 1966). p. 102 et seq.; JHERING, Rudolf von. *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*. Vol. I (1852). Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1878. p. 225 et seq. [= *L'esprit du droit romain*. I. Paris: 1885 (reimpr. Bologna, 1969). p. 226 et seq.]; MADVIG, J. N. *Die Verfassung und Verwaltung des römischen Staates*. Vol. I. Leipzig: B. G. Teubner, 1882; KARLOWA, Otto. *Römische Rechtsgeschichte*. Leipzig: Veit & Comp, 1881. p. 279 et seq.; FUSINATO, Guido. *Die Feziali e del diritto feziale*: Contributo alla storia del diritto pubblico esterno di Roma. Roma: Coi Tipi del Salviucci, 1884. p. 455 et seq. [Memorie dell'Accademia dei Lincei, ser. III, vol. 13]; PADELETTI, Guido; COGLIOLO, Pietro. *Storia del Diritto Romano*: Manuale ad uso delle scuole. 2ª ed. Firenze: Eugenio e Filippo Cammelli, 1886. p. 67; GIRARD, P. F. *Manuale elementare di diritto romano*. Trad. italiana por C. Longo. Roma-Milano-Napoli: Società Editrice Libreria, 1909. p. 112 et seq., 116; BOUCHÉ-LECLERCQ, Auguste. *Manuel des institutions romaines*. Paris: Hachette, 1909 (reimpr. 1931). p. 343; CUQU, Edouard. *Manuel des institutions juridiques des Romains*. 2ª ed. Paris: Libr. Plon, 1928. p. 98; HUVELIN, Paul. *Etudes d'histoire du droit commercial romain*: ouvrage publié après la mort de l'auteur par H. Lévy-Bruhl. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1929. p. 07 et seq.; HORN, Heinrich. *Foederati*: Untersuchungen zur Geschichte ihrer Rechtsstellung im Zeitalter der römischen Republik und des frühen Prinzipates. Dissert. 1930 Frankfurt Universität. Frankfurt am Main: Voigt & Gleiber, 1930. p. 06 et seq.; LÉVY-BRUHL, Henry. *Esquisse d'une théorie sociologique de l'esclavage*. In: LÉVY-BRUHL, Henry. *Quelques problèmes du très ancien droit romain*: Essai de solutions sociologiques. Paris: E. Domat-Montchrestien, 1834. p. 15 et seq.; FREZZA, Paolo. *Le forme federative e la struttura dei rapporti internazionali nell'antico diritto romano*. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 4, p. 363-428, 1938; DE FRANCISCI, Pietro. *Storia del diritto romano*. Vol. I. Milano: A. Giuffrè, 1943. p. 335; BONFANTE, Pietro. *Storia del diritto romano*. Vol. I. 4ª ed. Edição por G. Bonfante e G. Crifò. Milano: A. Giuffrè, 1958 (1ª ed. 1934). p. 229; DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei Romani*. Nova ed. org. por S. Accame. Firenze: La Nuova Italia, 1979. p. 87; MESLIN, Michel. *L'uomo romano*. Milano: Mondadori, 1981. p. 117.

⁸ Nesse sentido, cf.: MOMMSEN, Theodor. *Das römische Gastrecht und die römische Clientel*. In: MOMMSEN, Theodor. *Römische Forschungen*. Vol. I. Berlin: Weidmann, 1864. p. 326 et seq.; TÄUBLER, Eugen. *Imperium Romanum*: Studien zur Entwicklungsgeschichte des römischen Reiches. Vol. I: Die Staatsverträge und Vertragsverhältnisse. Berlin-Leipzig: Teubner, 1913 (reimpr. Roma, 1964). p. 14 et seq., 29 et seq., 44 et seq.

⁹ MOMMSEN, Theodor. *Römische Geschichte*. Vol. I. Leipzig: Weidmann, 1854 – citada aqui na tradução italiana [MOMMSEN, Theodor. *Storia di Roma antica*. Introd. G. Pugliese Carratelli. Vol. I. Firenze: Sansoni, 1984. p. 192]; MOMMSEN, Theodor. *Das römische Gastrecht und die römische Clientel*. In: MOMMSEN, Theodor. *Römische Forschungen*. Vol. I. Berlin: Weidmann, 1864. p. 319 et seq.; MOMMSEN, Theodor. *Römische Staatsrecht*. Vol. III.1. 3ª ed. Leipzig: Verlag von S. Hirzel, 1887. p. 590 et seq. [= MOMMSEN, Th. *Droit public romain*. Trad. fr. por P. F. Girard. Tomo VI.2. Paris: 1889. p. 206 et seq.]. De qualquer forma, é no *Abriss* que a posição do grande jus-romanista alemão, talvez mesmo por exigências de simplificação, apresenta-se mais claramente: “Di fronte a questa federazione latina, basata sulla comunità di razza e unita in una perpetua comunanza giuridica, le comunità italiane di diversa nazionalità, e in seguito gli Stati stranieri, si trovano in linea di diritto in perpetuo stato di guerra. Oltre i confini della nazione latina non vi ha proprietà territoriale né romana né straniera; l'abitante del territorio, l'*hostis*, più tardi *peregrinus*, è in linea di principio privo di diritto e di pace; l'immutabilità dello stato di guerra di fronte alla nazione di stirpe diversa ha la sua espressione in questo, che con le città etrusche, nelle quali la nazionalità diversa si affacciò per la prima volta ai romani, non vennero altrimenti conclusi trattati se non con termine fisso” [MOMMSEN, Theodor. *Disegno del diritto pubblico romano*. Trad. P.





elenco dos estudiosos que aderiram a essa impostação historiográfica seria demasiado longo; também se nem todos consentiram com a extremização de Eugen Täubler, o qual não se limitou a propugnar a tese da hostilidade natural nas relações “internacionais” da Antiguidade¹⁰, mas levou as suas teorizações a ponto de sustentar que a própria origem dos tratados internacionais fosse a ser investigada na superação do primitivo costume de matar, em cada caso, os inimigos derrotados¹¹. Será suficiente evidenciar como ainda assim, mesmo entre precisões e distinções, estudiosos respeitadíssimos¹² retenham elementos característicos da mais antiga experiência jurídica romana, como a própria hostilidade natural e a falta de proteção jurídica para o estrangeiro¹³.

Bonfante. Milano: Vallardi, 1973 (reimpr. da ed. 1943). p. 91]. Para uma rápida resenha das críticas à doutrina mommseniana, cf. por fim: SINI, Francesco. *Bellum nefandum*: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”. Sassari: Libreria Dessi Editrice, 1991. p. 28 et seq.

¹⁰ “Der Staatsfremde gilt rechtlich als Feind. Der einzelne wie der Staat tritt erst durch eine Rechtshandlung, den Vertrag, aus dem Zustande der natürlichen Feindschaft in den der Verkehrsgemeinschaft” [TÄUBLER, Eugen. *Imperium Romanum*: Studien zur Entwicklungsgeschichte des römischen Reiches. Vol. I: Die Staatsverträge und Vertragsverhältnisse. Berlin-Leipzig: Teubner, 1913 (reimpr. Roma, 1964). p. 01].

¹¹ “Auf den primitivsten Kulturstufen wird man an Tötung aus Angst, Menschenfrass und Menschenopfer denken, als erste Entwicklungsstufe die Wehrwahrung des Fremden als Sklave annehmen müssen. Hier trennt sich dann die Entwicklung des Staatenvertrags und Gastvertrags. Der Unterschied darf nicht darin gesucht werden, dass die Entwicklung des einen vom Staate ausgehen muss, die des anderen von jedem einzelnen ausgehen kann, beruht vielmehr darauf, dass die Entwicklung, die zum Staatsvertrag führt, den Gefangenen zum Geisel macht, ihn für die Gemeinschaft, welcher er angehört, bürgen lässt, die zum Gastvertrage führende dagegen den Fremden nicht in Beziehung zu einem dritten setzt und deshalb nicht zu dessen Bürgen umwandelt vielmehr den Sklaven zum freien Mann und den freien Mann vertragsmässig als Eigenbürgen zum Gastfreund macht” [TÄUBLER, Eugen. *Imperium Romanum*: Studien zur Entwicklungsgeschichte des römischen Reiches. Vol. I: Die Staatsverträge und Vertragsverhältnisse. Berlin-Leipzig: Teubner, 1913 (reimpr. Roma, 1964). p. 406-407; cf. p. 402 et seq.].

¹² Cf.: BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Vol. I: Économie, parenté, société. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969. p. 355 et seq. (particularmente, p. 361); PIGANOL, André. *Le conquiste dei Romani*. Trad. italiana por F. Coarelli. Milano: Il Saggiatore, 1971. p. 147 et seq.; GUARINO, Antonio. *Storia del Diritto Romano*. 7ª ed. Napoli: Jovene: 1987. p. 82. Outros destacaram, principalmente, a falta de direitos para o estrangeiro: FREZZA, Paolo. *Corso di storia del diritto romano*. 3ª ed. Roma: Studium, 1974. p. 210. Mais recentemente: BRETONI, Mario. *Storia del diritto romano*. Roma-Bari: Laterza, 1987. p. 129; PASTORI, Mario. *Gli istituti romanistici come storia e vita del diritto*. 2ª ed. Milano: Cisalpino, 1988. p. 175; TALAMANCA, Mario. *Lineamenti di storia del diritto romano*. Milano: Giuffrè, 1989. p. 154; TALAMANCA, Mario. *Istituzioni di diritto romano*. Milano: Giuffrè, 1990. p. 103.

¹³ A posição de Täubler, e mais amplamente a tese da hostilidade natural, foi submetida a aferradas críticas na Alemanha, por parte de Heuss: HEUSS, Alfred. *Die völkerrechtlichen Grundlagen der römischen Aussenpolitik in republikanischer Zeit*. Leipzig: Dieterich, 1933. p. 04 et seq., 12 et seq., 18 et seq. [*Klio*, Beiheft 31, Neue Folge 18]. E sobre o papel desse estudioso na historiografia alemã contemporânea, cf: CHRIST, Karl. *Römische Geschichte und deutsche Geschichtswissenschaft*. München: Beck, 1982. p. 245. E na Itália, por parte de F. de Martino: DE MARTINO, Francesco. *Storia della costituzione romana*. Vol. II. 2ª ed. Napoli: Jovene, 1973 (1ª ed. 1954). p. 13 et seq. (em particular, p. 39 et seq., 46 et seq.); DE MARTINO, Francesco. L’idea della pace a Roma dall’età arcaica all’impero. *Roma Comune*, anno XII, n. 45, aprile-maggio 1988, p. 86 et seq. [na origem, trata-se de palestra lida em Campidoglio na inauguração do VIII Seminario Internazionale di Studi Storici, ‘Da Roma alla terza Roma’, em 21 abril 1988]. Sobre a contribuição do ilustre estudioso italiano aos estudos históricos e jurídicos da Antiguidade, cf. as importantes contribuições: CASAVOLA, Francesco. L’opera storica di Francesco De Martino. *Labeo*, v. 24, p. 07-19, 1978; CASAVOLA, Francesco. Francesco De Martino storico. *Index*, v. 18, p. XV et seq., 1990; SPAGNUOLO VIGORITA, Tullio. Francesco De Martino: Il fascino della storia. In: *Au-delà des frontières. Mélanges de droit romain offerts à Witold Wołodkiewicz*. Vol. II. Varsovie: Liber, 2000. p. 967-977 [Nota de tradução: o livro referido, constante só na primeira versão do texto de Sini, também foi publicado





Frequentemente, esses motivos se entrelaçam na doutrina com a teorização oitocentista da “liberdade dos antigos”, que de fato negava a existência de liberdades individuais nos sistemas jurídicos-religiosos da Antiguidade grega e romana. A formulação mais notável de tais teses se lê nas páginas do célebre discurso “Da liberdade dos antigos comparada àquela dos modernos”¹⁴, pronunciado em 1819 na Universidade de Paris por Benjamin Constant¹⁵:

Assim junto aos antigos, o indivíduo, soberano quase habitualmente nos negócios públicos, é escravo em todas as relações privadas. Como cidadão, ele decide sobre a paz e a guerra; como particular, ele está circunscrito, observado, reprimido em todos os seus movimentos; como porção do corpo coletivo, ele interroga, destitui, condena, despoja, exila, fere de morte seus magistrados ou seus superiores, como submetido ao corpo coletivo, ele pode por sua vez ser privado de seu estado, despojado de suas dignidades, banido, morto, pela vontade discricionária da coletividade do qual ele faz parte^(c).

Revista Diritto@Storia: <<https://www.dirittoestoria.it/demartino/Spagnuolo-Vigorita-De-Martino.htm>>]; por fim, são verdadeiramente conclusivas as pesquisas de Catalano: CATALANO, Pierangelo. *Linee del sistema sovranazionale romano*. Vol. I. Torino: Giappichelli, 1965. p. 08 et seq., 51 et seq.; CATALANO, Pierangelo. *Diritto e persone: Studi su origine e attualità del sistema romano*. T. I. Torino: Giappichelli, 1990. p. IX et seq., 10 et seq.

¹⁴ CONSTANT, Benjamin. De la liberté des anciens comparée à celle des modernes. In: CONSTANT, Benjamin. *Œuvres politiques*. Paris: Charpentier et Cie., 1874. p. 285 et seq. [= CONSTANT, Benjamin. La libertà degli antichi paragonata a quella dei moderni. In: CONSTANT, Benjamin. *Antologia di scritti politici*. Edizione di Antonio Zanfarino. Bologna: Il Mulino, 1962. p. 36 et seq. (nova edição em 1982), com uma breve discussão sobre a complexa figura de Constant, com a bibliografia essencial, na introdução do organizador]. “L’explication de l’idéologie de Constant et la chronologie de sa vie” constituiu o objeto do mais recente e preciso trabalho de K. Kloocke: KLOOCKE, Kurt. *Benjamin Constant: Une biographie intellectuelle*. Genève-Paris: Droz, 1984 [para os anos que aqui nos interessam, cf. em particular, p. 215 et seq.].

¹⁵ CONSTANT, Benjamin. La libertà degli antichi paragonata a quella dei moderni. In: CONSTANT, Benjamin. *Antologia di scritti politici*. Edizione di Antonio Zanfarino. Bologna: Il Mulino, 1962. p. 39. Para uma reflexão mais geral sobre o tema da liberdade dos modernos, remeto ao importante trabalho de Zanfarino: ZANFARINO, Antonio. *La libertà dei moderni nel costituzionalismo di Benjamin Constant*. Milano: Giuffrè, 1961. Por outro lado, quanto à influência do pensador francês em relação à historiografia alemã, cf.: CATALANO, Pierangelo. *Tribunato e resistenza*. Torino: Paravia, 1971. p. 01 et seq.; CATALANO, Pierangelo. *Populus Romanus Quirites*. Torino: Giappichelli, 1974 (1970). p. 07 et seq., 26 et seq.

^(c) *Nota de tradução*: A tradução deste trecho tradicional do pensamento político moderno segue aqui a versão que é mais usual atualmente no Brasil, do colega Marcelo Consentino, publicado no Caderno *Estado da Arte*, do jornal *Estado de São Paulo*, 20/08/2021 [Disponível em: <<https://estadodaarte.estadao.com.br/historia/da-liberdade-dos-antigos-comparada-aquela-dos-modernos/>>]. No texto original, Sini cita a tradução italiana, como está na nota *supra*, da seguinte forma: “Così, presso gli antichi, l’individuo, quasi sempre sovrano negli affari pubblici, è schiavo in tutti i suoi rapporti privati. Come cittadino, decide della pace e della guerra; come privato è limitato, osservato, represso in tutti i suoi movimenti; come membro del corpo collettivo, interroga, destituisce, giudica, spoglia, esilia, manda a morte i suoi magistrati e i suoi superiori; come sottoposto al corpo collettivo può a sua volta essere privato del suo stato, spogliato delle sue dignità, messo al bando, condannato a morte, dalla stessa volontà discrezionale del corpo sociale cui appartiene”.





Tanto a hostilidade natural, quanto a ausência de liberdade individual¹⁶ são atribuídas a inibições religiosas, não somente pelo grande teórico do pensamento liberal¹⁷, como até por N. D. Fustel de Coulanges¹⁸, finíssimo historiador e comparatista, do qual é bem conhecida a extraordinária intuição sobre o papel fundamental da religião nas instituições antigas¹⁹. Na obra

¹⁶ O tema da liberdade dos antigos, com particular referência à experiência romana, foi revisitado, em tempos mais vizinhos a nós: WIRSZUBSKI, Chaim. *Libertas: Il concetto politico di libertà a Roma tra Repubblica e Impero*. Appendice di A. Momigliano. Bari: Laterza, 1957; CRIFÒ, Giuliano. Su alcuni aspetti della libertà in Roma. *Archivio Giuridico*, v. 154, p. 03-72, 1958 (com amplas referências bibliográficas sobre a doutrina que negava a existência da liberdade individual entre os antigos na p. 07, n. 13); CRIFÒ, Giuliano. *Libertà e uguaglianza in Roma antica: L'emersione storica di una vicenda istituzionale*. 2ª ed. Roma: Bulzoni, 1984 [coleção de ensaios, dos quais os mais particularmente significativos são "Libertà e uguaglianza in Roma" (p. 07 et seq.), "Staatliche Ordnung und Freiheit" (p. 183 et seq.), "Diritti della personalità e diritto romano cristiano" (p. 269 et seq.)]; BLEICKEN, J. Der Begriff der Freiheit in der letzten Phase der römischen Republik. *Historische Zeitschrift*, v. 195, p. 01-20 (esp. p. 03 et seq.), 1962; BLEICKEN, J. *Staatliche Ordnung und Freiheit in der römischen Republik*. Kallmünz: Lassleben, 1972; BRUNO, Luigi. *Libertas plebis* in Tito Livio. *Giornale Italiano di Filologia*, v. 19, p. 107-130, 1966; HELLEGOUARC'H, Joseph. *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la République*. 2ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972. p. 546 et seq.; LANA, Italo. La libertà nel mondo antico. In: LANA, Italo. *Studi sul pensiero politico classico*. Napoli: Guida, 1972. p. 13 et seq.; de Lana, cf, também o mais recente: LANA, Italo. *Studi sulla libertà nell'antica Roma: Corso di letteratura latina*. Torino: Giappichelli, 1991; KOHNS, H. P. *Libertas populi und libertas civium* in Ciceros Schrift *De re publica*. In: LIPPOLD, Adolf; HIMMELMANN, N. (org.). *Bonner Festgabe Johannes Straub zum 65. Geburtstag*. Bonn: Rheinland Verlag-Habelt, 1977. p. 201 et seq.; NICOLET, Claude. *Il mestiere di cittadino nell'antica Roma*. Roma: Editori Riuniti, 1980. p. 404 et seq.; BRUNT, P.A. *Libertas in the Republic*. In: BRUNT, P. A. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford/New York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1988. p. 281 et seq.

¹⁷ Para obra de Constant, para além da "La libertà degli antichi paragonata a quella dei moderni" (*op. cit.* p. 39 et seq., 52 et seq.), cf. com particular atenção: CONSTANT, Benjamin. *Lo spirito di conquista*. Introd. G. Calogero. Roma: Atlantica, 1945. p. 13 et seq. [trad. italiana da primeira parte de *De l'esprit de la conquête et de l'usurpation dans les rapports avec la civilisation européenne* (1814)]. Para o aspecto propriamente religioso, cf. a obra póstuma: CONSTANT, Benjamin. *Du polythéisme romain considéré dans ses rapports avec la philosophie grecque et la religion chrétienne: ouvrage posthume de Benjamin Constant; précédé d'une introduction, par M. J. Matter*. Tomo II. Paris: Béchet aîné, 1833.

¹⁸ FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Hachette, 1864; para as citações, sigo o texto da reedição de 1984, organizada por F. Hartog, a cujo "Préface" reenvio para a bibliografia essencial; para tal, cf.: HARTOG, François. Préface. In: FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984.

¹⁹ "La comparaison des croyances et des lois montre qu'une religion primitive a constitué la famille grecque et romaine, a établi le mariage et l'autorité paternelle, a fixé les rangs de la parenté, a consacré le droit de la propriété et le droit d'héritage. Cette même religion, après avoir élargi et étendu la famille, a formé une association plus grande, la cité, et a régné en elle comme dans la famille. D'elle sont venues toutes les institutions comme tout le droit privé des anciens. C'est d'elle que la cité a tenu ses principes, ses règles, ses usages, ses magistratures" (FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 03-04). A propósito do grande estudioso francês, de forma aguda, escreveu Momigliano: "Con Fustel de Coulanges si percepisce il caratteristico inizio di quella che è la caratteristica storiografia francese del mondo antico nei suoi elementi distintivi dalla storiografia tedesca del mondo antico" (MOMIGLIANO, Arnaldo. La città antica di Fustel de Coulanges. *Rivista storica italiana*, v. 82, p. 81, 1970; também em: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Vol. I. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1975. p. 159). A influência das teses de Fustel de Coulanges sobre a ciência romanística francesa está bem evidenciada em: GAUDEMET, Jean. Tendances et méthodes en droit romain. *Revue Philosophique*, v. 145, p. 151, 1955; FERNÁNDEZ-BARREIRO, Alejandro. *Los estudios de derecho romano en Francia después del código de Napoleón*. Roma-Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1970. p. 54. Naturalmente, não faltaram críticas, já no Oitocentos. Cf., por exemplo: ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. D'. Réponse à M. Fustel de Coulanges. In: ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. D'. *Recherches sur l'origine de la propriété foncière, et des Noms de lieux habités en France*. Paris: E. Thorin, 1890. p. XXIII-





do eminente historiador francês se colhe a recusa mais categórica das instituições antigas como modelo político, pelo que Fustel de Coulanges identificava nessas a matriz ideológica dos excessos radicais-democráticos da Revolução francesa e das revoluções da primeira metade do século XIX²⁰. Portanto, com sua “cidade antiga”, Fustel de Coulanges acreditava ter demonstrado não somente que a exclusão do estrangeiro da esfera jurídica cidadina resultava determinada exclusivamente pela base da diversidade de religiões (“O estrangeiro, por outro lado, não participando da religião, não tinha nenhum direito”²¹), mas que propriamente no caráter essencialmente religioso da organização comunitária antiga se radicava a negação da liberdade individual dos cidadãos²².

XXXI. Por outra perspectiva, mais recente, cf.: AMPOLO, Carmine. Le origini di Roma e la «Cité antique». *Mélanges de l'École Française de Rome*, Antiquité, v. 92(2), p. 567-576, 1980; WARNKE, Camilla. Antike Religion und antike Gesellschaft: wissenschaftshistorische Bemerkungen zu Fustel de Coulanges «Cité antique». *Klio*, v. 68, p. 287-304, 1986.

²⁰ “L’idée que l’on s’est faite de la Grèce et de Rome a souvent troublé nos générations. Pour avoir mal observé les institutions de la cité ancienne, on a imaginé de les faire revivre chez nous. On s’est fait illusion sur la liberté chez les anciens et pour cela seul la liberté chez les modernes a été mise en péril. Nos quatre-vingts dernières années on montré clairement que l’une des grandes difficultés qui s’opposent à la marche de la société moderne est l’habitude qu’elle a prise d’avoir toujours l’antiquité grecque et romaine devant les yeux” [FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 02]. Cf.: CANFORA, Luciano. *Ideologie del classicismo*. Torino: Einaudi, 1980. p. 18 et seq.

²¹ FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 230 [FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La città antica*. Trad. G. Perrota. Firenze: Sansoni, 1972 (orig. 1924). p. 234]. O grande estudioso argumentava por sua tese constatando que: “Un témoignage de cette antique sentiment de répulsion nous est testé dans un des principaux rites du culte romain; le pontife, lorsqu’il sacrifie en plein air, doit avoir la tête voilée, «parce qu’il ne faut pas devant les feux sacrés, dans l’acte religieux qui est offert aux dieux nationaux, le visage d’un étranger se montre aux yeux du pontife; les auspices en seraient troublés” [FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 228 (edição italiana, p. 232)]. A última parte corresponde à tradução de *Aen.* 3.406-407 (“ne qua inter sanctos ignis in honore deorum / hostilis facies occurrat et et omina turbet”), com a precisão que “hostilis facies, dans Virgile, signifie le visage d’un étranger”. No trecho aí citado me parece por tudo evidente o exagero presente na tradução do verso virgiliano proposta por Fustel; de fato, como em outro momento pude mostrar (SINI, Francesco. *Bellum nefandum: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1991. p. 152 et seq.), Virgílio em *Aen.* 3.407 usa o adjetivo *hostilis*, não com o antigo significado de “estrangeiro”, mas seguindo o uso linguístico corrente em seu tempo, que é simplesmente aquele sentido de “inimigo”.

²² De particular interesse sobre o tema se apresenta a frase que o grande historiador francês escreve no início do capítulo XVIII (de título «*De l’omnipotence de l’État; les anciens n’ont pas connu la liberté individuelle*») do terceiro livro: “La cité avait été fondée sur une religion et constituée comme une Église. De là sa force; de là aussi son omnipotence et l’empire absolu qu’elle exerçait sur ses membres. Dans une société établie sur de tels principes, la liberté individuelle ne pouvait pas exister. Le citoyen était soumis en toutes choses et sans nulle réserve à la cité; il lui appartenait tout entier. La religion qui avait enfanté l’État, et l’État qui entretenait la religion, se soutenaient l’un l’autre et ne faisaient qu’un; ces deux puissances associées et confondues formaient une puissance presque surhumaine à laquelle l’âme et le corps étaient également asservis” [FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 265 (edição italiana, p. 269)]. Bastante significativo também quando se lê no seguinte capítulo: “Les anciens ne connaissaient donc ni la liberté de la vie privée, ni la liberté de l’éducation, ni la liberté religieuse. La personne humaine comptait pour bien peu de chose vis-à-vis de cette autorité sainte et presque divine qu’on appelait la patrie ou l’État. L’État n’avait pas seulement, comme dans nos sociétés modernes, un droit de justice à l’égard des citoyens. Il pouvait frapper sans qu’on fût coupable et par cela seul que son intérêt était en jeu” [FUSTEL DE COULANGES, N. D.





Discutindo a separação entre direito “divino” e direito “humano” na Roma antiga, Rudolph von Jhering, em uma célebre página de seu *Geist des römischen Rechts*, sublinhava o caráter originário, e impresso em tal separação, da antítese *fas/ius*: quase como que se o Povo romano desde suas origens “queria constatar sua missão para o mundo jurídico”^(d); também depois o grande estudioso alemão, com o distintivo senso histórico que o caracterizava, não poderia eximir-se de relevar quanto essa separação fosse, antes de tudo, teórica²³.

Essa posição exerceu notável influência sobre a doutrina que a sucedeu, a qual, de maneira praticamente unânime, compreendia como peculiaridade tipicamente romana o fato de que, dentre os povos da Antiguidade, “o romano distinguiu, mais prontamente que os outros, a religião do Direito, e essa foi uma causa de seu progresso”²⁴.

Devemos a Fritz Schulz, nos anos trinta do séc. XX, a mais clara teorização do processo de separação entre religião e Direito na experiência jurídica romana, com a formulação da célebre teoria da “*Isolierung*” [“*Isolamento*”], que se lê no homônimo capítulo dos *Prinzipien des römischen Rechts* [“*Princípios de Direito Romano*”]²⁵. O estudioso alemão entendia, inclusive, que a maior glória da jurisprudência romana consistisse na sua capacidade “de

La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome. Paris: Flammarion, 1984. p. 268 (edição italiana, p. 272)].

^(d) *Nota de tradução*: no original do texto, o professor Sini colocou em francês a expressão destacada. Eis: «voulu constater sa mission pour le monde juridique».

²³ JHERING, Rudolf von. *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*. Vol. I. Leipzig: Breitkopf und Häften, 1852. Citado da tradução francesa: “Chez le peuple grec, cette séparation ne s’est faite que dans les temps historiques; chez le peuple romain, au contraire, elle se fit à l’origine des siècles. Dès sa première apparition, ce peuple apporte avec lui l’antithèse du *fas* et du *jus*, qui porte l’empreinte de cette séparation, comme si dès le principe il avait voulu constater sa mission pour le monde juridique et son pouvoir d’analyse. *Fas*, c’est le droit religieux, saint ou révélé. Il comprend aussi bien la religion, en tant qu’elle prend un aspect juridique (dans notre langage actuel, le droit ecclésiastique) que le droit privé et public, en tant qu’il a un côté religieux” [JHERING, Rudolf von. *L’esprit du droit romain, dans les diverses phases de son développement*. Vol. I. Paris: A. Marescq, 1886 (reimpr. Bologna, 1969). p. 267 et seq.]. Cf. também a tradução italiana da primeira edição, com acréscimos e mudanças do autor ou por ele aprovados, e com um prefácio do tradutor: JHERING, Rudolf von. *Lo spirito del diritto romano nei diversi gradi del suo sviluppo*. Trad. L. Bellavite. Milano: Pirota, 1855. p. 208 et seq. Mais geralmente, sobre a contribuição do grande jurista alemão à ciência jurídica contemporânea, cf. a breve síntese de Wieacker: WIEACKER, Franz. *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit unter besonderer Berücksichtigung der deutschen Entwicklung*. Vol. II. 2ª ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1967 [citada na tradução italiana: WIEACKER, Franz. *Storia del diritto privato moderno*. Vol. II. Milano: Giuffrè, 1980. p. 150 et seq. (com referências bibliográficas essenciais)]; e de Orestano: ORESTANO, Riccardo. *Introduzione allo studio storico del diritto romano*. Torino: Giappichelli, 1963. p. 278 et seq. (com outra bibliografia). Ainda, quanto aos “elementos por uma renovada visão histórica”, presentes na obra de Jhering, remetemos ao sugestivo tratamento dado por Catalano: CATALANO, Pierangelo. *Populus Romanus Quirites*. Torino: Giappichelli, 1974 (1970). p. 64 et seq.

²⁴ PADELETTI, Guido; COGLIOLO, Pietro. *Storia del Diritto Romano: Manuale ad uso delle scuole*. 2ª ed. Firenze: Eugenio e Filippo Cammelli, 1886. p. 21, n. X. No mesmo sentido ver, dentre outros: MITTEIS, Ludwig. *Das römische Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians*. Vol. I: Grundbegriffe und Lehre von den juristischen Personen. Leipzig: Duncker & Humblot, 1908. p. 22 et seq.; FERRINI, Contardo. *Fas*. In: *Nuovo Digesto Italiano*. Tomo V. Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1938. col. 919.

²⁵ SCHULZ, Fritz. *Prinzipien des römischen Rechts*. München: Duncker & Humblot, 1934; SCHULZ, Fritz. *I principii del diritto romano*. Trad. V. Arangio-Ruiz. Firenze: Sansoni, 1949. p. 16 et seq.

SINI, Francesco. Religião e sistema jurídico na Roma republicana.
Tradução de Frederico Paganin Gonçalves e Alfredo de J. Flores.

Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, n. 58, p. 03-60, ago. 2025.

ISSN: 0104-6594. E-ISSN: 2595-6884. DOI: <https://doi.org/10.22456/0104-6594.146404>.





distinguir o Direito do não-Direito, de delimitar o campo do Direito e de reduzir o ordenamento jurídico a um sistema autônomo”²⁶.

A teoria de Schulz teve vasto seguimento na doutrina: bastará recordar, sem qualquer pretensão de completude, as posições de Max Kaser (de acordo com o qual, na Roma arcaica, “o homem primitivo foi, a pressupostos de caráter religioso, muito mais legado de suas evoluções posteriores, e a progressiva ‘laicização’ de suas concepções se enquadra no desenvolvimento histórico geral de civilização”)²⁷, de Carlo Gioffredi (na experiência romana não teria havido nunca mistura entre religião e Direito, mas somente uma sobreposição de planos diferentes)²⁸, de Giovanni Pugliese (esse estudioso, mais cauteloso, avizinha-se apenas em parte das teses de Schulz, quando escreve: “Ninguém duvida que, no período romano primitivo, religião e Direito estiveram intrinsecamente conectados, se bem incertezas possam reinar entre os estudiosos acerca da intensidade e dos modos de tais conexões”)²⁹ e, por fim, aquelas mais recentes de Franz Wieacker, pelo qual não há necessidade em postular uma identidade originária entre a esfera da vida religiosa e a esfera da vida jurídica³⁰, enquanto

²⁶ SCHULZ, Fritz. *I principii del diritto romano*. Trad. V. Arangio-Ruiz. Firenze: Sansoni, 1949. p. 17-18. Mas “anche entro il dominio del diritto procede il lavoro di separazione e di isolamento” [também dentro do domínio do Direito procede o trabalho de separação e de isolamento]: assim, para Schulz, desde o princípio da era republicana, foram claramente separados “il diritto sacro ed il profano” [o direito sacro e o profano] (p. 22-23); ao que segue a separação “ainda mais importante” do “Direito público e do privado” (p. 23-24) e, por fim, “anche entro il diritto privato si opera una separazione ulteriore” [também dentro do Direito privado se opera uma separação ulterior] (p. 28). Uma decidida posição “contra o ‘isolamento’ do Direito e contra o evolucionismo” é expressa em: CATALANO, Pierangelo. Per lo studio dello *ius divinum*. *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 33, p. 129-153, 1962; CATALANO, Pierangelo. La religione romana “internamente”: il punto di vista giuridico. *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 62, p. 148 et seq., 1996. Para um entendimento alternativo ao de Schulz, cf. sobretudo: ORESTANO, Riccardo. Dal *ius* al *fas*. Rapporto fra diritto divino e umano in Roma dall’età classica. *Bullettino dell’Istituto di Diritto Romano*, v. 46, 194 et seq., 1939 (1940); ORESTANO, Riccardo. *I fatti di normazione nell’esperienza romana arcaica*. Torino: Giappichelli, 1967. p. 99 et seq.; VOICI, Pasquale. Diritto sacro romano in età arcaica. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 19, p. 49 et seq., 1954 [= VOICI, Pasquale. *Scritti di diritto romano*. Vol. I. Padova: CEDAM, 1985. p. 226 et seq.].

²⁷ KASER, Max. Religione e diritto in Roma arcaica. *Annali del Seminario Giuridico dell’Università di Catania*, v. 3, p. 77 et seq., 1948-49 [o ensaio foi publicado mais recentemente, com o mesmo título e sem quaisquer mudanças, em: SCHERMAIER, Martin Josef; VÉGH, Zoltan (orgs.). *Ars boni et aequi*: Festschrift für Wolfgang Waldstein zum 65. Geburtstag. Stuttgart: Steiner, 1993. p. 151 et seq.]. Cf. também: LATTE, Kurt. Religiöse Begriffe in frühromischen Recht. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, v. 67, p. 47-61, 1950.

²⁸ “Nel delimitare l’ambito del fatto giuridico non si può guardare soltanto all’aspetto estrinseco e formale della giuridicità: l’organo da cui deriva la norma, e la coattività della medesima. V’è innanzi tutto l’aspetto sostanziale, quello dell’interesse che sta a base del rapporto giuridico e ne costituisce l’essenza. Ora, perché si possa dire che v’è un nesso organico tra diritto e religione, occorre che quest’ultima costituisca l’interesse giuridicamente tutelato. Se la religione opera soltanto al momento della sanzione, v’è qualcosa che rende l’atto non intrinsecamente religioso, ed è qui il principio di diversificazione tra religione e diritto” (GIOFFREDI, Carlo. Religione e diritto nella più antica esperienza romana. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 20, p. 261, 1954).

²⁹ PUGLIESE, Giovanni. L’autonomia del diritto rispetto agli altri fenomeni e valori sociali nella giurisprudenza romana. In: *La storia del diritto nel quadro delle scienze storiche: Atti del primo Congresso Internazionale della Società Italiana di Storia del diritto*. Firenze: Olschki, 1966. p. 162.

³⁰ WIEACKER, Franz. *Römische Rechtsgeschichte: Quellenkunde, Rechtsbildung, Jurisprudenz und Rechtsliteratur*. Vol. I. München: C. H. Beck, 1988. p. 318 et seq.





insiste na “*Isolierung*” do *ius* como “*Teilsystem*” [“*Subsistema*”], que tem origem nas representações jurídicas da era arcaica e na sabedoria especialista do colégio dos pontífices³¹.

Parece-me possível concluir essa parte da exposição relevando a insuficiência de conceitos modernos – tais como “hostilidade natural”, “liberdade individual”³², “isolamento” e “laicização”³³ – para compreender um fenômeno complexo como aquele da religião politeísta romana, a qual sempre foi capaz de fazer coexistir, em seu âmbito, as exigências culturais particularistas do povo romano e a tensão universalista de sua teologia e de seu Direito.

3 TENSÕES UNIVERSALISTAS DO SISTEMA JURÍDICO-RELIGIOSO ROMANO: *IUS DIVINUM E INTERPRETATIO ROMANA*

Ao tratar das tensões universalistas do sistema jurídico-religioso romano, não quero enfrentar a questão da liberdade individual na Roma antiga: problema esse que não é, todavia, irrelevante, sobretudo para os que assumem as categorias de “tolerância” ou “intolerância” enquanto parâmetros de indagação sobre a religião politeísta romana³⁴.

Vendo melhor, de resto, isso da tolerância é um motivo aceito quase de maneira concorde na doutrina³⁵; tanto que, sobre esse ponto, parece-me ser possível convir com as

³¹ “Auf der anderen Seite liess die in den Ursprüngen der römischen Rechtsvorstellung und der Spezialisierung des pontificalen Expertenwissens angelegte Isolierung des im *Ius* repräsentierten Teilsystems eine unmittelbare Anwendung oder eine genaue Abbildung der ausserrechtlichen Wertungen in der rechtlichen Verhaltensordnung nicht zu” [WIEACKER, Franz. *Römische Rechtsgeschichte: Quellenkunde, Rechtsbildung, Jurisprudenz und Rechtsliteratur*. Vol. I. München: C. H. Beck, 1988. p. 503; cf. também p. 322 et seq.].

³² Para uma recente discussão sobre o problema de “liberdade na Roma arcaica e republicana”, cf.: LOMBARDI, Gabrio. L’editto di Milano del 313 e la laicità dello Stato. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 50, p. 10 et seq., 1984, o qual se propõe a “chiarire come la consapevolezza del fondamento dell’autonomia dell’uomo sia sostanzialmente mutata a seguito del diffondersi del cristianesimo”; LOMBARDI, Gabrio. *Persecuzioni, laicità, libertà religiosa: Dall’Editto di Milano alla “Dignitatis humanae”*. Roma: Studium, 1991.

³³ Sobre essas questões, ver, brevemente, as reflexões pontuais em: CATALANO, Pierangelo; SINISCALCO, Paolo. Laicità tra diritto e religione. Documento introduttivo del XIV Seminario “Da Roma alla Terza Roma”. *Index*, v. 23, p. 461-470, 1995 (em particular, o parágrafo 5: “Laicizzazione della giurisprudenza e cosiddetta ‘Isolierung’ del diritto”, p. 463): “Il sistema romano antico, sia precristiano sia cristiano, non conosce l’isolamento del diritto rispetto alla morale o alla religione. Non vi è isolamento del diritto nell’età repubblicana (*‘ius civile in penetralibus pontificum repositum erat’*, Liv. 4.3.9), né nell’impero cristiano (*‘publicum ius in sacris, in sacerdotibus, in magistratibus consistit’*, D. 1.1.1.2). Quanto alla giurisprudenza, significativa è la definizione contenuta in D. 1.1.10.2: *‘divinarum atque humanarum rerum notitia, iusti atque iniusti scientia’* [...] È corrente poi nella dottrina romanistica l’uso del termine «laico» per indicare i giuristi non sacerdoti (onde si parla di laicizzazione della giurisprudenza)”.

³⁴ Sobre o estado da questão, cf.: ADRIANI, Maurilio. Tolleranza e intolleranza religiosa nella Roma antica. *Studi Romani*, v. 6, p. 507-519 (esp. p. 507), 1958.

³⁵ Cf. nesse sentido, por exemplo, R. Bloch [BLOCH, Raymond. La religione romana. In: PUECH, Henri-Charles (Org.). *Storia delle religioni*. Vol. I.2.: L’Oriente e l’Europa nell’antichità. Trad. Maria Novella Pierini. Roma-Bari: Laterza, 1976. p. 554 et seq.], o qual indica a abertura e a tolerância a divindades estrangeiras como “un’espressione singolare e affascinante della religione romana” [uma expressão singular e fascinante da religião





reflexões de Marta Sordi, segundo a qual estaria a concepção teológica e jurídica da *pax deorum* – que foi também “o centro da polêmica contra o Cristianismo e foi a raiz de muitas (e certamente das mais importantes) iniciativas persecutórias” – a constituir “motivo de tolerância e princípio de liberdade religiosa” para os outros grupos religiosos, estranhos à tradição romana; assegurando nos fatos “o reconhecimento à consciência dos indivíduos, por parte da autoridade romana, de uma sorte de liberdade religiosa”³⁶.

No que além à religião romana, emergiram das fontes antigas testemunhos inequívocos de uma religião efetivamente exclusivista, desde sua fase primordial³⁷; bastará recordar como a própria memória dos pontífices romanos apresenta a coexistência de cultos pátrios e peregrinos – regulamentada naturalmente pela ciência sacerdotal – como dado originário, e entre os mais característicos, da reforma religiosa de Numa Pompílio³⁸:

Tito Livio 1.20.5-6: Nomeou sumo pontífice a Numa Márcio, filho do senador Márcio, e entregou-lhe uma descrição detalhada de todas as cerimônias religiosas: escolha de vítimas, datas, templos que deveriam ser consagrados e local onde deveria adquirir dinheiro para suprir essas despesas. As demais cerimônias do culto público ou privado, ele as submeteu também à decisão do pontífice, a fim de que o povo soubesse para quem apelar e nenhuma particularidade do direito divino fosse

romana]. Sublinha, por outro lado, as ambiguidades na atitude “tolerante” dos romanos: MOMIGLIANO, Arnaldo. Appunti preliminari sul’«opposizione religiosa» all’impero romano. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Saggi di storia della religione romana*. Brescia: Morcelliana, 1988. p. 154; em outro sentido, cf.: MOMIGLIANO, Arnaldo. The disadvantages of monotheism for a universal State. *Classical Philology*, v. 81, p. 285-297, 1986.

³⁶ SORDI, Marta. “Pax deorum” e libertà religiosa nella storia di Roma. In: SORDI, Marta (org.). *La pace nel mondo antico*. Milano: Vita e Pensiero, 1985. p. 150 et seq.

³⁷ A própria tradição antiga recorda, ademais, a introdução a Roma de numerosos cultos “estrangeiros” já na obra dos reis; cf.: MARTIN, Paul M. *L’idée de royauté à Rome: De la Rome royale au consensus républicain*. Clermont-Ferrand: Adosa, 1982. p. 110 et seq.

³⁸ Para as fontes, ver: Tito Lívio 1.19-20; Dionísio de Alicarnasso 2.64-73; Plutarco, *Numa* 9-14. Entre os estudiosos que se ocuparam das reformas religiosas atribuídas a Numa, cf.: RIBEZZO, Francesco. Numa Pompílio e la riforma etrusca della religione primitiva di Roma. *Rendiconti dell’Accademia dei Lincei*, ser. VIII, v. 5, p. 553 et seq., 1950; HOOKER, Edna M. The Significance of Numa’s Religious Reforms. *Numen*, v. 10(2), p. 87-132, Aug. 1963; DELLA CORTE, Francesco. Numa e le streghe. *Maia*, v. 26, p. 03-20, 1974; LEVI, M. A. Il re Numa e i *penetralia pontificum*. *Rendiconti dell’Istituto Lombardo*, v. 115, p. 161-167, 1981 (1984); MARTÍNEZ-PINNA, Jorge. La reforma de Numa y la formación de Roma. *Gerión*, v. 3, p. 97-124, 1985; POU CET, Jacques. *Les origines de Rome: Tradition et histoire*. Bruxelles: Presses des Facultés Universitaires Saint-Louis, 1985. p. 194 et seq., 219 et seq.; FASCIONE, Lorenzo. *Il mondo nuovo: La costituzione romana nella ‘Storia di Roma arcaica’ di Dionigi d’Alicarnasso*. I Parte. Napoli: Jovene, 1988. p. 128 et seq.; CAPDEVILLE, Gérard. Les institutions religieuses de Rome primitive selon Denys d’Halicarnasse. *Pallas*, v. 39, p. 153-172, 1993.





perturbada pela negligência dos ritos nacionais ou pela introdução de ritos estrangeiros^{39(e)}.

Como prova dessa originária “abertura” cultural, cabe recordar também o caráter bastante saliente seja da influência grega⁴⁰, seja daquela “*italische Einflüsse*” [influência itálica], magistralmente evidenciadas por Kurt Latte em seu manual sobre a religião romana⁴¹.

A necessidade de uma constante abertura religiosa ao externo é fortemente conectada de forma inata com a concepção romana de *pax deorum*. Justificam-se, de tal modo, tanto a rigorosa propensão do colégio pontifical a determinar exatamente os *nomina deorum*⁴², quanto

³⁹ No que diz respeito ao texto de Tito Lívio, Peruzzi demonstra de maneira particularmente convincente que se trata de um documento de autêntica derivação sacerdotal, porque conserva elementos bastante antigos, como a fórmula onomástica do *pontifex*; para tal, cf.: PERUZZI, Emilio. *Le origini di Roma*. Vol. I: La famiglia. Firenze: Valmartina, 1970. p. 142 et seq. Sempre do mesmo estudioso, ver também a tese sobre o significado particular atribuído à expressão “*exscripta exsignataque*”, assim como a reconstrução dos materiais aí contidos: PERUZZI, Emilio. *Le origini di Roma*. Vol. II: Le lettere. Bologna: Patron Editore, 1973. p. 155 et seq. Sobre a relação entre os “*sacra omnia exscripta ex signataque*” de Numa Pompílio e os livros mais antigos dos pontífices, cf. ainda: SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983. p. 160 et seq.

^(e) Nota de tradução: o autor, Francesco Sini, colocou o trecho original no corpo do texto, o qual reproduzimos aqui: “*Pontificem deinde Numam Marcium, Marci filium, ex patribus legit eique sacra omnia exscripta exsignataque attribuit, quibus hostiis, quibus diebus, ad quae templa sacra fierent atque unde in eos sumptus pecunia erogaretur. Cetera quoque omnia publica privataque sacra pontificis scitis subiecit, ut esset, quo consultum plebes veniret, ne quid divini iuris neglegendo patrios ritus peregrinosque adsciscendo turbaretur*”. A versão em português que disponibilizamos no corpo do texto acima é a do seguinte livro: TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe Condita Libri*. Vol. I. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989. p. 47.

⁴⁰ Sobre o tema, para além dos manuais mais usuais sobre a religião romana, cf.: NORDEN, Eduard. *Aus altrömischen Priesterbüchern*. Lund-Leipzig: Gleerup, 1939. p. 246 et seq.; GAGÉ, Jean. *Apollon romain: Essai sur le culte d'Apollon et le développement du «ritus Graecus» à Rome des origines à Auguste*. Paris: E. De Boccard, 1955. Entre os trabalhos mais recentes, cf.: RADKE, Gerhard. *Zur Entwicklung der Gottesvorstellung und der Gottesverehrung in Rom*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1987. p. 31 et seq.; BERNARDI, Aurelio. La Roma die re fra storia e leggenda. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo (orgs.). *Storia di Roma*. Vol. I: Roma in Italia. Torino: Einaudi, 1988. p. 191 et seq. (com um breve aceno aos “cultos locais e influências greco-asiáticas”); LEVI, M. A. Appunti su Roma Arcaica. *La Parola del Passato*, v. 46, p. 121-134, 1991.

⁴¹ LATTE, Kurt. *Römische Religionsgeschichte*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1960. p. 148 et seq.

⁴² Cícero, *De nat. deor.* 1.84: “*At primum, quot hominum linguae, tot nomina deorum; non enim ut tu Velleius, quocumque veneris, sic idem in Italia Volcanus, idem in Africa, idem in Hispania. Deinde nominum non magnus numerus ne in pontificiis quidem nostris, deorum autem innumerabilis* (cf. Gellio, *Noct. Att.* 13.23.1: *Comprecationes deum immortalium, quae ritu Romano fiunt, expositae sunt in libris sacerdotum populi Romani et in plerisque antiquis orationibus*”; Agostinho, *De civ. Dei* 4.8). Na edição de Pease [PEASE, A. S. (ed.). *M. Tulli Ciceronis De natura Deorum*. Vol. I. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968 (reimpr., 1ª ed., 1955). p. 426], na passagem ciceroniana: “The word *libris* is understood, as often with *annales*”. Cf. também a edição organizada por Van den Bruwaene [VAN DEN BRUWAENE, Martin. *Ciceron, De Natura deorum, Livre premier*. Bruxelles: Latomus, 1970. p. 143: «dans nos livres pontificaux»]. Já Rohde formula, por outro lado, a hipótese de que Cícero haveria se baseado nas *Antiquitates rerum divinarum* de Varrão: “Woher diese Vorstellung stammt, ist nicht zu sagen; doch darf nicht vergessen werden, dass zur Zeit, als Cicero seine philosophischen Schriften abfasste, Varros *Antiquitates* bereits an das Licht getreten waren, und dass Cicero dieses Werk kannte” [ROHDE, Georg. *Die Kultsätze der römischen Pontifices*. Berlin: De Gruyter, 1937. p. 18-19]. Sobre os *nomina deorum* que se invocavam nos *indigitamenta*, resulta de alguma utilidade o antigo trabalho de Ambrosch: AMBROSCH, J.A. *Über die Religionsbücher der Römer*. Bonn: Adolph Marcus, 1843. São ainda indispensáveis,





a cautela ritual das fórmulas de oração elaboradas pelos sacerdotes romanos, os quais, quase ao exorcizar a impossibilidade humana de saber a quantidade de deuses, prescreviam aos fiéis que se voltassem sempre “*ad generalitatem, ne quod numen praetereat*”, uma vez pronunciada a invocação às divindades particulares honradas na cerimônia⁴³:

Servio Dan., in *Verg. Georg.* 1.21: TODOS OS DEUSES E DEUSAS. Ele passa de uma invocação específica para uma geral, de modo que não deixa de fora nenhum *numen*, à maneira dos pontífices, que, à moda antiga, em todos os sacrifícios faziam uma invocação geral de todos os *numina*, após os deuses específicos, a quem era necessário chamar para o sacrifício que estava ocorrendo^(f).

Não sem razão, porém, no *mos pontificum* das invocações foi reconhecida “uma ‘abertura’ ilimitada” que constitui, ao mesmo tempo, uma “linha implícita à tolerância religiosa” frente a todos os deuses⁴⁴. Contudo, a potencialidade universalista da “‘tolerância’ latina” nem sempre aparece bem compreendida pelos historiadores da religião: emblemático é o caso de Jean Bayet, que a retrata operante não tanto no plano “da benevolência, mas da precaução e da utilidade”⁴⁵.

todavia: BOUCHÉ-LECLERCQ, Auguste. *Les pontifes de l'ancienne Rome: Étude historique sur les institutions religieuses de Rome*. Paris: A. Franck, 1871 (reimpr. New York, 1975). p. 24 et seq.; MARQUARDT, Joachim. *Römische Staatsverwaltung*. Vol. III: Das Sacralwesen. Organização por Georg Wissowa. 2ª ed. Leipzig: Hirzel, 1855 (reimpr. New York, 1975). p. 07 et seq. [= MARQUARDT, Joachim. *Le culte chez les Romains*. Vol. I. Paris: Ed. Thorin, 1889. p. 10 et seq.]. Mais recentemente, cf.: BAYET, Jean. *Croyances et rites dans la Rome antique*. Paris: Payot, 1971. p. 175 et seq.; PIGHI, G. Battista. *La religione romana*. Torino: Victor, 1967. p. 45 et seq.; PASTORINO, Agostino. *La religione romana*. Milano: Ugo Mursia, 1973. p. 199 et seq.; DUMÉZIL, George. *La religion romaine archaïque*. 2ª ed. Paris: Payot, 1974. p. 50 et seq. [= DUMÉZIL, George. *La religione romana arcaica*. Trad. Furio Jesi. Milano: Rizzoli, 1977. p. 46 et seq.]. Por fim, dedica breves, mas interessantes notas aos “*dèi degli indigitamenta*”: DEL PONTE, Renato. *La religione dei Romani: La religione e il sacro in Roma antica*. Milano: Rusconi, 1992. p. 78 et seq.

⁴³ Sobre a passagem, cf.: SINI, Francesco. Dai *peregrini sacra* alle *pravae et externae religiones* dei baccanali: alcune riflessioni su ‘alieni’ e sistema giuridico-religioso romano. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 60, p. 59 et seq., 1994. É de grande interesse também o seguinte no comentário: [Servio Dan., in *Verg. Georg.* 1.21] “*Quod autem dicit ‘studium quibus arva tueri’, nomina haec numinum in indigitamentis inveniuntur, id est in libris pontificalibus, qui et nomina deorum et rationes ipsorum nominum continent, quae etiam Varro dicit. Nam, ut supra diximus, nomina numinum ex officiis constant imposita, verbi causa ut ab occatione deus Occator dicatur, a sarratione Sarritor, a stercoreatione Sterculinus, a satione Sator*”. Segui aqui a lição do texto serviano oferecida em: CARDAUNS, Burkhardt. *M. Terentius Varro, Antiquitates rerum divinarum*. Vol. I: Die Fragmente. Wiesbaden: Steiner, 1976. p. 64 fragm. 87. O insigne estudioso retém, não sem razão, que a passagem de Servio seja em realidade um fragmento varroniano, trazido do XIV livro das *Antiquitates rerum divinarum* [CARDAUNS, Burkhardt. *M. Terentius Varro, Antiquitates rerum divinarum*. Vol. II: Kommentar. Wiesbaden: Steiner, 1976. p. 184]. Cf., brevemente, também: SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessi Editrice, 1983. p. 108 et seq.

^(f) Nota de tradução: o autor, Francesco Sini, colocou o trecho original no corpo do texto, o qual reproduzimos aqui: “*DIQUE DEAEQUE OMNES post specialem invocationem transit ad generalitatem, ne quod numen praetereat, more pontificum, (per) quos ritu veteri in omnibus sacris post speciales deos, quos ad ipsum sacrum, quod fiebat, necesse erat invocari, generaliter omnia numina invocabantur*”. A tradução no corpo do texto acima é de nossa responsabilidade.

⁴⁴ ADRIANI, Maurilio. Tolleranza e intolleranza religiosa nella Roma antica. *Studi Romani*, v. 6, p. 516, 1958.

⁴⁵ BAYET, Jean. *La religione romana: Storia politica e psicologica*. Trad. Gigliola Pasquinelli. Torino: Einaudi, 1950 (reimpr. 1992). p. 60.





Em um breve ensaio publicado em 1980, J.-L. Girard estuda o significado teológico e cultural, bem como o procedimento operativo, da *interpretatio Romana*⁴⁶. Por meio de uma atenta análise dos termos *interpres* e *interpretatio*, o estudioso francês demonstra de maneira convincente que foi algo próprio de tal *interpretatio* permitir aos sacerdotes romanos que conciliassem a absoluta fidelidade à religião tradicional com uma abertura quase ilimitada aos cultos estrangeiros⁴⁷.

Alguns anos antes, R. Bloch também dedicou um aprofundado estudo ao complexo fenômeno da *interpretatio*⁴⁸, examinando alguns exemplos concretos⁴⁹. Sem permanecer especificamente sobre os aspectos gerais da complexa problemática, esse estudioso francês não negligencia de forma alguma a evidenciar duas questões: por um lado, que justamente “o jogo da *interpretatio* permitiu aos Romanos que viessem a aproximar os deuses distantes de suas próprias divindades, e também reuni-los, em razão dos mesmos locais de culto, e até, às vezes, por sua natureza”^(g); por outro lado, que um tal “grande desenvolvimento de *interpretationes*”

⁴⁶ GIRARD, J.-L. *Interpretatio romana*. Questions historiques et problèmes de méthode. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, v. 60-1, p. 21-27, 1980. O escopo declarado do estudioso é o de compreender plenamente a razão do “fait, solidement attesté, mais devenu un peu surprenant, que les grandes divinités étrangères, et notamment grecques, aient, pour la plupart sans difficulté aucune, trouvé des homologues à Rome”.

⁴⁷ Seria, porém, um grave erro avaliar negativamente o procedimento teológico que estava na base da *interpretatio* sacerdotal; não se tratava, desde seu ponto de vista, nem de “um confusionnisme dissolvant l'héritage primitif de la religion romaine”, nem de “um irénisme basé en dernière analyse sur le scepticisme à l'égard de toutes les formes d'esprit religieux”, mas, pelo contrário: “elle permet d'éviter à la fois les conflits ouverts avec les religions étrangères et la conversion de certains éléments de la population à des cultes nouveaux, et témoigne de la sagesse d'un peuple qui ne crut jamais que sa recherche de l'universalité dût passer par une autre voie que par l'approfondissement de ses traditions particulières” [GIRARD, J.-L. *Interpretatio romana*: Questions historiques et problèmes de méthode. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, v. 60-1, p. 26 et seq., 1980].

⁴⁸ BLOCH, Raymond. *Interpretatio*. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l'Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 01-42.

⁴⁹ “*Figures divines de Pyrgi*” (p. 01 et seq.) “*Héra, Uni, Junon en Italie centrale*” (p. 09 et seq.), “*Le corbeau divin des Celtes dans les guerres romano-gauloises*” (p. 19 et seq.), “*Hannibal et les Dieux de Rome*” (p. 32 et seq.) [BLOCH, Raymond. *Interpretatio*. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l'Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 01-42].

^(g) Nota de tradução: no original do texto, o professor Sini colocou em francês o trecho destacado. Segue: «le jeu de l'interpretatio a permis aux Romains de rapprocher de leurs propres divinités et de leur unir des dieux lointains par les lieux de culte et même, parfois, par leur nature». Acima, no corpo do texto, é tradução nossa.





constituísse o fundamento e a justificação teológica da “tolerância religiosa, quase constantemente atestada, dos Romanos”^{50(h)}.

Ademais, os cultos estrangeiros eram integrados de maneira sólida no ritual romano⁵¹, como apontava Sextus Pompeius Festus em seu *De verborum significatu*, com referência à definição de *peregrina sacra*:

Festo, v. *Peregrina sacra*, 268 L. [Lindsay]: Ritos estrangeiros são chamados aqueles que são para deuses que foram “chamados” para Roma no curso do cerco de suas cidades e trazidos à força para Roma, ou aqueles que por conta de algum escrúpulo religioso foram procurados em paz, como da Frígia a Magna Mater, da Grécia Ceres, de Epidauro Esculápio, que são adorados de acordo com o costume daqueles de quem foram recebidos⁵²⁽ⁱ⁾.

Justamente sobre a base da glosa de Festo *peregrina sacra*, M. van Doren propugnou a discutível tese da existência de um indispensável liame entre essa categoria de *sacra* e o rito da *evocatio*: desde seu ponto de vista, inclusive, somente por meio de tal rito seria realizada a assimilação dos *sacra peregrina* no culto oficial dos *sacra publica*⁵³.

A propensão a alargar ao infinito a esfera dos deuses, e, portanto, das relações humanas, foi uma característica congênita da religião politeísta romana; isso determinava,

⁵⁰ “Tout au long de leur histoire, le jeu de l’*interpretatio* a permis aux Romains de rapprocher de leurs propres divinités et de leur unir des dieux lointains par les lieux de culte et même, parfois, par leur nature. Certes, un tel processus n’est pas le seul fait de Rome. On retrouve, dans bien des secteurs du paganisme ancien, le sentiment plus ou moins clair que, sous des noms différents, les divers peuples ne pouvaient pas ne pas honorer les mêmes dieux. D’où résulte un mécanisme complexe et réciproque par lequel les divers panthéons antiques se rapprochèrent les uns des autres malgré les différences profondes qui, le plus souvent, les séparaient. Sans doute, cependant, la relative pauvreté de l’imagination religieuse romaine et le caractère essentiellement fonctionnel des dieux de Rome ont-ils permis, plus qu’ailleurs, un très large développement d’*interpretationes* de toutes sortes. La tolérance religieuse, presque constamment attestée, des Romains y trouvait son compte” [BLOCH, Raymond. *Interpretatio*. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l’Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 01).
(h) *Nota de tradução*: no original do texto, o professor Sini colocou em francês as frases destacadas. Seguem: «large développement d’*interpretationes*»; «tolérance religieuse, presque constamment attestée, des Romains». No corpo do texto acima, a tradução é nossa.

⁵¹ Sobre *sacra peregrina*, cf., por todos: MARQUARDT, Joachim. *Römische Staatsverwaltung*. Vol. III: Das Sacralwesen. Organização por Georg Wissowa. 2ª ed. Leipzig: Hirzel, 1855 (reimpr. New York, 1975). p. 42 et seq., 74 et seq. [= MARQUARDT, Joachim. *Le culte chez les Romains*. Vol. I. Paris: Ed. Thorin, 1889. p. 44 et seq., 81 et seq.]; WISSOWA, Georg. *Religion und Kultus der Römer*. 2ª ed. München: C. H. Beck’sche Verlagsbuchhandlung, 1912. p. 348 et seq.

⁵² Quanto à fonte do texto verriano, Bona traz a hipótese de que possa ser uma “glosa catoniana”: uma das glosas, isto é, “il cui lemma è costituito da espressioni verbali o nominali tratte dal lessico di Catone (nella quasi totalità dalle orazioni)” [BONA, Ferdinando. *Contributo allo studio della composizione del de verborum significatu di Verrio Flacco*. Milano: Giuffrè, 1964. p. 16, n. 11]. Nesse mesmo sentido, cf.: BONA, Ferdinando. *Opusculum Festinum*. Ticini: Ed. Priv., 1982. p. 15.

(i) *Nota de tradução*: O professor Sini colocou o original latino no corpo do texto – “*Peregrina sacra appellantur, quae aut evocatis dis in oppugnandis urbibus Romam sunt ꝑ conata ꝑ [conlata Gothofr.; coacta Augustin.], aut quae ob quasdam religiones per pacem sunt petita, ut ex Phrygia Matris Magnae, ex Graecia Cereris, Epidauro Aesculapi: quae coluntur eorum more, a quibus sunt accepta*”. A tradução logo acima para a língua portuguesa é de nossa responsabilidade.

⁵³ VAN DOREN, M. *Peregrina sacra*. Offizielle Kultübertragungen im alten Rom. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 3, p. 488-497 (esp. p. 488 et seq.), 1955.





necessariamente uma relação incindível entre “politeísmo e pluralismo cultural”, conforme escreveu Robert Turcan em um ensaio recente: “[o] politeísmo é fundamentalmente estrangeiro ao espírito de uma ‘religião de Estado’, já que implica na possibilidade de um alargamento do *panthéon* ao infinito”⁵⁴⁽ⁱ⁾. Assim, a religião politeísta romana, no inteiro arco de seu desenvolvimento histórico, aparece fortemente caracterizada pela constante preocupação de integrar o “alheio” (humano ou divino) – das divindades dos vizinhos às divindades dos inimigos⁵⁵ – em círculos concêntricos sempre cada vez mais largos, que potencialmente abraçavam o inteiro espaço terrestre⁵⁶, e, assim, todo o gênero humano. Explica-se, de tal modo, tanto as frequentes adoções de cultos estrangeiros – como o *Graecus ritus* dos *libri Sibyllini*⁵⁷ –, quanto as usuais *evocationes* dos deuses do inimigo⁵⁸, dos quais as fontes conservam a

⁵⁴ TURCAN, Robert. Lois romaines, dieux étrangers et religion d'État. In: BACCARI, M. P. (org.). *Diritto e religione da Roma a Costantinopoli a Mosca* [“Da Roma alla Terza Roma”, Rendiconti dell'XI Seminario]. Roma: Herder Editrice, 1994. p. 31.

⁽ⁱ⁾ Nota de tradução: no original do texto, o professor Sini colocou em francês o trecho destacado. Segue: «Le polythéisme est foncièrement étranger à l'esprit d'une 'religion d'Etat', puisqu'il implique la possibilité d'un élargissement du panthéon à l'infini». A tradução acima é nossa.

⁵⁵ Sobre o complexo fenômeno das relações com os deuses dos vizinhos e com os deuses dos inimigos, interpretado em termos de “*estensionis*” e “*mutamenti*” da religião tradicional, cf.: DUMÉZIL, George. *La religion romaine archaïque*. 2ª ed. Paris: Payot, 1974. p. 409 et seq., 425 et seq. [= DUMÉZIL, George. *La religione romana arcaica*. Trad. Furio Jesi. Milano: Rizzoli, 1977. p. 355 et seq., 369 et seq.].

⁵⁶ Ver, nesse sentido, a potencialidade universalista da teologia augural, ínsita na divisão do espaço terrestre implícita na distinção dos *genera agrogum* elaborada pela ciência augural: Varro, *De ling. Lat.* 5.33: “*Ut nostri augures publici dixerunt, agrorum sunt genera quinque: Romanus, Gabinus, peregrinus, hosticus, incertus. Romanus dictus unde Roma ab Romo; Gabinus ab oppido Gabis; peregrinus ager pacatus, qui extra Romanum et Gabinum, quod uno modo in his servantur auspicia; dictus peregrinus a pergendo, id est a progrediendo: eo [quod] enim ex agro Romano primum progrediebantur. Quocirca Gabinus quoque peregrinus, sed quod auspicia habet singularia, ab reliquo discretus; hosticus dictus ab hostibus; incertus is, qui de his quattuor qui sit ignoratur*”. No mérito dessa divisão elaborada pelo colégio dos áugures, e, mais amplamente, sobre o valor jurídico do *ager*, cf.: CATALANO, Pierangelo. Aspetti spaziali del sistema giuridico-religioso romano. *Mundus, templum, urbs, ager, Latium, Italia*. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1978. p. 492 et seq.

⁵⁷ Para uma discussão aprofundada sobre os *libri Sibyllini*, cf. sobretudo os trabalhos de R. Bloch dedicados ao argumento: BLOCH, Raymond. Les origines étrusques des Livres Sibyllins. In: *Mélanges offerts à A. Ernout*. Paris: Klincksieck, 1940. p. 21-28; BLOCH, Raymond. La divination romaine et les livres sibyllins. *Revue des Études Latines*, v. 40, p. 118-120, 1962; BLOCH, Raymond. *Les prodiges dans l'antiquité classique* (Grèce, Étrurie et Rome). Paris: PUF, 1963. p. 86 et seq. (sobre os *libri Sibyllini*); BLOCH, Raymond. L'origine des livres Sibyllins à Rome: méthode de recherche et critique du récit des annalistes anciennes. In: DIESNER, Hans-Joachim; WELSKOPF, Elisabeth C. (eds.). *Neue Beiträge zur Geschichte der alten Welt*. Vol. II: Römisches Reich. Berlin: Akademie-Verlag, 1965. p. 281-292. Mais recentemente, cf.: PARKE, Herbert W. *Sibyls and Sibylline Prophecy in Classical Antiquity*. London-New York: Routledge, 1988. p. 190 et seq. (Appendix II: “The Libri Sibyllini”).

⁵⁸ Sobre as implicações teológicas e jurídicas das *evocationes* dos deuses do inimigo, ver: Plínio, *Nat. hist.* 28.18: “*Verrius Flaccus auctores ponit, quibus credat in obpugnationibus ante omnia solitum a Romanis sacerdotibus evocari deum, cuius in tutela id oppidum esset, promittique illi eundem aut ampliorem apud Romanos cultum. Et durat in pontificum disciplina id sacrum, constatque ideo occultatum, in cuius dei tutela Roma esset, ne qui hostium simili modo agerent*”; Servio Dan., in *Verg. Aen.* 2.351: “*EXCESSERE quia ante expugnationem evocabantur ab hostibus numina propter vitanda sacrilegia. Inde est, quod Romani celatum esse voluerunt, in cuius dei tutela urbs Roma sit. Et iure pontificum cautum est, ne suis nominibus dii Romani appellarentur, ne exaugurari possint*”; Macróbio, *Sat.* 3.9.2-5: “*Constat enim omnes urbes in alicuius dei esse tutela, moremque Romanorum arcanum et multis ignotum fuisse ut, cum obsiderent urbem hostium eamque iam capi posse*





memória a propósito das divindades que protegiam dois inimigos históricos de Roma, isto é, as cidades de Veios e de Cartago:

Tito Lívio 5.21.3: A ti também, ó Juno, rainha dos deuses que atualmente habitas em Véios, suplico-te que nos acompanhes quando regressarmos vencedores à nossa cidade, que em breve também será tua, e onde te receberá um templo digno de tua grandeza^{59(k)}

Macróbio, *Sat.* 3.9.6-9: Mas é preciso ver que também não ficamos confusos com o que alguns interpretaram mal, quando acreditaram que com uma invocação os deuses de alguma cidade não eram apenas evocados, mas que a própria cidade estava enfeitiçada. Encontrei no livro V das Curiosidades de Sereno Samónico cada um dos dois feitiços, que ele afirmou ter localizado num livro muito antigo de um certo Furio. O feitiço com que os deuses são evocados no momento em que a cidade é rodeada pelo cerco é o seguinte: “Se um deus, se uma deusa é aquele que o povo e a cidade de Cartago tem sob sua tutela, e a ti, acima de tudo, aquele que recebeu a tutela desta cidade e vila, eu te imploro e te adoro e peço favores, que abandones o povo e a cidade de Cartago, que negligencie os lugares, templos, cultos e sua cidade, que fiques longe deles e jogues este povo, a cidade, o medo, o terror, o esquecimento, e proclame vá para Roma junto comigo e com os meus, e seja seus lugares, templos, cultos, a cidade mais agradável e mais apreciada, e para mim e para o povo romano e para meus soldados vós sereis os comandantes em chefe, para que a conheçamos e entendamos. Se fizeres isso, prometo que templos e jogos serão realizados.” É aconselhável

confiderent, certo carmine evocarent tutelares deos; quod aut aliter urbem capi posse non crederent, aut etiam si posset, nefas aestimarent deos habere captivos. Nam propterea ipsi Romani et deum in cuius tutela urbs Roma est et ipsius urbis Latinum nomen ignotum esse voluerunt. Sed dei quidem nomen non nullis antiquorum, licet inter se dissidentium, libris insitum et ideo vetusta persequentibus quicquid de hoc putatur innotuit. Alii enim Iovem crediderunt, alii Lunam, sunt qui Angeronam, quae digito ad os admoto silentium denuntiat; alii autem, quorum fides mihi videtur firmior, Opem Consiviam esse dixerunt. Ipsius vero urbis nomen etiam doctissimis ignoratum est, caventibus Romanis ne quod saepe adversus urbes hostium fecisse se noverant, idem ipsi quoque hostili evocatione paterentur, si tutelae suae nomen divulgaretur”. Para um exame completo da documentação antiga e da doutrina moderna sobre a fórmula e o rito, referenciamos o amplo estudo de Vsevolod Basanoff [BASANOFF, Vsevolod. *Evocatio: Étude d'un rituel militaire romain*. Paris: PUF, 1947]; ver também: LATTE, K. *Römische Religionsgeschichte*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1960. p. 125; DUMÉZIL, G. *La religion romaine archaïque*. 2ª ed. Paris: Payot, 1974. p. 425 et seq. [= DUMÉZIL, G. *La religione romana arcaica*. Trad. Furio Jesi. Milano: Rizzoli, 1977. p. 369 et seq.]; e, por último: ALVAR, J. La fórmula de la *evocatio* y su presencia en contextos desacralizadores. *Archivo Español de Arqueología*, v. 57, p. 143 et seq, 1984.; ALVAR, J. Matériaux pour l'étude de la formule *sive deus, sive dea*. *Numen*, v. 32, p. 236 et seq., 1985.

⁵⁹ A *evocatio* de Juno Regina foi estudada, dentre outros, por: BASANOFF, Vsevolod. *Evocatio: Étude d'un rituel militaire romain*. Paris: PUF, 1947. p. 42 et seq.; FERRI, Silvio. *La Iuno Regina di Veio*. *Studi Etruschi*, v. 24, p. 106-115, 1955; HUBAUX, Jean; *Rome et Véies: Recherches sur la chronologie légendaire du moyen âge romain*. Paris: Les Belles Lettres, 1958. p. 154 et seq.; PALMER, Robert E. A. *Roman Religion and Roman Empire: Five Essays*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974. p. 21 et seq.; DUMÉZIL, George. *La religion romaine archaïque*. 2ª ed. Paris: Payot, 1974. p. 426 et seq. [= DUMÉZIL, George. *La religione romana arcaica*. Trad. Furio Jesi. Milano: Rizzoli, 1977. p. 370 et seq.]; BLOCH, Raymond. Interpretatio. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l'Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 15 et seq.

^(k) Nota de tradução: Está em latim no corpo do texto da versão original – “*Te simul, Iuno regina, quae nunc Veios colis, precor ut nos victores in nostram tuamque mox futuram urbem sequare, ubi te dignum amplitudine tua templum accipiat*”. A versão em português que disponibilizamos no corpo do texto acima é a do seguinte livro: TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe Condita Libri*. Vol. I. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989. p. 409.





acompanhar as próprias palavras com as vítimas e consultar a autoridade das entranhas, para que as ações futuras estejam asseguradas.⁶⁰⁽¹⁾

Esse processo de integração andou a par e passo com a propagação do império universal e do conceito de *humanitas*⁶¹, que encontrou propriamente na religião politeísta romana, segundo P. Veyne, um dos seus mais importantes veículos: “Nem mesmo a religião era uma barreira; à diferença do Cristianismo e do Islã, o Império pagão não se distinguia dos bárbaros por suas crenças. Os deuses de todos os homens, civilizados ou bárbaros, eram verdadeiros, pelo que eram os mesmos deuses sob diferentes nomes, como uma Quércia é, depois de tudo, uma Quércia; Júpiter se traduz em grego com Zeus e em céltico com Taranis”⁶².

4 “RELIGIONE, ID EST CULTU DEORUM, MULTO SUPERIORES”: RELIGIO, CIVITAS E IMPERIUM DO POVO ROMANO

⁶⁰ PREIBISCH, Paul. *Fragmenta librorum pontificiorum*. Tilsit: Reylander & Sohn, 1878. p. 11 fragm. 52; BREMER, Franz Peter. *Iurisprudentiae antehadrianae quae supersunt*. Lipsiae: in aedibus B.G. Teubneri, 1896. p. 29, fragm. 1; THULIN, Carl. *Italische sakrale Poesie und Prosa: Eine metrische Untersuchung*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1906. p. 59 et seq.; HUSCHKE, Philipp-Eduard; SECKEL, Eduard; KÜBLER, Bernhard. *Iurisprudentiae anteiustinianae reliquias*. Vol. I. 6ª ed. Lipsiae: B.G. Teubneri, 1908. p. 15, fragm. 1; BASANOFF, Vsevolod. *Evocatio*. Paris: PUF, 1945. p. 37 et seq.; BLOCH, Raymond. Interpretatio. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l'Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 17 et seq.; BERTI, Nadia. Scipione Emiliano, Caio Gracco e l'evocatio di Giunone da Cartagine. *Aevum*, v. 64, p. 69-75, 1990.

⁽¹⁾ Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Nam repperi in libro quinto rerum reconditarum Sammonici Sereni utrumque carmen, quod ille se in cuiusdam Furii vetustissimo libro repperisse professus est. Est autem carmen huius modi quo di evocantur cum oppugnatione civitas cingitur: ‘Si deus, si dea est, cui populus civitasque Carthaginensis est in tutela, teque maxime, ille qui urbis huius populique tutelam recepisti, precor venerorque, veniamque a vobis peto ut vos populum civitatemque Carthaginensem deseratis, loca templa sacra urbemque eorum relinquatis, absque his abeat is eique populo civitatisque metum formidinem oblivionem iniciatis, propitiique Romam ad me meosque veniatis, nostraque vobis loca templa sacra urbs acceptior probatiorque sit, mihi que populoque Romano militibusque meis propitii sitis. Si <haec> ita faceritis ut sciamus intellegamusque, voveo vobis templa ludosque facturum’*. In eadem verba hostias fieri oportet, auctoritatemque videri extorum, ut ea promittant futura”. A tradução deste trecho, que colocamos acima, valeu-se também da seguinte tradução em espanhol: MACROBIO. *Saturnales*. Edición de Juan Francisco Mesa Sanz. Madrid: Ediciones Akal, 2009. p. 270-271.

⁶¹ Significativa reprovação do atendimento da classe dirigente romana constitui a passagem – Cícero, *Ad Quintum fratrem* 1.1.8.24: “*Est autem non modo eius qui sociis et civibus, sed etiam eius qui servis, qui mutis pecudibus praesit, eorum, quibus praesit, commodis utilitatique servire*”. Mais no geral, sobre a concepção romana de *humanitas*, ver: HERESCU, N. I. Les constantes de l'*humanitas Romana*. *Rivista di Cultura Classica e Medioevale*, v. 2, p. 258 et seq., 1960; HERESCU, N. I. *Civis humanus: ethnos et ius. Atene e Roma* v. 6, p. 65 et seq., 1961; HAFFTER, Heinz. Die römische *humanitas*. In: *Römische Wertbegriffe*. Hrsg. von H. Oppermann. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967. p. 468 et seq.; SCHOTTLAENDER, R. Der Beitrag der ciceronischen Rhetorik zur Entwicklung der Humanitätsidee. *Antike und Abendland*, v. 22, p. 54 et seq., 1976. Sobre os aspectos mais propriamente jurídicos, ver: SCHULZ, Fritz. *I principii del diritto romano*. Trad. V. Arangio-Ruiz. Firenze: Sansoni, 1949. p. 164 et seq.; e, por último: CRIFÒ, Giuliano. A proposito di *humanitas*. In: SCHERMAIER, Martin Josef; VÉGH, Zoltan (orgs.). *Ars boni et aequi: Festschrift für Wolfgang Waldstein zum 65. Geburtstag*. Stuttgart: Steiner, 1993. p. 79 et seq.

⁶² VEYNE, Paul. *Humanitas: romani e no*. In: GIARDINA, Andrea (org.). *L'uomo romano*. Roma-Bari: Laterza, 1989. p. 413.





Os sacerdotes romanos, desde as primeiras elaborações teológicas e jurídicas, como considerado até nas versões analíticas das mais antigas narrativas históricas de Roma, teorizaram sempre uma relação de imprescindível causalidade com a *religio*⁶³ por todas as manifestações significativas da *vita* e da história do Povo romano. A teologia e o *ius divinum* explicavam que a vontade dos deuses havia levado à fundação da *Urbs Roma*⁶⁴; ainda sustentavam o prodigioso e constante “crescimento” do número de cidadãos [*civitas augescens*, para usar da feliz expressão do jurista Pompônio, conservada pelos compiladores dos *Digesta*

⁶³ Sobre o significado da palavra, cf.: FUGIER, Huguette. *Recherches sur l'expression du sacré dans la langue latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1963. p. 172 et seq.; BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Vol. II: Pouvoir, droit, religion. Paris: Les Editions de Minuit, 1969. p. 265 et seq.; WAGENVOORT, Hendrik. Wesenszüge altrömischer Religion. In: TEMPORINI, Hildegard (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. I.2. Berlin-New York: De Gruyter, 1972. p. 348-377 [republicado sob o título de “Characteristic Traits of Ancient Roman Religion” em: WAGENVOORT, Hendrik. *Pietas: Selected Studies in Roman Religion*. Leiden: Brill, 1980. p. 223 et seq.]; LIEBERG, Godo. Considerazioni sull’etimologia e sul significato di *Religio*. *Rivista di Filologia e di Istruzione Classica*, v. 102, p. 34-57, 1974; MUTH, Robert. Von Wesen römischer ‘religio’. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1972. p. 290-354; SCHILLING, Robert. L’originalité du vocabulaire religieux latin. In: SCHILLING, Robert. *Rites, cultes, dieux de Rome*. Paris: Klincksieck, 1979. p. 30 et seq.; MONTANARI, Enrico. Religio. In: *Enciclopedia Virgiliana*. Vol. IV. Roma: Treccani, 1988. p. 423 et seq. Sobre a antítese *religio/superstitio*, cf. os trabalhos ainda clássicos: OTTO, Walter F. *Religio und superstitio*. *Archiv für Religionswissenschaft*, v. 14, p. 406-422, 1911; SOLMSEN, Friedrich. Cicero on Religio and Superstitio. *The Classical Weekly*, v. 37(14), p. 159-160, 14 Feb. 1944; bem como o ensaio recente de Sachot: SACHOT, Maurice. *Religio/superstitio*. Histoire d’une subversion et d’un retournement. *Revue de l’histoire des religions*, v. 208(4), p. 355-394, 1991.

⁶⁴ Já o poeta Ênio havia cantado, desse modo, a antiquíssima fundação da Urbe: “*Augusto augurio postquam inclita condita Roma est* (Svetonio, *August. 7: cum, quibusdam censentibus Romulum appellari oportere quasi et ipsum conditorem urbis, praevaluisset, ut Augustus potius vocaretur, non solum novo sed etiam ampliore cognomine, quod loca quoque religiosa et in quibus augurato quid consecratur augusta dicatur, ab auctu vel ab avium gestu gustuve, sicut etiam Ennius docet scribens: Augusto augúrio postquam inclita condita Roma est.*)”; cf. também Tito Lívio, 1.4.1: “*Sed debebatur, ut opinor, fatis tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium*”. As várias “fundações”, das quais Roma seria objeto em épocas diversas, foram estudadas em: GRANDAZZI, Alexandre. *La fondation de Rome: Réflexion sur l’histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1991 (do qual se deve cf. particularmente a p. 195, onde o estudioso francês sustenta que os Romanos tinham plena consciência desse “*recommencement perpétuel*” que havia caracterizado a história de sua cidade).





Iustiniani]⁶⁵; por fim, presidiu a incomparável fortuna do *imperium populi Romani*⁶⁶, garantindo sua extensão *sine fine*⁶⁷.

A análise de algumas definições de *religio* dadas por Cícero⁶⁸, nas quais o termo é utilizado sempre no sentido de “culto dos deuses”⁶⁹, permite entrever, com grande clareza, a

⁶⁵ D. 1.2.2.7 (Pomponius *libro singulari enchiridii*): “*Augescente civitate quia deerant quaedam genera agendi, non post multum temporis spatium Sextus Aelius alias actiones composuit et librum populo dedit, qui appellatur ius Aelianum*”. As implicações jurídicas e políticas do conceito de *civitas augescens*, com particular olhar sobre a coleção de *iura* ordenada pelo imperador Justiniano, foram bem delineadas por Catalano: “Entro il quadro ‘sistematico’ della *civitas augescens* [...], nei suoi aspetti demografici oltre che spaziali e temporali, dobbiamo collocare sia il *favor libertatis* e l’eliminazione degli *status* di *peregrinus* e di *Latinus* [...] sia il favore per i nascituri” (CATALANO, Pierangelo. *Diritto e persone*: Studi su origine e attualità del sistema romano. T. I. Torino: Giappichelli, 1990. p. XIV et seq.). Na mesma linha interpretativa, cf. ainda: BACCARI, Maria Pia. Il concetto giuridico di *civitas augescens*: origine e continuità. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 61, p. 759-765, 1995 [= *Studi in memoria di Gabrio Lombardi*. Vol. II. Roma, 1996]; BACCARI, Maria Pia. *Cittadini popoli e comunione nella legislazione dei secoli IV-VI*. Torino: Giappichelli, 1996. p. 47 et seq.

⁶⁶ CATALANO, Pierangelo. Alcuni sviluppi del concetto giuridico di *imperium populi Romani*. In: *Popoli e spazio romano tra diritto e profezia*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1986. p. 649 et seq. [“Da Roma alla Terza Roma”, Studi III].

⁶⁷ Virgílio, *Aen.* 1.275-279: “*Inde lupae fulvo nutricis tegmine laetus / Romulus excipiet gentem et Mavortia condet / moenia Romanosque suo de nomine dicet. / His ego nec metas rerum nec tempora pono: / imperium sine fine dedi*”. O forte caráter ideológico e a precisa conotação religiosa da passagem não foram ignorados por Boyancé, pelo qual o próprio anúncio de *Imperium sine fine* dedi “sur l’annonce de l’Empire dans la bouche du dieu suprême repose pour ainsi dire toute l’oeuvre” (BOYANCÉ, Pierre. *La Religion de Virgile*. Paris: PUF, 1963. p. 54). Já nos comentários antigos (cf. Sérvio, in *Verg. Aen.* 1.278) se havia estabelecido um nexo bem preciso entre o *imperium sine fine* e a eternidade de Roma; a mesma orientação se registra na maior parte da doutrina contemporânea. Porém, em um exame mais atento, o verso não parece ter um sentido temporal unívoco. Interpretam-no em um sentido espaço-temporal: PICCALUGA, Giulia. *Terminus*: i segni di confine nella religione romana. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1974. p. 209; TURCAN, Robert. *Rome éternelle et les conceptions gréco-romaines de l’éternité*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1983. p. 16 [Roma Costantinopoli Mosca, “Da Roma alla Terza Roma”, Studi I]. Por outro lado, Mastino sustenta que nos dois versos de *Aen.* 1.278-279 se atesta a propensão de Augusto a superar todos os limites de espaço: “l’impero romano era almeno teoricamente un *imperium sine fine*, che non aveva frontiere” [MASTINO, Attilio. *Orbis, kosmos, oikoumene*: aspetti spaziali dell’idea dell’impero universale da Augusto a Teodosio. In: *Popoli e spazio romano tra diritto e profezia*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1986. p. 71 (“Da Roma alla Terza Roma”, Studi III)]. Para bibliografia sobre o poema virgiliano, parece-me útil remeter a: SUERBAUM, Werner. Hundert Jahre Vergil-Forschung: Eine systematische Arbeitsbibliographie mit besonderer Berücksichtigung der Aeneis. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.31.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1980. p. 03-358. Quanto à “*divini et humani iuris scientia*” de Virgílio, cf. ainda: SINI, Francesco. *Bellum nefandum*: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”. Sassari: Libreria Dessi Editrice, 1991. p. 17 et seq.

⁶⁸ Mais amplamente, quanto às concepções religiosas de Cícero, segue insubstituível: VAN DEN BRUWAENE, Martin. *La théologie de Cicéron*. Louvain: Bureaux du Recueil, Bibliothèque de l’Université, 1937. Cf. ainda, dentre outros: DEFOURNY, Pierre. Les fondements de la religion d’après Cicéron. *Les Études Classiques*, v. 22, p. 241 et seq., 366 et seq., 1954; SWEENEY, R. D. *Sacra* in the Philosophic Works of Cicero. *Orpheus*, v. 12, p. 99-131, 1965; GUILLÉN, José. Dios y los dioses en Cicerón. *Helmantica*, v. 25, p. 511-565, 1974; KROYMANN, Jürgen. Cicero und die römische Religion. In: MICHEL, Alain; VERDIÈRE, Raoul (orgs.). *Ciceroniana*: Hommages à Kazimierz Kumaniecki. Leiden: E. J. Brill, 1975. p. 116-128; TROIANI, Lucio. La religione e Cicerone. *Rivista storica italiana*, v. 96, p. 920-952, 1984; BERGEMANN, Claudia. *Politik und Religion im spätrepublikanischen Rom*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1992 [Palingenesia, 30].

⁶⁹ Cf. também: *De nat. deor.* 1.117 (“*religionem, quae deorum cultu pio continetur*”); *De leg.* 1.60 (“*cum suis, omnesque natura coniunctos suos duxerit, cultumque deorum et puram religionem suscepit*”); *De leg.* 2.30 (“*Quod sequitur vero, non solum ad religionem pertinet, sed etiam ad civitatis statum, ut sine iis, qui sacris publice praesint, religioni privatae satis facere non possint; continet enim rem publicam consilio et auctoritate optimatum semper populum indigere. Discriptioque sacerdotum nullum iustae religionis genus praetermittit. Nam sunt ad placandos deos alii constituti, qui sacris praesint sollemnibus, ad interpretanda alii praedicta vatium neque*”).





justificação teológica (e jurídica) da hegemonia romana; que os antigos atribuíam naturalmente ao favor dos deuses, mas não sem mérito por parte dos Romanos, já que eles, por sensibilidade e cautela frente à *religio*, superavam largamente a todos os outros povos⁷⁰. Apresentam-se particularmente significativas, a esse propósito, duas passagens do texto *De natura deorum*. Vejamos a primeira:

De nat. deor. 2.8: Célio conta que Caio Flaminio, porque não fez caso dos ritos sagrados, morreu junto do lago Trasimeno para grande aflição da república. Com a perda desses homens pode-se compreender que a república progrediu sob o comando daqueles que tinham obedecido às práticas religiosas. E se quisermos comparar nossos costumes com os dos povos estrangeiros, descobrir-nos-emos ou iguais ou mesmo inferiores nas demais coisas, mas em muito superiores na religião, isto é, no culto aos deuses^{71(m)}.

No texto citado, afirma-se que o *neglegere* [não fazer caso] da *religio* sempre determinou intoleráveis *vulnera* ao Povo romano, como apontou a derrota do Trasimeno; enquanto a observância da *religio* não pode determinar, na dinâmica da história, a constante

multorum, ne esset infinitum, neque ut ea ipsa, quae suscepta publice essent, quisquam extra collegium nosset”); e ainda *De har. resp.* 18 (“*Ego vero primum habeo auctores ac magistros religionum colendarum maiores nostros, quorum mihi tanta fuisse sapientia videtur ut satis superque prudentes sint qui illorum prudentiam non dicam adsequi, sed quanta fuerit perspicere possint; qui stas sollemnisque caerimonias pontificatu, rerum bene gerendarum auctoritates augurio, fatorum veteres praedictiones Apollinis vatum libris, portentorum expiationes Etruscorum disciplina contineri putaverunt*”). Uma definição diversa de *religio* é data pelo gramático Sérvio (*in Verg. Aen.* 8.349: “*RELIGIO id est metus, ab eo quod mentem religet dicta religio*”). Sobre o uso do termo nas obras de Virgílio, cf.: MONTANARI, Enrico. *Religio*. In: *Enciclopedia Virgiliana*. Vol. IV. Roma: Treccani, 1988. p. 423 et seq.

⁷⁰ “I Latini del I secolo avevano problemi loro particolari, e imboccarono una loro strada. Essi avevano uno stato con una vigorosa tradizione religiosa propria; una tradizione che veniva considerata fondamento e giustificazione dell’enorme potere di Roma” [MOMIGLIANO, Arnaldo. *La storiografia della religione nella tradizione occidentale*. In: SCHIAVONE, Aldo (org.). *Storia di Roma*. Vol. IV: Caratteri e morfologie. Torino: Einaudi, 1989. p. 900].

⁷¹ Observações precisas em: BAYLEY, Cyril. *Phases in the religion of ancient Rome*. Berkeley: University of California Press, 1932. p. 274 et seq. (reimpr. Westport, 1972); recentemente cf.: HUMBERT, Michel. *Droit et religion dans la Rome antique*. In: ANKUM, J. A. (org.). *Mélanges Felix Wubbe: offerts par ses collègues et ses amis à l’occasion de son soixante-dixième anniversaire*. Fribourg Suisse: Editions Universitaires Fribourg Suisse, 1993. p. 191-206. Também Virgílio se mostra sensível a tal ideologia, ao ponto de atribuir ao próprio Júpiter versos como *Aen.* 12.838-840: “*Hic genus Ausonio mixtum quod sanguine surget, / supra homines, supra ire deos pietate videbis, / nec gens ulla tuos aeque celebrabit honores*”; cf. SINI, Francesco. *Bellum nefandum*: Virgílio e il problema del “diritto internazionale antico”. Sassari: Libreria Dessi Editrice, 1991. p. 192, n. 27.

^(m) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*C. Flaminium Coelius religione neglecta cecidisse apud Transumenum scribit cum magno rei publicae vulnere. Quorum exitio intellegi potest eorum imperiis rem publicam amplificatam qui religionibus paruisent. Et si conferre volumus nostra cum externis, ceteris rebus aut pares aut etiam inferiores reperiemur, religione, id est cultu deorum, multo superiores*”. A tradução do trecho no corpo do texto é desta dissertação: VENDEMIATTI, Leandro Abel. ‘*Sobre a natureza dos deuses*’ de Cícero. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003. p. 59-60.





amplificatio da *res publica*, ao menos desde que os Romanos continuassem a ser “*religione, id est cultu deorum, multo superiores*”⁷².

Na segunda passagem, Cícero faz delinear para C. Aurelio Cotta⁷³ os principais campos da *religio* (“as duas grandes divisões, exaustivas, da religião”⁽ⁿ⁾), como escreve G. Dumézil⁷⁴), teorizando que essa “*in sacra et in auspicia divisa sit*”:

De nat. deor. 3.5: E, dado que toda a religião do povo romano está dividida em ritos sagrados e auspícios, seja acrescentado um terceiro elemento, supondo que os intérpretes da Sibila ou os arúspices, para predizer, avisaram alguma coisa a partir de presságios e prodígios; dessas práticas religiosas, garanto, jamais pensei que se devia desprezar alguma, e estou convencido de que foram Rômulo, por meio de auspícios, e Numa, com a instituição dos ritos sagrados, que lançaram os fundamentos de nossa cidade, que seguramente jamais teria sido capaz de ser tão grandiosa sem a suma aprovação dos deuses imortais^{75(o)}.

Dessa passagem emergem com clareza também as convicções profundas da tradição sacerdotal no mérito das bases teológicas e jurídicas da *civitas romana*: *sacra* e *auspicia* não constituem apenas os dois principais campos da *religio*, mas devem ser considerados mais propriamente os *fundamenta* originários (referíveis, de fato, às origens da *Urbs* de Rômulo e Numa Pompílio) da *res publica*⁷⁶: tanto o elevado poder conquistado pelo Povo romano no curso de sua história, quanto a extensão “mundial” do *imperium populi Romani* seriam de todo inexplicáveis “*sine summa placatione deorum immortalium*” [sem a suprema pacificação dos deuses imortais].

⁷² “C’est à la piété collective et institutionnelle, aux *religiones* de la cité que les Romains attribuaient le succès de leur politique et leur hégémonie universelle. [...] A cet égard, les Romains pouvaient à bon droit se targuer de l’emporter sur tous peuples *religione, id est cultu deorum*” [TURCAN, Robert. *Religion romaine*. Vol. 2: Le culte. Leiden-New York- København-Köln: E. J. Brill, 1988. p. 05 et seq.].

⁷³ ARDLEY, G. W. R. Cotta and the theologians. *Prudentia*, v. 5(1), p. 33-50, 1973; HEILMANN, Willibald. *Auctoritas der Tradition und Ratio im Widerstreit. Zur Position des Cotta in Ciceros De natura deorum* (3.5 und 3.51f.). *Der altsprachliche Unterricht*, v. 37(6), p. 23-30, 1994.

⁽ⁿ⁾ Nota de tradução: o professor Sini colocou em francês essa frase de Dumézil – «les deux grandes divisions, exaustives, de la religion».

⁷⁴ DUMÉZIL, George. *Idées romaines*. Paris: Gallimard, 1969. p. 96, n. 1. No mesmo sentido, cf. também: SCHILLING, Robert. L’originalité du vocabulaire religieux latin. In: SCHILLING, Robert. *Rites, cultes, dieux de Rome*. Paris: Klincksieck, 1979. p. 37: “En définitive, on comprend que les pontifes et les augures constituent pour les Anciens les piliers fondamentaux de la religion romaine. Les premiers administrent les *sacra*, les seconds interviennent dans la prise des *auspicia* – division qui correspond aux deux provinces de la religion romaine”.

⁷⁵ Sobre o texto citado, cf. o amplo comentário em: PEASE, A. S. (ed.). *M. Tulli Ciceronis De natura Deorum*. Vol. II. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968 (reimpr. 1ª ed., 1957). p. 983 et seq.

^(o) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Cumque omnis populi Romani religio in sacra et in auspicia divisa sit, tertium adiunctum sit si quid praedictionis causa ex portentis et monstribus Sibyllae interpretes haruspicesve monuerunt, harum ego religionum nullam unquam contemnendam putavi mihi que ita persuasi Romulum auspiciis, Numam sacris constitutis fundamenta iecisse nostrae civitatis, quae numquam profecto sine summa placatione deorum immortalium tanta esse potuisset*”. A tradução acima advém deste texto: VENDEMIATTI, Leandro Abel. ‘Sobre a natureza dos deuses’ de Cícero. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003. p. 114.

⁷⁶ Mais amplamente, cf.: STARK, Rudolf. Ciceros Staatsdefinition (1954). In: KLEIN, Richard (org.). *Das Staatsdenken der Römer*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966. p. 332-345.





Essa visão providencial da *civitas Romana* e de seu *imperium*, enquanto concebido essencialmente como expressão da vontade dos deuses, quase um prêmio ao Povo romano por haver superado todos os povos em religiosidade, encontra-se também em diversos outros locais da obra ciceroniana: assim, por exemplo, no discurso *De haruspicum responsis* se lê que, por *pietas e religio*, “*omnis gentis nationesque superavimus*” [superamos toda gente e nação]:

De har. resp. 19: Na verdade, se alguém suspender os olhos ao céu, haverá mortal tão estúpido que não sinta que os deuses existem e que não atribua ao acaso aquelas obras cuja ordem e sequência são o desespero da sabedoria humana? E poderemos admitir a existência dos deuses sem ao mesmo tempo reconhecer que é à sua suprema proteção que o nosso imenso império deve a sua origem, o seu crescimento e a sua preservação? Podemos gabar-nos, pais conscritos, mas não prevalecemos sobre os hispanos em número, nem sobre os gauleses em força, nem sobre os cartagineses em astúcia, nem sobre os gregos nas artes, nem sobre os próprios latinos e os italianos naquele sentido requintado, fruto do clima em que vivemos. Mas a piedade, mas a religião, mas sobretudo aquela sabedoria que nos fez reconhecer que tudo é regulado e governado pelo poder dos deuses imortais: isto, pais conscritos, é o que nos distingue das outras nações; É nesta capacidade que superamos toda gente e nação ^{77(p)}.

Ou, no discurso *pro Milone*: onde a “*imperi nostri magnitudo*” [magnitude de nosso império] vem apresentada em estreitíssima conexão com a “*maiorum nostrorum sapientia, qui sacra, qui caerimonias, qui auspicia et ipsi sanctissime coluerunt et nobis suis posteris prodiderunt*” [“sabedoria dos nossos antepassados; que cultivaram com a mais santa reverência os ritos sagrados, as cerimônias religiosas e os auspícios, e também nos transmitiram à sua posteridade, para que assim fossem cultivados por nós”] ^{78(q)}.

Na verdade, a uma melhor observação, mesmo o conhecimento do papel fundamental exercitado pela *religio* na vida da comunidade romana constituía uma característica saliente da

⁷⁷ Estimulantes reflexões sobre o valor mais amplo do texto em: HUMBERT, Michel. Droit et religion dans la Rome antique. In: ANKUM, J. A. (org.). *Mélanges Felix Wubbe*: offerts par ses collègues et ses amis à l'occasion de son soixante-dixième anniversaire. Fribourg Suisse: Editions Universitaires Fribourg Suisse, 1993. p. 191-206.

^(p) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Etenim quis est tam vaecors qui aut, cum suspexit in caelum, deos non sentiat et ea quae tanta mente fiunt, ut vix quisquam arte ulla ordinem rerum ac necessitudinem persequi possit, casu fieri putet, aut, cum deos esse intellexerit, non intellegat eorum numine hoc tantum imperium esse natum et auctum et retentum? Quam volumus licet, patres con scripti, ipsi nos amemus, tamen nec numero Hispanos nec robore Gallos nec calliditate Poenos nec artibus Graecos nec denique ipso huius gentis ac terrae domestico nativoque sensu Italos ipsos ac Latinos, sed pietate ac religione atque hac una sapientia, quod deorum numine omnia regi gubernarique perspeximus, omnis gentis nationes que superavimus*”. Para a tradução acima para a língua portuguesa nos valemos da versão francesa: CICERO, Marcus Tullius. *Œuvres complètes de Cicéron*. Vol. 3. Trad. Charles Nisard. Paris: Firmin Didot Frères et Fils, 1859. p. 07.

⁷⁸ Cicerone, *Pro Mil.* 83: “*Nec vero quisquam aliter arbitrari potest, nisi qui nullam vim esse ducit numenve divinum, quem neque imperi nostri magnitudo neque sol ille nec caeli signorumque motus nec vicissitudines rerum atque ordines movent, neque, id quod maximum est, maiorum nostrorum sapientia, qui sacra, qui caerimonias, qui auspicia et ipsi sanctissime coluerunt et nobis suis posteris prodiderunt*”.

^(q) Nota de tradução: trecho em português de nossa responsabilidade de tradução, com influência da versão inglesa de Charles Duke Yonge: CICERO, Marcus Tullius. *The Orations of Marcus Tullius Cicero, literally translated by C. D. Yonge, B. A.* vol. 3. London: George Bell & Sons, York Street, Covent Garden, 1891. p. 427.





historiografia latina. Conhecimento que transparece, por exemplo, com grande clareza na *Catilinae coniuratio*⁷⁹ de C. Sallustio Crispo:

Cat. 12.1-5: Após as riquezas começarem a ser tornar a base da honra, e lhe seguiram o renome, a autoridade e o poder, a virtude começou a debilitar-se, a pobreza começou a ser considerada como uma desonra, a integridade começou a ser considerada como algo malévolos. Por isso, por causa destas riquezas, a luxúria e a avareza, juntamente com a soberba, invadiram a juventude: começaram a roubar, a desperdiçar, a considerar as suas próprias posses como de pouco valor, a desejar as que pertencem a outros, e misturaram o pudor e a vergonha, o humano com o divino, não considerando nada como tendo valor nem moderação. Vale a pena, sempre que se contemplam as casas e as propriedades construídas à maneira de cidades, visitar os templos dos deuses que os nossos antepassados, os homens mais piedosos, construíram. Estes homens adornavam os templos dos deuses com sua piedade, suas próprias casas com glória, e aos vencidos, nada lhes retiraram, a não ser a possibilidade da ofensa. Entretanto, em contraste, estes homens, os mais malvados, através de um grande crime tomavam tudo dos aliados, o que os nossos homens mais corajosos, como vencedores, haviam deixado para trás; exatamente como se o infligir um dano fosse o único uso do império^{80(r)}.

O historiador dos *populares*⁸¹ contrapunha, então, o luminoso exemplo dos “*nostri maiores, religiosissimi mortales*”, à decadência corrupta dos contemporâneos, remarcando com

⁷⁹ YAVETZ, Zvi. The Failure of Catiline's Conspiracy. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 12(4), p. 485-499, Oct. 1963; WIMMEL, Walter. Die Zeitlichen Vorwegnahmen in Sallusts 'Catilina'. *Hermes*, v. 95(2), p. 192-221, 1967; PHILLIPS, E. J. Catiline's Conspiracy. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 25(4), p. 441-448, 1976; GLÜCKLICH, Hans-Joachim. Gute und schlechte Triebe in Sallusts *Catilinae coniuratio*. *Der altsprachliche Unterricht*, v. 31(5), p. 23-41, 1988; DAHLHEIM, Werner. Die Not des Staates und das Recht des Bürgers: die Verschwörung des Catilina (63/62 v. Chr.) In: DEMANDT, Alexander (org.). *Macht und Recht: Große Prozesse in der Geschichte*. München: C. H. Beck, 1990. p. 27 et seq.; DRUMMOND, Andrew. *Law, politics and power: Sallust and the execution of the Catilinarian conspirators*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995 [Historia, Einzelschriften, H. 93]; PHILIPP, Günther. Gedanken zum Prooemium und zur Charakterisierung Catilinas in Sallusts 'Coniuratio Catilinae'. In: BAYER, Karl; PETERSEN, Peter; WESTPHALEN, Klaus (orgs.). *Die Antike und ihre Vermittlung: Festschrift für Friedrich Maier*. München: Oldenbourg, 1995. p. 137-142; GIOVANNINI, Adalberto. Catilina et le problème des dettes. In: MALKIN, Irad; RUBINSON, Wolfgang (orgs.). *Leaders and Masses in the Roman World: Studies in Honor of Zvi Yavetz*. Leiden-New York-Köln: Brill, 1994. p. 15-32; WILKINS, Ann Thomas. *Villain Or Hero: Sallust's Portrayal of Catiline*. New York: P. Lang, 1994.

⁸⁰ Para um comentário exauriente da passagem, remeto a: VRETSKA, Karl. *C Sallustius Crispus. De Catilinae Coniuratione*. Heidelberg: C. Winter Verlag, 1976. p. 232 et seq.

^(r) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Postquam divitiae honori esse coepere et eas gloria imperium potentia sequebatur, hebescere virtus, paupertas probro haberi, innocentia pro malivolentia duci coepit. Igitur ex divitiis iuventum luxuria atque avaritia cum superbia invasere: rapere consumere, sua parvi pendere, aliena cupere, pudorem pudicitiam, divina atque humana promiscua, nihil pensi neque moderati habere. Operae pretium est, cum domos atque villas cognoveris in urbium modum exaedificatas, visere templa deorum, quae nostri maiores, religiosissimi mortales, fecere. Verum illi delubra deorum pietate, domos suas gloria decorabant, neque victis quicquam praeter iniuriae licentiam eripiebant. At hi contra, ignavissimi homines, per summum scelus omnia ea sociis adimere, quae fortissimi viri victores reliquerant: proinde quasi iniuriam facere, id demum esset imperio uti*” [Disponível em: < https://www.lateinlex.de/?call=Puc&permalink=Sall_Cat_12 >]. No corpo do texto acima, a tradução nossa levou em conta elementos do Dicionário Lateinlex, com influência da versão virtual feita por Juan Aguilar [<https://latinategua.es/wp-content/uploads/TextosLatinos/Cat/catilinae.htm>].

⁸¹ Entre a larga bibliografia sobre o grande historiador, bastará citar de pronto alguns títulos: FUNAIOLI, Giovanni. C. Sallustius Crispus. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, I.A.2, Stuttgart: J. B. Metzler, 1920. col. 1913 et seq.; SCHUR, Werner. *Sallust als Historiker*. Stuttgart: Kohlhammer, 1934; EARL,





nostalgia e lamento, sobretudo que *illi*, diferentemente de seus “*ignavissumi homines*” [homens os mais malvados] de seu tempo, “*delubra deorum pietate, domos suas gloria decorabant*” [adornavam os templos dos deuses com sua piedade, suas próprias casas com glória]⁸².

Do mesmo modo, Tito Lívio, nos livros *Ab urbe condita*, havia buscado caracterizar a cidade de Roma como o lugar mais dedicado à religião⁸³:

Tito Livio 5.52.2: Temos uma cidade fundada de acordo com os auspícios e os augúrios. Nela não há um só recanto que não esteja consagrado pelo culto dos deuses.

Donald C. *The Political Thought of Sallust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961; HANELL, Krister. Bemerkungen zu der politischen Terminologie des Sallustius. *Eranos*, v. 43, p. 263 et seq., 1945 [republicado – In: KLEIN, Richard (org.). *Das Staatsdenken der Römer*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966. p. 500-513]; SYME, Ronald. *Sallust*. Berkeley: University of California Press, 1964 [trad. italiana: SYME, Ronald. *Sallustio*. Trad. S. Galli. Brescia: Paideia, 1968]; LA PENNA, Antonio. *Sallustio e la “rivoluzione” Romana*. Milano: Feltrinelli, 1968; PETZOLD, Karl-Ernst. Der politische Standort des Sallust. *Chiron*, v. 1, p. 219-238, 1971; MAZZARINO, Santo. *Il pensiero storico classico*. Vol. II, 2. 4ª ed. Roma-Bari: Laterza, 1974. p. 03 et seq.; MALITZ, Jürgen. *Ambitio mala: Studien zur politischen Biographie des Sallust*. Bonn: Habelt, 1975; PÖSCHL, Viktor. *Sallust*. 2ª ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981; BÜCHNER, Karl. *Sallust*. 2ª ed. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1982. Para maiores informações remeto a: DI SALVO, Lucia. Nota bibliográfica. In: FRASSINETTI, Paolo; DI SALVO, Lucia (orgs.). *Opere di Caio Sallustio Crispo*. 2ª ed. Torino: UTET, 1991. p. 29 et seq.

⁸² Sobre os temas da decadência e da relação entre expansão e crise das instituições republicanas na visão histórica de Salústio, cf., dentre outros: PERL, Gerhard. Sallust und die Krise der römischen Republik. *Philologus*, v. 113(1-2), p. 201-216, 1969; KOESTERMANN, Erich. Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus. In: TEMPORINI, Hildegard (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. I.3. Berlin-New York: De Gruyter, 1973. p. 781-810; BRINGMANN, Klaus. Weltherrschaft und innere Krise Roms im Spiegel der Geschichtsschreibung des zweiten und ersten Jahrhunderts v.Chr. *Antike und Abendland*, v. 23, p. 28-49, 1977; VENTURINI, Carlo. *Luxus e avaritia nell'opera di Sallustio* (Osservazioni e problemi). *Athenaeum*, v. 57, p. 277-292, 1979; ALONSO-NÚÑEZ, J. M. La crisi in Sallustio. In: AA.VV. *La Rivoluzione Romana: Inchiesta tra gli antichisti*. Napoli: Jovene, 1982. p. 203-207 [*Biblioteca di Labeo*, 6]; WOLFF, Hartmut. Bemerkungen zu Sallusts Deutung der Krise der Republik. In: DIETZ, Karlheinz; HENNIG, Dieter; KALETSCH, Hans (orgs.). *Klassisches Altertum, Spätantike und frühes Christentum*: Adolf Lippold zum 65. Geburtstag gewidmet. Würzburg: Seminars für Alte Geschichte, 1993. p. 163-173; HELDMANN, Konrad. *Sallust über die römische Weltherrschaft*: Ein Geschichtsmodell im Catilina und seine Tradition in der hellenistischen Historiographie. Stuttgart: B. G. Teubner, 1993; SCHÜTRUMPF, E. Die Depravierung Roms nach den Erfolgen des Imperiums bei Sallust, *Bellum Catilinae* Kap. 10 – philosophische Reminiszenzen. In: KNEISSL, Peter; LOSEMAN, Volker (orgs.). *Imperium Romanum: Studien zu Geschichte und Rezeption*. Stuttgart: Steiner, 1998. p. 674-689.

⁸³ Cf., nesse sentido: FERRABINO, Aldo. *Urbs in aeternum condita*. Padova: CEDAM, 1942; VOGT, Joseph. *Römischer Glaube und römisches Weltreich*. Padova: CEDAM, 1943. Pelo que diz respeito, por outro lado, mais especificamente à ideologia, cf.: HAFFTER, Heinz. Rom und römische Ideologie bei Livius. *Gymnasium*, v. 71, p. 236-250, 1964 [Também publicado em: HAFFTER, Heinz. *Römische Politik und römische Politiker*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1967. p. 74 et seq.]; MAZZA, Mario. *Storia e ideologia in Livio*: Per un'analisi storiografica della ‘*praefatio*’ ai ‘*libri ab urbe condita*’. Catania: Bonanno, 1966 (em particular, p. 129 et seq.); MILES, Gary. *Maiores, conditores*, and Livy's Perspective on the Past. *Transactions of the American Philological Association*, v. 118, p. 185-208, 1988; FEICHTINGER, Barbara. *Ad maiorem gloriam Romae* Ideologie und Fiktion in der Historiographie des Livius. *Latomus*, v. 51(1), p. 03-33, 1992.





Nossos sacrifícios solenes têm não só lugares mas também dias marcados para sua realização^{84(s)}.

Na obra de Tito Lívio se encontra reafirmada muitas vezes a convicção de que a história dos Romanos constituísse a prova mais irrefutável de como “*omnia prospera evenisse sequentibus deos*” [tudo nos correu favoravelmente quando obedecemos aos deuses]:

Tito Lívio 5.51.4-5: Na verdade, ainda que não tivéssemos instituições religiosas, criadas juntamente com a fundação da cidade e transmitidas de geração em geração, contudo foi tão evidente nestes últimos anos a intervenção divina nos negócios de Roma que me parece excluída das cogitações humanas qualquer negligência ao culto dos deuses. Observai os acontecimentos felizes ou infelizes destes últimos anos. Verificareis que tudo nos correu favoravelmente quando obedecemos aos deuses, e de modo desfavorável quando os desprezamos^{85(t)}.

⁸⁴ A valência religiosa do texto foi especialmente bem referida em Fugier: “En fait, le *populus* ne pourrait subsister s’il perdait le milieu sacré qui le nourrit pour ainsi dire, en quittant l’*urbs* fondée avec l’acquiescement des auspices et par un acte inaugural; ou pour exprimer la même idée à un niveau religieux un peu plus moderne, il ne pourrait conserver la *pax deorum*, hors du cadre seul apte à contenir les sacrifices réguliers, par lesquels cette «paix» se maintient. Telles sont les vérités que lui rappelle Camille, pour ruiner la folle suggestion des tribuns, d’émigrer en masse vers le site de Véies” [FUGIER, Huguette. *Recherches sur l’expression du sacré dans la langue latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1963. p. 207]. Cf. também ainda as reflexões em: TERNES, Charles Marie. *Tantae molis erat...* De la ‘nécessité’ de fonder Rome, vue par quelques écrivains romains du – 1er siècle. In: TERNES, Charles-Marie. *Condere Urbem*: Actes des 2èmes ‘Rencontres Scientifiques de Luxembourg’ (janvier 1991). Luxembourg: Publications du Centre Universitaire de Luxembourg, 1998. p. 04-25 (esp. p. 18 et seq.).

^(s) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Urbem auspiciato inauguratoque conditam habemus; nullus locus in ea non religionum deorumque est plenus; sacrificiis solemnibus non dies magis statim quam loca sunt in quibus fiant*”. A tradução no corpo do texto advém de: TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe Condita Libri*. Vol. I. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989. p. 449.

⁸⁵ Cf. Tito Lívio 1.9.3-4: “*Urbes quoque, ut cetera, ex infimo nasci; dein, quas sua virtus ac dii iuvent, magnas opes sibi magnumque nomen facere; satis scire origini Romanae et deos adfuisse et non defuturam uirtutem*”. T. L. 1.21.1-2: “*Ad haec consultanda procurandaque multitudine omni a vi et armis conversa, et animi aliquid agendo occupati erant, et deorum adsidua insidens cura, cum interesse rebus humanis caeleste numen videretur, ea pietate omnium pectora imbuerat, ut fides ac ius iurandum pro legum ac poenarum metu civitatem regerent. Et cum ipsi se homines in regis velut unici exempli mores formarent, tum finitimi etiam populi, qui antea castra non urbem positam in medio ad sollicitandam omnium pacem crediderant, in eam verecundiam adducti sunt, ut civitatem batotam in cultum versam deorum violare ducerent nefas*”. T. L. 1.55.3-4: “*Inter principia condendi huius operis movisse numen ad indicandam tanti imperii molem traditur deos; nam cum omnium sacellorum exaugurationes admitterent aves, in Termini fano non addixere; idque omen auguriumque ita acceptum est, non motam Termini sedem unumque eum deorum non evocatum sacratis sibi finibus firma stabiliaque cuncta portendere*”. T. L. 8.39.10: “*Hoc demum proelium Samnitium res ita infregit, ut omnibus conciliis fremerent minime id quidem mirum esse, si impio bello et contra foedus suscepto, infestioribus merito deis quam hominibus, nihil prospere agerent*”. T. L. 28.11.1: “*In civitate tanto discrimine belli sollicita, cum omnium secundorum aduersorumque causas in deos verterent, multa prodigia nuntiabantur*”.

^(t) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Equidem, si nobis cum urbe simul positae traditaeque per manus religiones nullae essent, tamentam evidens numen hac tempestate rebus adfuit Romanis, ut omnem neglegentiam divini cultus exemptam hominibus putem. Intuemini enim horum deinceps annorum vel secundas res vel adversas; invenietis omnia prospera evenisse sequentibus deos, adversa spernentibus*”. A tradução no corpo do texto advém de: TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe Condita Libri*. Vol. I. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989. p. 448-449.





Além disso, cabe destacar um outro convencimento profundo do historiador patavino [ou seja, de Pádua], o qual considerava a *pietas* e a *fides*⁸⁶ elementos essenciais para a legitimação divina do *imperium* dos Romanos; do seu ponto de vista, os deuses se mostrariam, em qualquer circunstância, muito mais bem dispostos com aqueles que praticam a *pietas* e honram à *fides*: “*favere enim pietati fideique deos, per quae populus Romanus ad tantum fastigii venerit*” [pois os deuses favorecem a piedade e a boa-fé, com que o povo romano chegou tão alto]^{87(u)}.

Valério Máximo⁸⁸ também destacava, enquanto elemento basilar e caracterizante da *civitas* romana, o princípio “*omnia manque post religionem ponenda semper nostra civitas duxit*” [nossa cidade valorizava a religião acima de todas as coisas]:

Fact. et dict. memor. 1.1.9: (...) que, enquanto pretor, sendo dirigido por seu pai, o principal do colégio dos sacerdotes sális, carregava os ‘ancilia’ [*n.trad.* os ancis – escudos], seis lictores indo antes dele; embora pudesse ter alegado uma desculpa daquele dever, em virtude de sua posição. Mas nossa cidade valorizava a religião acima de todas as coisas, preferindo-a à autoridade de toda majestade soberana: portanto, seus magistrados não hesitaram em obedecer em assuntos sagrados; acreditando que obteriam mais facilmente o comando exclusivo das coisas humanas, se fossem constante e verdadeiramente obedientes ao poder divino^{89(v)}.

⁸⁶ MERTEN, Marieluise. *Fides romana bei Livius*. Dissert. Frankfurt am Main, 1965; FLURL, Wolfgang. *Deditio in fidem: Untersuchungen zu Livius und Polybios*. Dissert. München, 1969. p. 127 et seq.; sobre *fides* e *pietas*, cf.: MOORE, Thimoty J. *Artistry and Ideology: Livy’s Vocabulary of Virtue*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1989. (particularmente p. 35 et seq., 56 et seq.).

⁸⁷ Tito Lívio 44.1.9-11: “*Paucis post diebus consul contionem apud milites habuit. Orsus a parricidio Persei perpetrato in fratrem, cogitato in parentem, adiecit post scelere partum regnum veneficia, caedes, latrocinio nefando petitem Eumenen, iniurias in populum Romanum, direptiones sociarum urbium contra foedus. Ea omnia quam dis quoque invisa essent, sensurum in exitu rerum suarum; favere enim pietati fideique deos, per quae populus Romanus ad tantum fastigii venerit*”. Para uma visão mais ampla das concepções religiosas do sumo “analista” [historiador-cronista] romano, cf.: STÜBLER, Gerhard. *Die religiosität des Livius*. Stuttgart: Kohlhammer, 1941; KAJANTO, Iiro. *God and fate in Livy*. Turku: Turun Yliopiston Kustantama, 1957; PASTORINO, Agostino. *Religiosità romana: dalle Storie di Tito Livio*. Torino: Loescher, 1960; LIEBESCHUETZ, Wolf. The Religious position of Livy’s History. *The Journal of Roman Studies*, v. 57(1/2), p. 45-55, 1967; LEVENE, D. S. *Religion in Livy*. Leide-New York-Köln: Brill, 1993; para as fórmulas de preces, cf. ainda: HICKSON F.V. *Roman prayer language: Livy and the Aeneid of Vergil*. Stuttgart: B. G. Teubner, 1993.

^(u) *Nota de tradução*: A tradução do trecho acima em realce que está no corpo do texto teve por base essa versão em língua espanhola: TITO LIVIO. *Historia de Roma desde su fundación*: Libros XLI-XLV. Traducción de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Editorial Gredos, 2008. p. 195 [Biblioteca Clásica Gredos, 192].

⁸⁸ Quanto a aspectos biográficos, cf.: HELM, R. Valerius Maximus. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, VIII A, 1. Stuttgart: J. B. Metzler, 1955. col. 90 et seq.; FARANDA, Rino. Introduzione. In: FARANDA, Rino (org. e trad.). *Valerio Massimo: Detti e fatti memorabili*. Torino: UTET, 1971 (reimpr. 1976). p. 09 et seq. (cf. também a bibliografia precedente).

⁸⁹ Não me parece que capte bem todas as implicações teológicas e jurídicas dessa passagem o recente comentário de Wardle, onde se lê: “V. has rhetorical exaggeration, particularly in glory of the highest majesty, with is not a natural definition of the praetorship” [WARDLE, D. (org. e trad.). *Valerius Maximus: Memorable deeds and sayings*. Book 1. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 100].

^(v) *Nota de tradução*: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Qui praetor a patre suo collegii Saliorum magistro iussus sex lictoribus praecedentibus arma ancilia tulit, quamvis vacationem huius officii honoris beneficio haberet. Omnia namque post religionem ponenda semper nostra civitas duxit, etiam in quibus summae maiestatis conspici decus voluit. Quapropter non dubitaverunt sacris imperia servire, ita se humanarum*





Explicava, de fato, o autor das *Facta et dicta memorabilia*⁹⁰ que, por essa razão, os titulares da *summa maiestas* não haviam nunca hesitado em se colocar à disposição da *civitas* para o cumprimento dos ritos sacros, estimando que lograriam o governo do mundo, se servissem bem e constantemente aos poderes dos deuses.

O último testemunho que pretendo propor provém do campo adverso à religião politeísta romana. Trata-se do testemunho de Quintus Septimius Florens Tertullianus⁹¹, verdadeiro pai da literatura latina cristã, o qual, ao final do século II d.C., em seu *Apologeticum*⁹², respondia às medidas repressivas anticristãs com referências precisas a noções jurídicas romanas⁹³ e polemizava contra os muitos deuses da religião tradicional:

Apolog. 25.1-2: Considero ter dado provas suficientes sobre a verdadeira e a falsa divindade quando demonstrei até que ponto a minha prova se fundamenta não apenas

rerum futura regimen existimantia, si divinae potentiae bene atque constanter fuissent famulata”. A tradução no corpo do texto acima tem influência desta versão inglesa: Valerius Maximus: Memorable Deeds and Sayings. Disponível em: < <https://www.attalus.org/translate/valerius1a.html> >.

⁹⁰ As versões mais recentes da obra são: COMBÈS, Robert. *Valère Maxime: Faits et Dits Mémemorables*. Vols. I-II (livros I-III, IV-VI). Paris: Les Belles Lettres, 1995-1997; BRISCOE, John. *Valeri Maximi: Facta et Dicta Memorabilia*. 2 vols. Stuttgart-Leipzig: B.G. Teubner, 1998. Para os últimos estudos sobre Valério Máximo [apesar de restar ainda útil o ensaio de Klotz: KLOTZ, Alfred. *Studien zu Valerius Maximus und den Exempla*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften der Wissenschaften/C.H. Beck, 1942 (*Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Abteilung*, Heft 5)], cf.: RÖMER, Franz. Zum Aufbau der Exempelasammlung des Valerius Maximus. *Wiener Studien*, v. 103, p. 99-107, 1990; BLOOMER, W. Martin. *Valerius Maximus and the Rhetoric of the new Nobility*. London: Duckworth, 1992; SKIDMORE, Clive. *Practical Ethics for Roman Gentlemen: The Work of Valerius Maximus*. Exeter: University of Exeter Press, 1996; por fim, cf. as contribuições dos diversos estudiosos compiladas em: DAVID, Jean-Michel (org.). *Valeurs et mémoire à Rome: Valère Maxime ou la vertu recomposée*. Paris: De Boccard, 1998 (com ensaios, para além daquele do próprio David, de Y. Lehmann, C. Loutsch, M. Coudry, M. Chassignet, M. Humm, A. Jacquemin, e M. L. Freyburger).

⁹¹ Entre a verdadeiramente considerável bibliografia, bastará citar algumas das obras mais recentes: BRAUN, René. *Deus Christianorum: Recherches sur le vocabulaire doctrinal de Tertullien*. Paris: Études Augustiniennes, 1962; KLEIN, Richard. *Tertullian und das römische Reich*. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1968; FREDOUILLE, Jean-Claude. *Tertullien et la conversion de la culture antique*. Paris: Études Augustiniennes, 1972; RAMBAUX, Claude. *Tertullien face aux morales des trois premiers siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 1979; BARNES, Timothy. *Tertullian: A historical and literary study*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1985.

⁹² BECKER, Carl. *Tertullians Apologeticum: Werden und Leistung*. München: Kösel Verlag, 1954; FRASSINETTI, Paolo. *Tertulliano e l'“Apologetico”*. Genova: Tilgher, 1974; ECKERT, Günter. *Orator Christianus: Untersuchungen zur Argumentationskunst in Tertullians Apologeticum*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.

⁹³ Para os estudos referentes a noções jurídicas romanas e ao vocabulário jurídico de Tertuliano, cf.: VITTON, Paolo. *I concetti giuridici nelle opere di Tertulliano*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1924; BECK, Alexander. *Römisches Recht bei Tertullian und Cyprian: Eine Studie zur frühen Kirchenrechtsgeschichte*. Aalen: Scientia Verlag, 1967 (1930). p. 49 et seq., 60 et seq. (em particular); STIRNIMANN, Joseph Kaspar. *Die praescriptio Tertullians im Lichte des römischen Rechts und der Theologie*. Freiburg in der Schweiz: Paulusverlag, 1949. p. 39 et seq. (em particular); SIDER, Robert D. *Ancient Rhetoric and the Art of Tertullian*. Oxford: Oxford University Press, 1971. p. 74 et seq.; GAUDEMET, Jean. *Le droit romain dans la littérature chrétienne occidentale du IIIe au Ve siècle*. Milano: Giuffrè, 1978. p. 15 et seq. [*Ius Romanum Medii Aevi*, pars I, 3, b]. Por outro lado, quanto à possibilidade de identificar o polemista cristão com o homônimo jurista, remeto ao exame detalhadíssimo: KUNKEL, Wolfgang. *Herkunft und soziale Stellung der römischen Juristen*. Weimar: Böhlau, 1952. p. 236 et seq.; cf. também: BARNES, Timothy. *Tertullian: A historical and literary study*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 1985. p. 22 et seq.





em disputas e argumentações, mas até mesmo nos testemunhos daqueles que são creditados como deuses, de modo que não há mais nada a ser acrescentado a esta disputa. Contudo, dado que o prestígio do nome romano está especialmente envolvido, não evito a disputa causada pela presunção daqueles que dizem que os romanos, devido ao seu zelo religioso, foram tomados e colocados no cume do poder a ponto de dominar o mundo inteiro; e que a existência dos deuses é comprovada na medida em que aqueles que superam os demais em reverenciá-los se destacam acima dos demais povos^{94(w)}.

Como parece evidente na passagem citada, a polêmica de Tertuliano em defesa da *causa Christianorum*⁹⁵ tende sobretudo a demonstrar infundada a própria base teológica e jurídica da religião politeísta romana: vale dizer, *illa praesumptio*, muito difusa naturalmente entre seus contemporâneos, segundo a qual os Romanos teriam sido alçados ao domínio mundial (“*ut orbem occuparint*”) somente em razão da grandíssima piedade religiosa (“*pro merito religionis diligentissimae*”), porquanto os deuses concedem o máximo poder aos povos que mais os veneram⁹⁶.

5 PAX DEORUM

Aquilo afirmado pelos autores antigos constitui uma concepção quase originária da experiência jurídica e religiosa romana; profundamente conectada, assim, com a mais antiga teologia sacerdotal e com a primitiva elaboração do *ius*.

Já em época remota, os *sacerdotes* haviam teorizado a existência de um liame indissolúvel entre a *vita* do povo romano e sua *religio*, ao ponto de considerar como finalidade

⁹⁴ A problemática tratada na passagem e o relativo “argumento político” resultam bem enquadrados no comentário de Waltzing em: WALTZING, J. P. (org.). *Tertullien: Apologétique*. Liège-Paris: Vaillant-Carmanne-Honoré Champion, 1919. p. 120 et seq.

^(w) Nota de tradução: Consta no corpo do texto original o trecho em latim – “*Satis quidem mihi videor probasse de falsa et vera divinitate, cum demonstravi, quemadmodum probatio consistat, non modo disputationibus nec argumentationibus, sed ipsorum etiam testimoniis, quos deos creditis, ut nihil iam ad hanc causam sit retractandum. Quoniam tamen Romani nominis proprie intercedit auctoritas, non omitto congressionem, quam provocat illa praesumptio dicentium, Romanos pro merito religionis diligentissimae in tantum sublimitatis elatos et impositos, ut orbem occuparint, et adeo deos esse, ut praeter ceteros floreat, qui illis officium praeter ceteros faciant*”. Para a tradução do trecho no corpo do texto acima, houve influência de uma versão em espanhol: TERTULIANO. *Apologético; A los gentiles*. Introducción, traducción y notas de Carmen Castillo García. Madrid: Editorial Gredos, 2001. p. 134-135.

⁹⁵ Tertuliano, *Apolog.* 1.1: “*Si non licet vobis, Romani imperii antistites, in aperto et edito, in ipso fere vertice civitatis praesidentibus ad iudicandum, palam dispicere et coram examinare, quid sit liquido in causa Christianorum; si ad hanc solam speciem auctoritas vestra de iustitiae diligentia in publico aut timet aut erubescit inquirere; si denique, quod proxime accidit, domesticis indiciis nimis operata infestatio sectae huius os obstruit defensioni: liceat veritati vel occulta via tacitarum litterarum ad aures vestras pervenire*”.

⁹⁶ Para uma análise da “*Polemik im Werke Tertullians*”, são dedicadas muitas páginas em: OPELT, Ilona. *Die Polemik in der christlichen lateinischen Literatur von Tertullian bis Augustin*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 1980. p. 04 et seq.





de toda atividade a obtenção (e a conservação) da “paz com os deuses”⁹⁷: isto é, permanecer em uma situação de amizade nas relações entre os homens e as divindades⁹⁸, entendida como sendo também parte integrante do sistema jurídico-religioso⁹⁹.

Emerge assim o conceito de *pax deorum*, atestado também na sua forma arcaica de *pax divom* ou *deum*¹⁰⁰ em Plauto (“*sunt hic omnia, quae ad deum pacem oportet adesse*”)¹⁰¹, Lucrécio (“*non divom pacis votis adit ac prece quaesit*”)¹⁰², Tito Lívio¹⁰³ e Virgílio (“*exorat pacem divom*”)¹⁰⁴.

⁹⁷ Para a definição do conceito de *pax deorum*, com amplas referências às fontes atestando os comportamentos humanos suscetíveis de violá-la, cf.: VOCI, Pasquale. *Diritto sacro romano in età arcaica. Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 19, p. 49 et seq., 1954 [= In: VOCI, Pasquale. *Scritti di diritto romano*. Vol. I. Padova: CEDAM, 1985. p. 226 et seq.]; ao qual podemos adicionar: SORDI, Marta. “Pax deorum” e libertà religiosa nella storia di Roma. In: SORDI, Marta (org.). *La pace nel mondo antico*. Milano: Vita e Pensiero, 1985. p. 146 et seq.; MONTANARI, Enrico. Il concetto originario di *pax* e *pax deorum*. In: CATALANO, Pierangelo; SINISCALCO, Paolo (orgs.). *Concezione della pace*. Roma: Herder, 2006. p. 49 et seq. [*VIII Seminario Internazionale di Studi Storici “Da Roma alla Terza Roma”* – Relazioni e comunicazioni, 1]; MONTANARI, Enrico. *Mito e storia nell’annalistica romana delle origini*. Roma: Edizioni dell’Ateneo, 1990. p. 85 et seq. (Appendice I: “Tempo della città e pax deorum: l’infissione del clavus annalis”); e, por fim – SINI, Francesco. *Bellum nefandum: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1991. p. 256 et seq. (cf. fontes e literatura precedentes).

⁹⁸ Cf., nesse sentido: VOCI, Pasquale. *Diritto sacro romano in età arcaica. Studia et Documenta Historiae et Iuris*, 19, p. 49, 1954 [= In: VOCI, Pasquale. *Scritti di diritto romano*. Vol. I. Padova: CEDAM, 1985. p. 224]; mas também, por último, M. Humbert, segundo o qual: “La conception – d’ordre philosophique – du monde romain est celle d’un ensemble de rapports ou de forces en équilibre: toute action humaine affecte par définition cette harmonie naturelle et trouble l’ordre voulu par les dieux. D’où la nécessité, avant (ou, au pire, après) toute action, de se concilier l’accord des dieux témoignant leur adhésion. La paix universelle est alors sauvegardée. La religion consiste ainsi à rester en bons rapports avec les dieux, pour les avoir avec soi” [HUMBERT, Michel. *Droit et religion dans la Rome antique*. In: ANKUM, J. A. (org.). *Mélanges Felix Wubbe: offerts par ses collègues et ses amis à l’occasion de son soixante-dixième anniversaire*. Fribourg Suisse: Editions Universitaires Fribourg Suisse. p. 195].

⁹⁹ “La République est effectivement une association de trois partenaires: les dieux, le peuple et les magistrats” [SCHEID, John. *Le prêtre et le magistrat. Réflexions sur les sacerdoces et le droit public à la fin de la République*. In: NICOLET, C. (org.). *Des ordres à Rome*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984. p. 269].

¹⁰⁰ Sobre a autenticidade e a datação da expressão *pax deum*, cf.: SORDI, Marta. “Pax deorum” e libertà religiosa nella storia di Roma. In: SORDI, Marta (org.). *La pace nel mondo antico*. Milano: Vita e Pensiero, 1985. p. 147. As conclusões da ilustre estudiosa não são de todo divididas por Montanari; para tal, cf.: MONTANARI, Enrico. Il concetto originario di *pax* e *pax deorum*. In: CATALANO, Pierangelo; SINISCALCO, Paolo (orgs.). *Concezione della pace*. Roma: Herder, 2006. p. 56. [*VIII Seminario Internazionale di Studi Storici “Da Roma alla Terza Roma”*].

¹⁰¹ Plauto, *Poen*. 253.

¹⁰² Lucrécio, *De rer. nat.* 5.1229.

¹⁰³ Tito Lívio 3.5.14: “*His avertendis terroribus in triduum feriae indictae, per quas omnia delubra pacem deum exposcentium virorum mulierumque turba implebantur*”; T. L. 7.2.2: “*nisi quod pacis deum exposcendae causa tertio tum post conditam urbem lectisternium fuit*”.

¹⁰⁴ *Aen.* 3.369-373: “*Hic Helenus caesis primum de more iuvencis / exorat pacem divom vittasque resolvit / sacrati capitis, meque ad tua limina, Phoebe, / ipse manu multo suspensum numine ducit, / atque haec deinde canit divino ex ore sacerdos*”. Essa é ainda a única passagem de Virgílio na qual encontramos explicitamente mencionada a expressão *pax deorum*; o conteúdo, porém, é de solenidade ritual particular [cf. BAILEY, Cyril. *Religion in Virgil*. Oxford: Clarendon Press, 1935. p. 47; SINI, Francesco. *Bellum nefandum: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1991. p. 262], como já havia relevado o gramático Sérvio, [*in Verg. Aen.* 3.370], explicando que o verbo *exorare* na linguagem sacerdotal significa *impetrare* [nota de trad.: obter, no latim].





Contudo, do ponto de vista humano, o “legalismo religioso”¹⁰⁵ dos sacerdotes romanos configurava a *pax deorum* como uma soma de atos e comportamentos, aos quais a coletividade e os indivíduos deveriam ater-se necessariamente para conservar o favor dos deuses. Isso explica, entre outras coisas, a atenção precisa e minuciosa da “*annalistica*”^(x) romana, herdeira direta da atividade “historiográfica” do colégio dos pontífices¹⁰⁶, no documentar os fatos suscetíveis de turbar a *pax deorum*, as consequências negativas para a vida comunitária, os remédios rituais implementados para a expiação¹⁰⁷.

Nessa perspectiva, pode-se compreender bem por que a conservação da *pax deorum* constituía o fundamento teológico do ritual inteiro¹⁰⁸, e fosse considerada, ao mesmo tempo, o elemento basilar do sistema jurídico-religioso. Objeto, assim, do *ius* do povo (*ius publicum*), não por acaso tripartido segundo o jurista Ulpiano em “*sacra, sacerdotes, magistratus*”¹⁰⁹: “uma

¹⁰⁵ A expressão é de Voci, para o qual “Legalismo religioso è l’insieme delle regole che insegnano a mantenere la *pax deorum*” [VOCI, Pasquale. *Diritto sacro romano in età arcaica. Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 19, p. 50, 1954 (= In: VOCI, Pasquale. *Scritti di diritto romano*. Vol. I. Padova: CEDAM, 1985. p. 225)].

^(x) Nota de tradução: a “*annalistica*” é um gênero historiográfico típico da Grécia e Roma na Antiguidade, em que os autores por meio de crônicas retratavam ano por ano a história da época. Tal termo é consolidado na literatura em italiano.

¹⁰⁶ Sobre tal atividade e sua influência para a formação da tradição “*annalistica*”, cf.: FRIER, Bruce W. *Libris Annales pontificum Maximorum: the origins of the Annalistic Tradition*. Roma: American Academy in Rome, 1979 [*Papers and Monographs of the American in Rome*, XXVII].

¹⁰⁷ Cf., a título de exemplo: Tito Lívio 2.36.1; 3.5.14; 3.10.6; 4.9.3; 4.12.6; 4.21.5; 4.30.7; 5.13.4; 6.20.16; 7.2.2; 7.3.3; 7.27.1; 7.28.7; 8.6.9; 8.9.6-12; 8.25.1; 10.47.6; 21.46.1-3; 21.63.13; 22.3.11; 22.9.7; 22.36.6; 23.31.15; 23.36.10; 23.39.5; 24.10.6; 24.44.8-9; 25.7.7-9; 25.16.1; 25.17.3; 26.23.3-6; 26.45.9; 27.4.11; 27.11.1; 28.27.16; 30.2.9-13; 30.38.8. Sobre o largo elenco de prodígios presentes na obra de Tito Lívio, certamente impressos – direta ou indiretamente – nos *Annales Maximi*, cf.: DE SAINT-DENIS, E. Les énumérations de prodiges dans l’œuvre de Tite-Live. *Revue de Philologie*, v. 16, p. 126-142, 1942; PACKARD, Jane Philips. *Official notices in Livy’s fourth decade: style and treatment*. Ann Arbor: University of North Carolina, 1970. p. 125 et seq.; RAWSON, Elizabeth. Prodigy list and the use of the *Annales Maximi*. *The Classical Quarterly*, v. 21, p. 158-169, 1971; e o mais recente trabalho de B. MacBain – MACBAIN, Bruce. *Prodigy and expiation: a study in religion and politics in Republican Rome*. Bruxelles: Latomus, 1982. p. 82 et seq. [Appendix A: “*A index of prodigies*”].

¹⁰⁸ “Roman ritual, as it was later formulated in the *ius divinum* of the State-cult, recognized four means (*caerimoniae*) for securing and maintaining the *pax deorum*, the relation of kindness between gods and men” [BAYLEY, Cyril. *Phases in the religion of ancient Rome*. Berkeley: University of California Press, 1932 (reimpr. Westport, 1972). p. 76].

¹⁰⁹ D. 1.1.1.2 (Ulpianus *libro primo institutionum*): “*Publicum ius in sacris, in sacerdotibus, in magistratibus consistit*”. Contrários à autenticidade do fragmento: SCHULZ, Fritz. *I principii del diritto romano*. Trad. V. Arangio-Ruiz. Firenze: Sansoni, 1949. p. 23, n. 33; “Die merkwürdige Dreiteilung des *ius publicum: in sacris, in sacerdotibus, in magistratibus* stammt sicherlich nicht von Ulpian” (LÜBTOW, U. von. *Das römische Volk: Sein Staat und sein Recht*. Frankfurt am Main: Franz Steiner Verlag, 1955. p. 618); apresentando dúvidas: ALBANESE, Bernardo. *Premessa allo studio del diritto privato romano*. Palermo: Univ. di Palermo, 1978. p. 192, n. 295. São, todavia, favoráveis à autenticidade do texto, dentre outros: NOCERA, Guglielmo. *Ius publicum* (D. 2, 14, 38): Contributo alla ricostruzione storico-esegetica delle *regulae iuris*. Roma: Ed. Italiane, 1946. p. 152 et seq.: “Ulpiano è sulla scia della più pura tradizione romana” (p. 161); WIEACKER, Franz. *Doppelexemplare der Institutionen Florentins, Marcians und Ulpianus*. *Revue Internationale des droits de l’antiquité* (Mélanges De Visscher), v. 3(II), p. 585 et seq., 1949 (o qual sustenta que *sacra, sacerdotia* e *magistratus* é uma subdivisão de inconfundível caráter republicano). Sobre toda essa problemática, cf.: ARICÒ ANSELMO, Giuseppina. *Ius publicum – ius privatum in Ulpiano, Gaio e Cicerone*. *Annali del Seminario Giuridico dell’Univ. di Palermo*, v. 37, p. 445-773, 1983 (em particular p. 461 et seq.).





subdivisão própria da jurisprudência republicana, traçada em espontânea adesão aos documentos sacerdotais e das magistraturas”, segundo Catalano¹¹⁰.

Como acredito haver demonstrado em meu livro dedicado aos documentos sacerdotais da Roma antiga, a partição de Ulpiano (e Cícero)¹¹¹ do *ius publicum* encontra suas raízes em elaborações sacerdotais de época precedente à equiparação entre os plebeus e patrícios, ou de época imediatamente posterior; refletindo uma hierarquização bastante antiga das partes do *ius publicum*¹¹². A persistente conservação dos sacerdotes e o caráter sacerdotal da jurisprudência médio-republicana¹¹³ consentiram a essa antiga partição do *ius publicum*, a ser afirmada na jurisprudência sistemática dos séculos III e II a.C., até que fosse reproposta em função política no século I a.C. por Cícero.

6 REFLEXÕES CONCLUSIVAS SOBRE TRADIÇÃO DOCUMENTAL SACERDOTAL, DIREITO E INSTITUIÇÕES

Por fim, algumas breves reflexões sobre a tradição documental sacerdotal e sobre suas relações com as instituições e com o Direito. Gostaria de concluir, assim, expondo algumas considerações mais gerais no mérito da confiabilidade da tradição documental referível aos arquivos dos grandes colégios sacerdotais romanos¹¹⁴, especialmente para a reconstrução das instituições jurídicas e políticas de Roma.

¹¹⁰ CATALANO, Pierangelo. La divisione del potere in Roma (a proposito di Polibio e di Catone). In: *Studi in onore di Giuseppe Grosso*. Vol. VI. Torino: Giappichelli, 1974. p. 767; cf., em concordância: NICOLET, Claude. Notes complémentaires. In: POLYBE. *Histoires*. Livro VI. Paris: Les Belles Lettres, 1977. p. 149 et seq.; SCHEID, John. Le prêtre et le magistrat. Réflexions sur les sacerdoce et le droit public à la fin de la République. In: NICOLET, Claude (org.). *Des ordres à Rome*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984. p. 269 et seq.

¹¹¹ Cícero, *De leg.* 2.19 et seq.; 3.6 et seq.

¹¹² “Questa simiglianza rappresenta un fatto di notevole portata, in quanto consente di definire con precisione la matrice ideologica della concezione ciceroniana e ulpiana dello *ius publicum*. Essa trae le radici da una gerarchizzazione assai antica delle parti dello *ius publicum*, sostanzialmente antiplebea, risalente di certo alla elaborazione sacerdotale di età precedente al pareggiamento dei due ordini, o ad età immediatamente successiva: prova di ciò può trovarsi nel fatto che con l’avvento dei plebei alle magistrature, questi introdussero la consuetudine non solo di cumulare magistratura e sacerdozio, ma di anteporre gli *honores* ai *sacerdotia* (schema ancora conservato in Varrone, *De ling. Lat.* 5, 80-86), che divenne tipica dell’età medio-republicana” (SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I*. Libri e commentarii. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983. p. 213-214).

¹¹³ D’IPPOLITO, Federico. *Sulla giurisprudenza medio-republicana*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988.

¹¹⁴ Quanto ao arquivo dos pontífices, além das obras de I. A. Ambrosch citada na nota seguinte, cf. (sem pretensão de completude): LE CLERCQ, J. V. *Des journaux chez les Romains, recherches précédées d’un mémoire sur les annales des pontifes, et suivies de fragments des journaux de l’ancienne Rome*. Paris: Firmin Didot Frères, 1838. p. 127 et seq. (em espec.); LUEBBERTUS, Eduardus. *Commentationes pontificales*. Berolini: Gustavus Schade, 1859; BOUCHÉ-LECLERCQ, Auguste. *Les pontifes de l’ancienne Rome: Étude historique sur les institutions religieuses de Rome*. Paris: A. Franck, 1871 (reimpr. 1975). p. 19 et seq.; PREIBISCH, Paul. *Quaestiones de libris*





Os materiais religiosos e jurídicos dos arquivos sacerdotais¹¹⁵ (e, assim, o léxico e os conceitos elaborados pelos sacerdotes)¹¹⁶ representam as evidências mais autênticas e as primeiras reflexões sistemáticas da mais antiga jurisprudência romana¹¹⁷; documentos, portanto, de extraordinária importância para o historiador e para o jurista: não apenas porque

pontificiis. Vratislaviae: Typis Grassi, Barthii et soc., 1874; PREIBISCH, Paul. *Fragmenta librorum pontificiorum*. Tilsit: Reylander & Sohn, 1878; MARQUARDT, Joachim. *Römische Staatsverwaltung*. Vol. III: Das Sacralwesen. 2ª ed. org. por Georg Wissowa. Leipzig: Hirzel, 1855 (reimpr. New York, 1975). p. 299 et seq.; PETER, Rudolf. *Quaestionum pontificalium specimen*. Argentorati: Carolus I. Truebner, 1886; ROWOLDT, Gualtherus. *Librorum pontificiorum Romanorum de caeremoniis sacrificiorum reliquiae*. Halis Saxon: Typis Wischani et Burkhardt, 1906; ROHDE, Georg. *Die Kultsatzungen der römischen Pontifices*. Berlin: De Gruyter, 1937. p. 14 et seq. Para o arquivo dos áugures, entendo que as obras de F. A. Brause [BRAUSE, F. A. *Librorum de disciplina augurali ante Augusti mortem scriptorum reliquiae*. Lipsiae: Typis E. Polz, 1875] e P. Regell [REGELL, Paul. *De augurum publicorum libris*. Vratislaviae: Typis S. Schottlaenderi, 1878; REGELL, Paul. *Fragmenta auguralia*. Hirschberg: Wilhelm Pfund, 1882; REGELL, Paul. *Commentarii in librorum auguralium fragmenta specimen*. Hirschberg: Geisler & Ike, 1893] são por ora as mais completas. Mas se recomenda ver: LINDERSKI, J. The augural Law. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.3. Berlin-New York: De Gruyter, 1986. p. 2241 et seq.

¹¹⁵ As bases para a reconstrução crítica do material contido nos arquivos sacerdotais foram já postas, na primeira metade do séc. XIX, pela obra de I. A. Ambrosch: AMBROSCH, I. A. *Studien und Andeutungen im Gebiet des altrömischen Bodens und Cultus*. Breslau: Hirt, 1839. p. 159 et seq. (em part.); AMBROSCH, I. A. *Observationum de sacris Romanorum libris particula prima*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1840; AMBROSCH, I. A. *Über die Religionsbücher der Römer*. Bonn: Adolph Marcus, 1843; AMBROSCH, I. A. *Quaestionum pontificalium caput primum*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1848; AMBROSCH, I. A. *Quaestionum pontificalium caput alterum*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1850. Sobre as compilações sacerdotais e sobre o valor histórico-jurídico dos dados provenientes daqueles documentos, cf., dentre outros: WESTRUP, C. W. *On the Antiquarian-Historiographical Activities of the Roman Pontifical College*. København: Andr. Fred. Høst & Søn, 1929 [o mesmo tema é retomado por Westrup no quarto volume de sua obra de maior importância: WESTRUP, C. W. *Introduction to early Roman Law: Comparative sociological studies*. Vol. IV: Sources and Methods. London-Copenhagen: Einar Munksgaard/Geoffrey Cumberlege, 1950]; NORDEN, Eduard. *Aus altrömischen Priesterbüchern*. Lund-Leipzig: Gleerup, 1939; BESNIER, Robert. Les archives privées, publiques et religieuses à Rome au temps des rois. In: *Studi in memoria di Emilio Albertario*. Vol. II. Milano: Giuffrè, 1953. p. 01 et seq.; PIGHI, G. Battista. *La religione romana*. Torino: Victrix, 1967. p. 41 et seq.; por fim, SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983. p. 17 et seq.

¹¹⁶ SINI, Francesco. Documenti sacerdotali e lessico politico-religioso di Roma arcaica. In: LANA, Italo; MARINONE, Nino (org.). *Atti del Convegno sulla lessicografia politica e giuridica nel campo delle scienze dell'antichità (Torino, 28-29 aprile 1978)*. Torino: Accademia delle Scienze, 1980. p. 127 et seq.; mais em geral, cf. também: NICOLET, Claude. *Lexicographie politique et histoire romaine: problèmes de méthode et directions de recherches*. In: LANA, Italo; MARINONE, Nino (org.). *Atti del Convegno sulla lessicografia politica e giuridica nel campo delle scienze dell'antichità (Torino, 28-29 aprile 1978)*. Torino: Accademia delle Scienze, 1980. p. 19 et seq.

¹¹⁷ Nesse sentido, cf. as “*Remarques préliminaires sur la dignité et l'antiquité de la pensée romaine*” em: DUMÉZIL, George. *Idées romaines*. Paris: Gallimard, 1969. p. 09 et seq.; naquelas páginas, o ilustre estudioso francês demonstrou, de maneira bastante convincente, que “*des techniques aussi complexes que l'augurale ius et le ius civile étaient constituées dès la fin des temps royaux, avec la réglementation rigoureuse que nous leur connaissons au seuil de l'Empire*” (p. 25). Já nos estudos sobre a jurisprudência romana de Jörs, se dedicava amplo espaço à análise da “*pontificale Jurisprudenz*” e ao papel insubstituível de seus “*Ritualvorschriften*” como modelos da sucedente elaboração jurisprudencial [JÖRS, Paul. *Römische Rechtswissenschaft zur Zeit der Republik*. Vol. I: Bis auf der Catonen. Berlin: Franz Vahlen, 1888. p. 15 et seq.]. No mesmo sentido, cf. ainda: NOCERA, Guglielmo. *Iurisprudencia*: Per una storia del pensiero giuridico romano. Roma: Bulzoni, 1973. p. 11 et seq.; e, sobretudo: WIEACKER, Franz. *Altrömische Priesterjurisprudenz*. In: BENÖHR, Hans-Peter; HACKL, Karl; KNÜTEL, Rolf; WACKE, Andreas (org.). *Iuris Professio: Festgabe für Max Kaser zum 80. Geburtstag*. Wien-Graz-Köln: Böhlau, 1986. p. 347 et seq.; WIEACKER, Franz. *Römische Rechtsgeschichte: Quellenkunde, Rechtsbildung, Jurisprudenz und Rechtsliteratur*. Vol. I. München: C.H. Beck, 1988. p. 310 et seq.; por fim, brevemente, cf. também: SCHIAVONE, Aldo. *Linee di storia del pensiero giuridico romano*. Torino: Giappichelli, 1994. p. 04 et seq.





contêm os elementos basilares para individuar as características originárias e a dialética do desenvolvimento das instituições, públicas e privadas, mas, sobretudo, porque constituem o núcleo mais antigo e confiável da historiografia romana.

Há, todavia, ainda outra razão pela qual são preciosos tais materiais. Ante a constatada inadequação das modernas categorias jurídicas para compreender aquela peculiar relação entre religião e direito – que estava à base da organização “política” romana –, os documentos sacerdotais são instrumentos a serem considerados indispensáveis para um reexame complexo do “sistema jurídico-religioso” dos Romanos: a começar pela definição do “Direito Público Romano”, em chave de leitura não “estatista” [*statualista*]¹¹⁸.

Certamente não é aqui o local para desenvolvermos críticas articuladas em torno da sistemática subjacente ao *Römisches Staatsrecht* de Theodor Mommsen; críticas já formuladas de várias maneiras pela doutrina, e com muito mais autoridade. Bastará relevar – citando nosso colega Giovanni Lobrano – que, na complexa relação “assim instaurada entre ‘material’ romano e sistemática contemporânea”¹¹⁹, o buscar reconduzir a concreta realidade do *ius publicum* ao abstrato sistema do “*Staatsrecht*” produziu resultados no mínimo unilaterais, inadequados e parciais.

Na tradição documental dos colégios sacerdotais, podem ser identificadas duas linhas de tendências – complementares, em alguma medida. Por um lado, há um formalismo bastante rigoroso¹²⁰ (isto é, conservação do texto original, ou do que assim se considera) no que diz

¹¹⁸ Para uma penetrante crítica à interpretação “estatista” do sistema jurídico-religioso romano, cf.: CATALANO, Pierangelo. *Populus Romanus Quirites*. Torino: Giappichelli, 1974. p. 41 et seq. [com ampla análise (p. 52 et seq.) dos motivos das oposições nos confrontos da “*Staatslehre*” mommseniana, presentes na cultura jus-publicística italiana contemporânea]; CATALANO, Pierangelo. La divisione del potere in Roma (a proposito di Polibio e di Catone). In: *Studi in onore di Giuseppe Grosso*. Vol. VI. Torino: Giappichelli, 1974. p. 273 et seq.; e também: BLEICKEN, Jochen. *Lex publica: Gesetz und Recht in der römischen Republik*. Berlin-New York: De Gruyter, 1975. p. 16 et seq. (“*Kritik der Staatsrechtslehre von Th. Mommsen*”); e, por fim: LOBRANO, Giovanni. *Il potere dei tribuni della plebe*. Milano: Giuffrè, 1982. p. 06 et seq.

¹¹⁹ LOBRANO, Giovanni. Note su ‘diritto romano’ e ‘scienze di diritto pubblico’ nel XIX secolo. *Index*, v. 7, p. 65-82, 1977 (1979). Cf.: LOBRANO, Giovanni. *Diritto pubblico romano e costituzionalismi moderni*. Sassari: C. Delfino, 1990. p. 81 et seq.

¹²⁰ A propósito do formalismo ritual da sociedade antiga, não parece demasiado longe da verdade a justificação proposta no século passado pelo grande historiador e comparatista francês N. D. Fustel de Coulanges: “Toutes ces formules et ces pratiques avaient été léguées par les ancêtres qui en avaient éprouvé l’efficacité. Il n’y avait pas à innover. On devait se reposer sur ce que ces ancêtres avaient fait, et la suprême piété consistait à faire comme eux. Il importait assez peu que la croyance changeât: elle pouvait se modifier librement à travers les âges et prendre mille formes diverses, au gré de la réflexion des sages ou de l’imagination populaire. Mais il était de la plus grande importance que les formules ne tombassent pas en oubli et que les rites ne fussent pas modifiés” (FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984. p. 197).





respeito aos antiquíssimos *carmina*,¹²¹ recitados ainda na época imperial, avançada em sua forma linguística arcaica, mesmo que mal compreendidos ainda pelos próprios sacerdotes, como refere o autoritativo testemunho de Quintiliano¹²². Por outro lado, os sacerdotes, enquanto registravam os atos significativos de seu operar cotidiano com prática documentária constante e minuciosa, procediam na atualização [*aggiornamento*] linguística dos textos que diziam respeito às regras rituais e formas de culto, com o objetivo de as tornas o mais compreensíveis possível aos seus contemporâneos. Assim, de geração em geração, foram acumulando materiais de arquivo – pela maior parte, *decreta*¹²³ e *responsa*¹²⁴ – que, por meio de revisões e sistematizações periódicas, chegaram substancialmente íntegros aos sacerdotes-juristas e aos antiquários dos dois últimos séculos da era republicana.

¹²¹ Sobre o significado e a antiguidade do termo, cf.: ROSTAGNI, Augusto. *Storia della letteratura latina*. Vol. I. 3ª ed. Torino: UTET, 1964. p. 41. Derivam certamente dos arquivos dos sacerdotes, além do *carmen saliare* [fragmentos em: ZANDER, Carolus Magnus. *Carminis Saliaris reliquiae*. Lundae: Typis Berlingianis, 1888; MAURENBRECHER, Bertold. *Carminum Saliarum reliquiae. Jahrbücher für classische Philologie*, Suppl. 21, p. 313-352, 1894; MOREL, Willy. *Fragmenta poetarum latinorum epicorum et lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. 2ª ed. Stutgardiae: B. G. Teubneri, 1963 (1927). p. 01 et seq.] e do *carmen arvale* [sobre o qual se pode ver: NACINOVICH, Mario. *Carmen Arvale*. 2 vol. Roma: Tipografia del Senato, 1933-1934; NORDEN, Eduard. *Aus altrömischen Priesterbüchern*. Lund-Leipzig: Gleerup, 1939. p. 99 et seq.; RADKE, Gerhard. *Archaisches Latein*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981. p. 100 et seq.; PALADINO, Ida. *Fratres Arvales: Storia di un collegio sacerdotale romano*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1988. p. 195 et seq.], as solenes fórmulas jurídico-religiosas de cujas fontes se conservaram os textos: Tito Livio 1.18.6 et seq. (*inauguratio*); 1.24.3 et seq. (*foedus*); 1.32.11-13 (*indictio belli*); 1.38.2 (*deditio*); 8.9.16 (*devotio*); Macrobio, *Sat.* 3.9.7 (*evocatio*). Cf.: ZANDER, Carolus Magnus. *Versus italici antiqui*. Lundae: Möller, 1890; THULIN, Carl. *Italische sakrale Poesie und Prosa: Eine metrische Untersuchung*. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1906; APPEL, Georg. *De Romanorum praecationibus*. Gissae: Alfred Töpelmann, 1909 [*Religionsgeschichte Versuche und Vorarbeiten*, 7, 1]; PIGHI, Giovanni Battista. *La poesia religiosa romana*. Bologna: Zanichelli, 1958.

¹²² Quintiliano, *Instit. orat.* 1.6.39-41: “*Verba a vetustate repetita non solum magnos adsertores habent, sed etiam adferunt orationi maiestatem aliquam non sine delectatione: nam et auctoritatem antiquitatis habent, et, quia intermissa sunt, gratiam novitati similem parant. Sed opus est modo, ut neque crebra sint haec nec manifesta, quia nihil est odiosius adfectione; nec utique ab ultimis et iam oblitteratis repetita temporibus, qualia sunt «topper» et «antegerio» et «exanclare» et «prosapia» et Saliorum carmina vix sacerdotibus suis satis intellecta. Sed illa mutari vetat religio et consecratis utendum est*”.

¹²³ Ver, por todos: JÖRS, Paul. *Römische Rechtswissenschaft zur Zeit der Republik*. Vol. I: Bis auf der Catonen. Berlin: Franz Vahlen, 1888. p. 29 et seq.; RUGGIERO, Ettore de. v. *Decretum*. In: *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*. Vol. II.2. Roma: Pasqualucci, 1910. p. 1497 et seq.; WISSOWA, Georg. *Religion und Kultus der Römer*. 2ª ed. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1912. p. 541 et seq., 527 et seq., 551; SCHULZ, Fritz. *History of Roman Legal Science*. 2ª ed. Oxford: Clarendon, 1953. p. 15 et seq. [= SCHULZ, Fritz. *Storia della giurisprudenza romana*. Trad. G. Nocera. Firenze: Sansoni, 1968. p. 37 et seq.]. Por fim, ocupa-se dos *decreta pontificum*, no âmbito de um estudo mais amplo sobre a normativa decretal na Roma republicana: MANCUSO, Gaetano. Studi sul *decretum* nell'esperienza giuridica romana. *Annali del Seminario Giuridico dell'Università di Palermo*, v. 40, p. 63-172 (em partic. p. 78 et seq.), 1988.

¹²⁴ A distinção entre *decreta* e *responsa* sacerdotais não resulta de todo clara na doutrina. Pelo que diz respeito aos *responsa*, não é sequer certo se, e em que medida, estavam vinculados à magistratura, ao Senado ou ao privado que lhes havia requisitado; contudo, o prestígio dos sacerdotes era tal que eles raramente eram desconsiderados. Cf.: Cícero, *De harusp. resp.* 6.12: “*Quae tanta religio est qua non in nostris dubitationibus atque in maximis superstitionibus unius P. Servili ac M. Luculli responso ac verbo liberemur? De sacris publicis, de ludis maximis, de deorum penatium Vestaeque matris caerimoniis, de illo ipso sacrificio quod fit pro salute populi Romani, quod post Romam conditam huius unius casti tutoris religionum scelere violatum est quod tres pontifices statuissent, id semper populo Romano semper senatui, semper ipsis dis immortalibus satis sanctum, satis augustum, satis religiosum esse visum est*”.





Sobre a continuidade substancial da tradição documental sacerdotal, permito-me remeter aos resultados obtidos em meu *Documenti sacerdotali di Roma antica* [Documentos sacerdotais da Roma antiga]¹²⁵. As fontes atestam, de fato, ao menos quatro intervenções ordenatórias, que ocorreram com surpreendente periodicidade: a primeira é atribuída a Numa, por mais que na forma de compilação originária; a segunda, apresenta-se como obra de Anco Marcio; a terceira, datada dos primeiríssimos anos da República, é constituída pela coleção de *leges regiae* do pontífice Papirio¹²⁶; o último toma lugar imediatamente após o incêndio perpetrado pelos gauleses. Completa o quadro dos possíveis modos de transmissão dos documentos sacerdotais até a segunda metade do século II a.C. outros dois eventos, que devem ter tido reflexos relevantes sobre tais documentos: falamos aqui da *lex Ogulnia* de 300 a.C. e da composição dos *Annales Maximi*, ao redor de 130 a.C.

Parece, assim, bastante crível que os sacerdotes-juristas e os antiquários dos últimos séculos da República, ao compor suas obras, ativeram-se a documentos sacerdotais mais antigos, ou a cópias fiéis daqueles.

REFERÊNCIAS

ADRIANI, Maurilio. Tolleranza e intolleranza religiosa nella Roma antica. *Studi Romani*, v. 6, p. 507-519, 1958.

ALBANESE, Bernardo. *Premessa allo studio del diritto privato romano*. Palermo: Università di Palermo, 1978.

ALONSO-NÚÑEZ, J. M. La crisi in Sallustio. In: AA.VV. *La Rivoluzione Romana: Inchiesta tra gli antichisti*. Napoli: Jovene, 1982. p. 203-207 [*Biblioteca di Labeo*, 6].

ALVAR, J. La fórmula de la *evocatio* y su presencia en contextos desacralizadores. *Archivo Español de Arqueología*, v. 57, p. 143 et seq, 1984.

ALVAR, J. Matériaux pour l'étude de la formule *sive deus, sive dea*. *Numen*, v. 32, p. 236 et seq., 1985.

AMBROSCH, I. A. *Studien und Andeutungen im Gebiet des altrömischen Bodens und Cultus*. Breslau: Hirt, 1939.

AMBROSCH, I. A. *Observationum de sacris Romanorum libris particula prima*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1840.

¹²⁵ SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983. p. 163 et seq.

¹²⁶ Sobre essa interpretação do *ius Papirianum*, cf. ainda: NÖRR, Dieter. *Aspekte des römischen Völkerrechts: Die Bronzetafel von Alcántara*. München: A. Eckstein, 1994. p. 28, n. 5.





- AMBROSCH, I. A. *Über die Religionsbücher der Römer*. Bonn: Adolph Marcus, 1843.
- AMBROSCH, I. A. *Quaestionum pontificalium caput primum*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1848.
- AMBROSCH, I. A. *Quaestionum pontificalium caput alterum*. Vratislaviae: Typis Universitatis, 1850.
- AMPOLO, Carmine. Le origini di Roma e la «Cité antique». *Mélanges de l'École Française de Rome*. Antiquité, v. 92(2), p. 567-576, 1980.
- APPEL, Georg. *De Romanorum praecationibus*. Giessen: Alfred Töpelmann, 1909 [*Religionsgeschichte Versuche und Vorarbeiten*, 7, 1].
- ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. D'. Réponse à M. Fustel de Coulanges. In: ARBOIS DE JUBAINVILLE, H. D'. *Recherches sur l'origine de la propriété foncière, et des Noms de lieux habités en France*. Paris: E. Thorin, 1890. p. XXIII-XXXI.
- ARDLEY, G.W.R. Cotta and the theologians. *Prudentia*, v. 5(1), p. 33-50, 1973.
- ARICÒ ANSELMO, Giuseppina. *Ius publicum – ius privatum* in Ulpiano, Gaio e Cicerone. *Annali del Seminario Giuridico dell'Univ. di Palermo*, v. 37, p. 445-773, 1983.
- BACCARI, Maria Pia. Il concetto giuridico di *civitas augescens*: origine e continuità. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 61, p. 759-765, 1995 [= *Studi in memoria di Gabrio Lombardi*. Vol. II. Roma, 1996].
- BACCARI, Maria Pia. *Cittadini popoli e comunione nella legislazione dei secoli IV-VI*. Torino: Giappichelli, 1996.
- BARNES, Timothy. *Tertullian: A historical and literary study*. 2^a ed. Oxford: Oxford University Press, 1985.
- BASANOFF, Vsevolod. *Evocatio: Étude d'un rituel militaire romain*. Paris: PUF, 1947.
- BAYET, Jean. *La religione romana: Storia politica e psicologica*. Trad. Gigliola Pasquinelli. Torino: Einaudi, 1950 (reimpr. 1992).
- BAYET, Jean. *Croyances et rites dans la Rome antique*. Paris: Payot, 1971.
- BAYLEY, Cyril. *Phases in the religion of ancient Rome*. Berkeley: University of California Press, 1932 (reimpr. Westport, 1972).
- BAILEY, Cyril. *Religion in Virgil*. Oxford: Clarendon Press, 1935.
- BECK, Alexander. *Römisches Recht bei Tertullian und Cyprian: Eine Studie zur frühen Kirchenrechtsgeschichte*. Aalen: Scientia Verlag, 1967 (1930).





BECKER, Carl. *Tertullians Apologeticum: Werden und Leistung*. München: Kösel Verlag, 1954.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Vol. I: Économie, parenté, société. Paris: Les Editions de Minuit, 1969.

BENVENISTE, Émile. *Le vocabulaire des institutions indo-européennes*. Vol. II: Pouvoir, droit, religion. Paris: Les Editions de Minuit, 1969.

BERG, Beverly. Cicero's Palatine home and Clodius' shrine of Liberty: alternative emblems of the Republic in Cicero's *De domo sua*. In: DEROUX, Carl (org.). *Studies in Latin literature and Roman History, VIII*. Bruxelles: Latomus, 1997. p. 122-143. [Collection Latomus, 239].

BERGEMANN, Claudia. *Politik und Religion im spätrepublikanischen Rom*. Stuttgart: Franz Steiner, 1992 [Palingenesia, 30].

BERNARDI, Aurelio. La Roma dei re fra storia e leggenda. In: MOMIGLIANO, Arnaldo; SCHIAVONE, Aldo (orgs.). *Storia di Roma*. Vol. I: Roma in Italia. Torino: Einaudi, 1988. p. 181-202.

BERTI, Nadia. Scipione Emiliano, Caio Gracco e l'*evocatio* di Giunone da Cartagine. *Aevum*, v. 64, p. 69-75, 1990.

BESNIER, Robert. Les archives privées, publiques et religieuses à Rome au temps des rois. In: *Studi in memoria di Emilio Albertario*. Vol. II. Milano: Giuffrè, 1953.

BLEICKEN, J. Der Begriff der Freiheit in der letzten Phase der römischen Republik. *Historische Zeitschrift*, v. 195, p. 01-20, 1962.

BLEICKEN, J. *Staatliche Ordnung und Freiheit in der römischen Republik*. Kallmünz: Lassleben, 1972.

BLOCH, Raymond. Les origines étrusques des Livres Sibyllins. In: *Mélanges offerts à A. Ernout*. Paris: Klincksieck, 1940. p. 21-28.

BLOCH, Raymond. La divination romaine et les livres sibyllins. *Revue des Études Latines*, v. 40, p. 118-120, 1962.

BLOCH, Raymond. *Les prodiges dans l'antiquité classique (Grèce, Étrurie et Rome)*. Paris: PUF, 1963.

BLOCH, Raymond. L'origine des livres Sibyllins à Rome: méthode de recherche et critique du récit des annalistes anciennes. In: DIESNER, Hans-Joachim; WELSKOPF, Elisabeth C. (Eds.). *Neue Beiträge zur Geschichte der alten Welt*. Vol. II: Römisches Reich. Berlin: Akademie-Verlag, 1965. p. 281-292.

BLOCH, Raymond. Interpretatio. In: BLOCH, Raymond. *Recherches sur les religions de l'Italie antique*. Genève: Droz, 1976. p. 01-42.





BLOCH, Raymond. La religione romana. In: PUECH, Henri-Charles (org.). *Storia delle religioni*. Vol. I.2.: L'Oriente e l'Europa nell'antichità. Trad. Maria Novella Pierini. Roma-Bari: Laterza, 1976. p. 554 et seq.

BLOOMER, W. Martin. *Valerius Maximus and the Rhetoric of the new Nobility*. London: Duckworth, 1992.

BONA, Ferdinando. *Contributo allo studio della composizione del de verborum significato di Verrio Flacco*. Milano: Giuffrè, 1964.

BONA, Ferdinando. *Opusculum Festinum*. Ticini: Ed. Priv., 1982.

BONFANTE, Pietro. *Storia del diritto romano*. Edição por G. Bonfante e G. Crifò. Vol. I. 4ª ed. Milano: A. Giuffrè, 1958 (1934).

BOUCHÉ-LECLERCQ, Auguste. *Les pontifes de l'ancienne Rome: Étude historique sur les institutions religieuses de Rome*. Paris: A. Franck, 1871 (reimpr. 1975).

BOUCHÉ-LECLERCQ, Auguste. *Manuel des institutions romaines*. Paris: Hachette, 1909 (reimpr. 1931).

BOYANCÉ, Pierre. *La Religion de Virgile*. Paris: PUF, 1963.

BRAUSE, F. A. *Librorum de disciplina augurali ante Augusti mortem scriptorum reliquiae*. Lipsiae: Typis E. Polz, 1875.

BRAUN, René. *Deus Christianorum: Recherches sur le vocabulaire doctrinal de Tertullien*. Paris: Études Augustiniennes, 1962.

BREMER, Franz Peter. *Iurisprudentiae antehadrianae quae supersunt*. Lipsiae: in aedibus B.G. Teubneri, 1896.

BRETONE, Mario. *Storia del diritto romano*. Roma-Bari: Laterza, 1987.

BRINGMANN, Klaus. Weltherrschaft und innere Krise Roms im Spiegel der Geschichtsschreibung des zweiten und ersten Jahrhunderts v.Chr. *Antike und Abendland*, v. 23, p. 28-49, 1977.

BRISCOE, John. *Valeri Maximi: Facta et Dicta Memorabilia*. 2 vols. Stuttgart-Leipzig: B.G. Teubner, 1998.

BRUNO, Luigi. *Libertas plebis* in Tito Livio. *Giornale Italiano di Filologia*, v. 19, p. 107-130, 1966.

BRUNT, P.A. *Libertas* in the Republic. In: BRUNT, P.A. *The Fall of the Roman Republic and Related Essays*. Oxford/New York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1988. p. 281 et seq.

BÜCHNER, Karl. *Sallust*. 2ª ed. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1982.





- CANFORA, Luciano. *Ideologie del classicismo*. Torino: Einaudi, 1980.
- CAPDEVILLE, Gérard. Les institutions religieuses de Rome primitive selon Denys d'Halicarnasse. *Pallas*, v. 39, p. 153-172, 1993.
- CATALANO, Pierangelo. Per lo studio dello *ius divinum*. *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 33, p. 129-153, 1962.
- CATALANO, Pierangelo. *Linee del sistema sovranazionale romano*. Vol. I. Torino: Giappichelli, 1965.
- CATALANO, Pierangelo. *Tribunato e resistenza*. Torino: Paravia, 1971.
- CATALANO, Pierangelo. La divisione del potere in Roma (a proposito di Polibio e di Catone). In: *Studi in onore di Giuseppe Grosso*. Vol. VI. Torino: Giappichelli, 1974.
- CATALANO, Pierangelo. *Populus Romanus Quirites*. Torino: Giappichelli, 1974 (1970).
- CATALANO, Pierangelo. Aspetti spaziali del sistema giuridico-religioso romano. *Mundus, templum, urbs, ager, Latium, Italia*. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1978. p. 440-553.
- CATALANO, Pierangelo. Alcuni sviluppi del concetto giuridico di *imperium populi Romani*. In: *Popoli e spazio romano tra diritto e profezia*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1986. p. 649 et seq. ["Da Roma alla Terza Roma", Studi III].
- CATALANO, Pierangelo. *Diritto e persone*: Studi su origine e attualità del sistema romano. T. I. Torino: Giappichelli, 1990.
- CATALANO, Pierangelo. La religione romana "internamente": il punto di vista giuridico. *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 62, 1996.
- CATALANO, Pierangelo; SINISCALCO, Paolo. Laicità tra diritto e religione. Documento introduttivo del XIV Seminario "Da Roma alla Terza Roma". *Index*, v. 23, p. 461-470, 1995.
- CERAMI, P. *Potere ed ordinamento nell'esperienza costituzionale romana*. 3ª ed. Torino: Giappichelli, 1996.
- CHRIST, Karl. *Römische Geschichte und deutsche Geschichtswissenschaft*. München: Beck, 1982.
- CONSTANT, Benjamin. *Du polythéisme romain considéré dans ses rapports avec la philosophie grecque et la religion chrétienne*: ouvrage posthume de Benjamin Constant; précédé d'une introduction, par M. J. Matter. Tomo II. Paris: Béchét aîné, 1833.
- CONSTANT, Benjamin. De la liberté des anciens comparée à celle des modernes. In: CONSTANT, Benjamin. *Œuvres politiques*. Paris: Charpentier et Cie., 1874. p. 285 et seq.





- CONSTANT, Benjamin. *Lo spirito di conquista*. Introd. G. Calogero. Roma: Atlantica, 1945.
- CONSTANT, Benjamin. La libertà degli antichi paragonata a quella dei moderni. In: CONSTANT, Benjamin; ZANFARINO, Antonio (org.). *Antologia di scritti politici*. Bologna: Il Mulino, 1962. p. 36 et seq.
- CRIFÒ, Giuliano. Su alcuni aspetti della libertà in Roma. *Archivio Giuridico*, v. 158, p. 03-72, 1958.
- CRIFÒ, Giuliano. *Libertà e uguaglianza in Roma antica: L'emersione storica di una vicenda istituzionale*. 2ª ed. Roma: Bulzoni, 1984.
- CRIFÒ, Giuliano. A proposito di *humanitas*. In: SCHERMAIER, Martin Josef; VÉGH, Zóltan (orgs.). *Ars boni et aequi: Festschrift für Wolfgang Waldstein zum 65. Geburtstag*. Stuttgart: Steiner, 1993. p. 79 et seq.
- COMBÈS, Robert. *Valère Maxime: Faits et Dits Mémorables*. Vols. I-II (livres I-III, IV-VI). Paris: Les Belles Lettres, 1995-1997.
- CUQ, Edouard. *Manuel des institutions juridiques des romains*. 2ª ed. Paris: Libr. Plon, 1928.
- DAHLHEIM, Werner. Die Not des Staates und das Recht des Bürgers: die Verschwörung des Catilina (63/62 v. Chr.) In: DEMANDT, Alexander. *Macht und Recht: Große Prozesse in der Geschichte*. München: C. H. Beck, 1996.
- DAVID, Jean-Michel (org.). *Valeurs et mémoire à Rome: Valère Maxime ou la vertu recomposée*. Paris: De Boccard, 1998.
- DE FRANCISCI, Pietro. *Storia del diritto romano*. Vol. I. Milano: A. Giuffrè, 1943.
- DE MARTINO, Francesco. *Storia della costituzione romana*. Vol. II. 2ª ed. Napoli: Jovene, 1973 (1ª ed. 1954).
- DE MARTINO, Francesco. L'idea della pace a Roma dall'età arcaica all'impero. *Roma Comune*, anno XII, n. 45, aprile-maggio 1988, p. 86 et seq.
- DE SANCTIS, Gaetano. *Storia dei Romani*. Edição nova org. por S. Accame. Firenze: La Nuova Italia, 1979.
- DE SAINT-DENIS, E. Les énumérations de prodiges dans l'œuvre de Tite-Live. *Revue de Philologie*, v. 16, p. 126-142, 1942.
- DEL PONTE, Renato. *La religione dei Romani: La religione e il sacro in Roma antica*. Milano: Rusconi, 1992.
- DEFOURNY, Pierre. Les fondements de la religion d'après Cicéron. *Les Études Classiques*, v. 22, p. 241 et seq., 1954.
- DELLA CORTE, Francesco. Numa e le streghe. *Maia*, v. 26, p. 03-20, 1974.





D'IPPOLITO, Federico. *Sulla giurisprudenza medio-repubblicana*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1988.

DI SALVO, Lucia. Nota bibliografica. In: FRASSINETTI, Paolo; DI SALVO, Lucia (orgs.). *Opere di Caio Sallustio Crispo*. Torino: UTET, 1991. p. 29 et seq.

DRUMMOND, Andrew. *Law, politics and power: Sallust and the execution of the Catilinarian conspirators*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1995 [Historia, Einzelschriften, H. 93].

DUMÉZIL, George. *Idées romaines*. Paris: Gallimard, 1969.

DUMÉZIL, George. *La religion romaine archaïque*. 2^a ed. Paris: Payot, 1974.

DUMÉZIL, George. *La religione romana arcaica*. Trad. Furio Jesi. Milano: Rizzoli, 1977.

EARL, Donald C. *The Political Thought of Sallust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1961.

ECKERT, Günter. *Orator Christianus: Untersuchungen zur Argumentationskunst in Tertullians Apologeticum*. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1993.

FARANDA, Rino. Introduzione. In: FARANDA, Rino (org. e trad.). *Valerio Massimo: Detti e fatti memorabili*. Torino: UTET, 1971 (reimpr. 1976).

FASCIONE, Lorenzo. *Il mondo nuovo: La costituzione romana nella 'Storia di Roma arcaica' di Dionigi d'Alicarnasso*. I Parte. Napoli: Jovene, 1988.

FEICHTINGER, Barbara. *Ad maiorem gloriam Romae: Ideologie und Fiktion in der Historiographie des Livius*. *Latomus*, v. 51(1), p. 03-33, 1992.

FERNÁNDEZ-BARREIRO, Alejandro. *Los estudios de derecho romano en Francia después del código de Napoleón*. Roma-Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1970.

FERRABINO, Aldo. *Urbs in aeternum condita*. Padova: CEDAM, 1942.

FERRI, Silvio. *La Iuno Regina di Veio*. *Studi Etruschi*, v. 24, p. 106-115, 1955.

FERRINI, Contardo. Fas. *Nuovo Digesto Italiano*, V, Torino: Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1938. c. 919.

FLURL, Wolfgang. *Deditio in fidem: Untersuchungen zu Livius und Polybius*. Diss. München, 1969.

FRASSINETTI, Paolo. *Tertulliano e l'“Apologetico”*. Genova: Tilgher, 1974.

FREDOUILLE, Jean-Claude. *Tertullien et la conversion de la culture antique*. Paris: Études Augustiniennes, 1972.





FREZZA, Paolo. Le forme federative e la struttura dei rapporti internazionali nell'antico diritto romano. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 4, p. 363-428, 1938.

FREZZA, Paolo. *Corso di storia del diritto romano*. 3ª ed. Roma: Studium, 1974.

FRIER, Bruce W. *Libris Annales pontificum Maximorum: the origins of the Annalistic Tradition*. Roma: American Academy in Rome, 1979 [*Papers and Monographs of the American in Rome*, XXVII].

FUGIER, Huguette. *Recherches sur l'expression du sacré dans la langue latine*. Paris: Les Belles Lettres, 1963.

FUSINATO, Guido. *Die Feziali e del diritto feziale: Contributo alla storia del diritto pubblico esterno di Roma*. Roma: Coi Tipi del Salviucci, 1884 [*Memorie dell'Accademia dei Lincei*, ser. III, vol. 13].

FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Hachette, 1864.

FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La città antica*. Trad. G. Perrota. Firenze: Sansoni, 1972 (orig. 1924).

FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984.

FUNAIOLI, Giovanni. C. Sallustius Crispus. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, I.A.2, Stuttgart: J.B. Metzler, 1920. col. 1913 et seq.

GAGÉ, Jean. *Apollon romain: Essai sur le culte d'Apollon et le développement du «ritus Graecus» à Rome des origines à Auguste*. Paris: E. De Boccard, 1955.

GAUDEMET, Jean. Tendances et méthodes en droit romain. *Revue Philosophique*, v. 145, p. 141-179, 1955.

GAUDEMET, Jean. *Le droit romain dans la littérature chrétienne occidentale du IIIe au Ve siècle*. Milano: Giuffrè, 1978 [*Ius Romanum Medii Aevi*, pars I, 3, b].

GIOFFREDI, Carlo. Religione e diritto nella più antica esperienza romana. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 20, p. 259-304, 1954.

GIOVANNINI, Adalberto. Catilina et le problème des dettes. In: MALKIN, Irad; RUBINSOHN, Wolfgang (orgs.). *Leaders and Masses in the Roman World: Studies in Honor of Zvi Yavetz*. Leiden-New York-Köln: Brill, 1994. p. 15-32.

GIRARD, J.-L. *Interpretatio romana : Questions historiques et problèmes de méthode*. *Revue d'Histoire et de Philosophie religieuses*, v. 60-1, p. 21-27, 1980.

GIRARD, P. F. *Manuale elementare di diritto romano*. Trad. italiana por C. Longo. Roma-Milano-Napoli: Società Editrice Libreria, 1909.





GLÜCKLICH, Hans-Joachim. Gute und schlechte Triebe in Sallusts Catilinae coniuratio. *Der altsprachliche Unterricht*, v. 31(5), p. 23-41, 1988.

GRANDAZZI, Alexandre. *La fondation de Rome: Réflexion sur l'histoire*. Paris: Les Belles Lettres, 1991.

GUARINO, Antonio. *Storia del Diritto Romano*. 7ª ed. Napoli: Jovene: 1987.

GUARINO, Antonio. *L'ordinamento giuridico romano*. 5ª ed. Napoli: Jovene, 1990.

GUILLÉN, José. Dios y los dioses en Cicerón. *Helmantica*, v. 25, p. 511-565, 1974.

HAFFTER, Heinz. Rom und römische Ideologie bei Livius. *Gymnasium*, v. 71, p. 236-250, 1964.

HAFFTER, Heinz. Die römische *humanitas*. In: *Römische Wertbegriffe*. Hrsg. von H. Oppermann. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1967. p. 468 et seq.

HAFFTER, Heinz. *Römische Politik und römische Politiker*. Heidelberg: Carl Winter Universitätsverlag, 1967.

HANELL, Krister. Bemerkungen zu der politischen Terminologie des Sallustius (1945). In: KLEIN, Richard (org.). *Das Staatsdenken der Römer*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966. p. 500-513.

HARTOG, François. Préface. In: FUSTEL DE COULANGES, N. D. *La cité antique: Étude sur le culte, le droit, les institutions de la Grèce et de Rome*. Paris: Flammarion, 1984.

HEFFTER, A. G. *De antiquo iure gentium prolusio*. Bonnae: In libraria Adolphi Marci, 1823.

HEILMANN, Willibald. *Auctoritas* der Tradition und *Ratio* im Widerstreit. Zur Position des Cotta in Ciceros *De natura deorum* (3.5 und 3.51f.). *Der altsprachliche Unterricht*, v. 37(6), p. 23-30, 1994.

HELDMANN, Konrad. *Sallust über die römische Weltherrschaft: Ein Geschichtsmodell im Catilina und seine Tradition in der hellenistischen Historiographie*. Stuttgart: B.G. Teubner, 1993.

HELLEGOUARC'H, Joseph. *Le vocabulaire latin des relations et des partis politiques sous la République*. 2ª ed. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

HELM, R. Valerius Maximus. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*, VIII A, 1, Stuttgart: J.B. Metzler, 1955. col. 90 et seq.

HERESCU, N. I. Les constantes de l'*humanitas Romana*. *Rivista di Cultura Classica e Medioevale*, v. 2, p. 258 et seq., 1960.

HERESCU, N. I. *Civis humanus: ethnos et ius. Atene e Roma* v. 6, p. 65 et seq., 1961.





HEUSS, Alfred. *Die völkerrechtlichen Grundlagen der römischen Aussenpolitik in republikanischer Zeit*. Leipzig: Dieterich, 1933 [*Klio*, Beiheft 31, Neue Folge 18].

HICKSON F.V. *Roman prayer language: Livy and the Aeneid of Vergil*. Stuttgart: B.G. Teubner, 1993.

HOOKE, Edna M. The Significance of Numa's Religious Reforms. *Numen*, 10(2), p. 87-132, Aug. 1963.

HORN, Heinrich. *Foederati: Untersuchungen zur Geschichte ihrer Rechtsstellung im Zeitalter der römischen Republik und des frühen Prinzipates*. Frankfurt am Main: Voigt & Gleiber, 1930.

HUBAUX, Jean; *Rome et Véies: Recherches sur la chronologie légendaire du moyen âge romain*. Paris: Les Belles Lettres, 1958.

HUMBERT, Michel. Droit et religion dans la Rome antique. In: ANKUM, J. A. (org.). *Mélanges Felix Wubbe: offerts par ses collègues et ses amis à l'occasion de son soixante-dixième anniversaire*. Fribourg Suisse: Editions Universitaires Fribourg Suisse. p. 191-206.

HUSCHKE, Philipp-Eduard; SECKEL, Eduard; Kübler, Bernhard. *Iurisprudentiae anteiustinianae reliquias*. Vol. I. 6^a ed. Lipsiae: B.G. Teubneri, 1908.

HUVELIN, Paul. *Etudes d'histoire du droit commercial romain: ouvrage publié après la mort de l'auteur par H. Lévy-Brühl*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1929.

JHERING, Rudolph von. *Geist des römischen Rechts auf den verschiedenen Stufen seiner Entwicklung*. Vol. I. Leipzig: Breitkopf und Härtel, 1878 (1852).

JHERING, Rudolph von. *Lo spirito del diritto romano nei diversi gradi del suo sviluppo*. Trad. L. Bellavite. Milano: Pirotta, 1855.

JHERING, Rudolph von. *L'esprit du droit romain, dans les diverses phases de son développement*. Vol. I. Paris: A. Marescq, 1886 (reimpr. Bologna, 1969).

JÖRS, Paul. *Römische Rechtswissenschaft zur Zeit der Republik*. Vol. I: Bis auf der Catonen. Berlin: Franz Vahlen, 1888.

KAJANTO, Iiro. *God and fate in Livy*. Turku: Turun Yliopiston Kustantama, 1957.

KARLOWA, Otto. *Römische Rechtsgeschichte*. Leipzig: Veit & Comp, 1881.

KASER, Max. Religione e diritto in Roma arcaica. *Annali del Seminario Giuridico dell'Università di Catania*, v. 3, p. 77 et seq., 1948-49.

KLEIN, Richard. *Tertullian und das römische Reich*. Heidelberg: Carl Winter Verlag, 1968.

KLOOCKE, Kurt. *Benjamin Constant: Une biographie intellectuelle*. Genève-Paris: Droz, 1984.





KLOTZ, Alfred. *Studien zu Valerius Maximus und den Exempla*. München: Verlag der Bayerischen Akademie der Wissenschaften/C.H. Beck, 1942 [*Sitzungsberichte der Bayerischen Akademie der Wissenschaften, Philosophisch-Historische Abteilung*, Heft 5].

KOCH, C. v. Libertas. In: *Real-Encyclopädie der classischen Altertumswissenschaft*. Tomo XIII.1. Stuttgart: J.B. Metzler, 1926. col. 101.

KOESTERMANN, Erich. Das Problem der römischen Dekadenz bei Sallust und Tacitus. In: TEMPORINI, Hildegard (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. I.3. Berlin-New York: De Gruyter, 1973. p. 781-810.

KOHNS, H.P. *Libertas populi* und *libertas civium* in Ciceros Schrift *De re publica*. In: LIPPOLD, Adolf (org.). *Bonner Festgabe Johannes Straub zum 65. Geburtstag*. Bonn: Rheinland Verlag-Habelt, 1977. p. 201 et seq.

KROYMANN, Jürgen. Cicero und die römische Religion. In: MICHEL, Alain; VERDIÈRE, Raoul (orgs.). *Ciceroniana: Hommages à Kazimierz Kumaniecki*. Leiden: E. J. Brill, 1975. p. 116-128.

KUNKEL, Wolfgang. *Herkunft und soziale Stellung der römischen Juristen*. Weimar: Böhlau, 1952.

LA PENNA, Antonio. *Sallustio e la "rivoluzione" Romana*. Milano: Feltrinelli, 1968.

LANA, Italo. La libertà nel mondo antico. In: LANA, Italo. *Studi sul pensiero politico classico*. Napoli: Guida, 1972. p. 13 et seq.

LANA, Italo. *Studi sulla libertà nell'antica Roma*: Corso di letteratura latina. Torino: Giappichelli, 1991.

LATTE, Kurt. Religiöse Begriffe in frühromischen Recht. *Zeitschrift der Savigny-Stiftung für Rechtsgeschichte*, v. 67, p. 47-61, 1950.

LATTE, Kurt. *Römische Religionsgeschichte*. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1960.

LE CLERCQ, J. V. *Des journaux chez les Romains, recherches précédées d'un mémoire sur les annales des pontifes, et suivies de fragments des journaux de l'ancienne Rome*. Paris: Firmin Didot Frères, 1838.

LEVENE, D. S. *Religion in Livy*. Leide-New York-Köln: Brill, 1993.

LEVI, M.A. Il re Numa e i *penetralia pontificum*. *Rendiconti dell'Istituto Lombardo*, v. 115, p. 161-167, 1981.

LEVI, M.A. Appunti su Roma Arcaica. *La Parola del Passato*, v. 46, p. 121-134, 1991.





LÉVY-BRUHL, Henry. Esquisse d'une théorie sociologique de l'esclavage. In: LÉVY-BRUHL, Henry. *Quelques problèmes du très ancien droit romain*. Essai de solutions sociologiques. Paris: E. Domat-Montchrestien, 1834.

LIEBERG, Godo. Considerazioni sull'etimologia e sul significato di *Religio*. *Rivista di Filologia e di Istruzione Classica*, v. 102, p. 34-57, 1974.

LIEBESCHUETZ, Wolf. The Religious position of Livy's History. *The Journal of Roman Studies*, v. 57(1/2), p. 45-55, 1967.

LINDERSKI, J. The augural Law. In: HAASE, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.3. Berlin-New York: De Gruyter, 1986. p. 2146-2313.

LOBRANO, Giovanni. Note su 'diritto romano' e 'scienze di diritto pubblico' nel XIX secolo. *Index*, v. 7, p. 65-82, 1977.

LOBRANO, Giovanni. *Diritto pubblico romano e costituzionalismi moderni*. Sassari: C. Delfino, 1990.

LOMBARDI, Gabrio. *Persecuzioni, laicità, libertà religiosa: Dall'Editto di Milano alla Dignitatis Humanae*. Roma: Studium, 1991.

LUEBBERTUS, Eduardus. *Commentationes pontificales*. Berolini: Gustavus Schade, 1859.

LÜBTOW, U. von. *Das römische Volk: Sein Staat und sein Recht*. Frankfurt am Main: Franz Steiner Verlag, 1955.

MACBAIN, Bruce. *Prodigy and expiation: a study in religion and politics in Republican Rome*. Bruxelles: Latomus, 1982.

MADVIG, J. N. *Die Verfassung und Verwaltung des römischen Staates*. Vol. I. Leipzig: B. G. Teubner, 1882.

MALITZ, Jürgen. *Ambitio mala: Studien zur politischen Biographie des Sallust*. Bonn: Habelt, 1975.

MANCUSO, Gaetano. Studi sul *decretum* nell'esperienza giuridica romana. *Annali del Seminario Giuridico dell'Università di Palermo*, v. 40, p. 63-172, 1988.

MARQUARDT, Joachim. *Römische Staatsverwaltung*. Vol. III: Das Sacralwesen. Organização por Georg Wissowa. 2ª ed. Leipzig: Hirzel, 1855 (reimpr. New York, 1975).

MARQUARDT, Joachim. *Le culte chez les Romains*. Vol. I. Paris: Ed. Thorin, 1889.

MARTIN, Paul M. *L'idée de royauté à Rome: De la Rome royale au consensus républicain*. Clermont-Ferrand: Adosa, 1982.

MARTÍNEZ-PINNA, Jorge. La reforma de Numa y la formación de Roma. *Gerión*, v. 3, p. 97-124, 1985.





MASTINO, Attilio. *Orbis, kosmos, oikoumene*: aspetti spaziali dell'idea dell'impero universale da Augusto a Teodosio. In: *Popoli e spazio romano tra diritto e profezia*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1986, p. 63-162 ["Da Roma alla Terza Roma", Studi III].

MAURENBRECHER, Bertold. *Carminum Saliarum reliquiae*. *Jahrbücher für classische Philologie*, Suppl. 21, p. 313-352, 1894.

MAZZA, Mario. *Storia e ideologia in Livio*: Per un'analisi storiografica della 'praefatio' ai 'libri ab urbe condita'. Catania: Bonanno, 1966.

MAZZARINO, Santo. *Il pensiero storico classico*. Vol. II, 2. 4ª ed. Roma-Bari: Laterza, 1974.

MERTEN, Marieluise. *Fides romana bei Livius*. Diss. Frankfurt am Main, 1965.

MESLIN, Michel. *L'uomo romano*. Milano: Mondadori, 1981.

MILES, Gary. *Maiores, conditores, and Livy's Perspective on the Past*. *Transactions of the American Philological Association*, v. 118, p. 185-208, 1988.

MITTEIS, Ludwig. *Das römische Privatrecht bis auf die Zeit Diokletians*. Vol. I: Grundbegriffe und Lehre von den juristischen Personen. Leipzig: Dunckler & Humblot, 1908.

MOMIGLIANO, Arnaldo. La città antica di Fustel de Coulanges. *Rivista storica italiana*, v. 82, p. 81-98, 1970.

MOMIGLIANO, Arnaldo. *Quinto contributo alla storia degli studi classici e del mondo antico*. Roma: Edizioni di storia e letteratura, 1975.

MOMIGLIANO, Arnaldo. The disadvantages of monotheism for a universal State. *Classical Philology*, v. 81, p. 285-297, 1986.

MOMIGLIANO, Arnaldo. Appunti preliminare sul'«opposizione religiosa» all'impero romano. In: MOMIGLIANO, Arnaldo. *Saggi di storia della religione romana*. Brescia: Morcelliana, 1988. p. 154 et seq.

MOMIGLIANO, Arnaldo. La storiografia della religione nella tradizione occidentale. In: SCHIAVONE, Aldo (org.). *Storia di Roma*. Vol. IV: Caratteri e morfologie. Torino: Einaudi, 1989. p. 895-910.

MOMMSEN, Theodor. *Römische Geschichte*. Vol. I. Leipzig: Weidmann, 1854.

MOMMSEN, Theodor. Das römische Gastrecht und die römische Clientel. In: MOMMSEN, Theodor. *Römische Forschungen*. Vol. I. Berlin: Weidmann, 1864. p. 319-390.

MOMMSEN, Theodor. *Römische Staatsrecht*. Vol. III.1. 3ª ed. Leipzig: Verlag von S. Hirzel, 1887.





MOMMSEN, Theodor. *Disegno del diritto pubblico romano*. Trad. P. Bonfante. Milano: Vallardi, 1973 (reimpr. 1943).

MOMMSEN, Theodor. *Storia di Roma antica*. Introd. G. Pugliese Carratelli. Vol. I. Firenze: Sansoni, 1984.

MONTANARI, Enrico. *Religio*. In: *Enciclopedia Virgiliana*. Vol. IV. Roma: Treccani, 1988. p. 423 et seq.

MOORE, Timothy J. *Artistry and Ideology: Livy's Vocabulary of Virtue*. Frankfurt am Main: Athenäum, 1989.

MOREL, Willy. *Fragmenta poetarum latinorum epicorum et lyricorum praeter Ennium et Lucilium*. 2ª ed. Stutgardiae: B. G. Teubneri, 1963 (1927).

MUTH, Robert. Von Wesen römischer 'religio'. In: Haase, Wolfgang (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.16.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1972. p. 290-354.

NACINOVICH, Mario. *Carmen Arvale*. 2 vol. Roma: Tipografia del Senato, 1934.

NICOLET, Claude. Notes complémentaires. In: POLYBE. *Histoires*. Livre VI. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

NICOLET, Claude. *Il mestiere di cittadino nell'antica Roma*. Roma: Editori Riuniti, 1980.

NICOLET, Claude. Lexicographie politique et histoire romaine: problèmes de méthode et directions de recherches. In: LANA, Italo; MARINONE, Nino (org.). *Atti del Convegno sulla lessicografia politica e giuridica nel campo delle scienze dell'antichità (Torino, 28-29 aprile 1978)*. Torino: Accademia delle Scienze, 1980. p. 19-46.

NOCERA, Guglielmo. *Ius publicum (D. 2.14.38)*: Contributo alla ricostruzione storico-esegetica delle regulae iuris. Roma: Ed. Italiane, 1946.

NORDEN, Eduard. *Aus altrömischen Priesterbüchern*. Lund-Leipzig: Gleerup, 1939.

NÖRR, Dieter. *Aspekte des römischen Völkerrechts: Die Bronzetafel von Alcántara*. München: A. Eckstein, 1994.

OPELT, Ilona. *Die Polemik in der christlichen lateinischen Literatur von Tertullian bis Augustin*. Heidelberg: Universitätsverlag Winter, 1980.

ORESTANO, Riccardo. Dal *ius* al *fas*. Rapporto fra diritto divino e umano in Roma dall'età classica. *Bullettino dell'Istituto di Diritto Romano*, v. 46, p. 194 et seq., 1939.

ORESTANO, Riccardo. *Introduzione allo studio storico del diritto romano*. Torino: Giappichelli, 1963.

ORESTANO, Riccardo. *I fatti di normazione nell'esperienza romana arcaica*. Torino: Giappichelli, 1967.





- ORESTANO, Riccardo. *Diritto. Incontri e scontri*. Bologna: Editore Il Mulino, 1981.
- ORESTANO, R. Le nozioni di ordinamento giuridico e di esperienza giuridica nella scienza del diritto. *Rivista Trimestrale di Diritto Pubblico*, v. 4, p. 959 et seq., 1985.
- ORESTANO, R. *Introduzione allo studio del diritto romano*. Bologna: Il Mulino, 1987.
- OSENBRÜGGEN, Eduardus. *De iure belli et pacis Romanorum*. Lipsiae: Barth, 1836.
- OTTO, Walter F. *Religio und superstitio*. *Archiv für Religionswissenschaft*, v. 14, p. 406-422, 1911.
- PACKARD, Jane Philips. *Official notices in Livy's fourth decade: style and treatment*. Ann Arbor: University of North Carolina, 1970.
- PADELETTI, Guido; COGLIOLO, Pietro. *Storia del Diritto Romano: Manuale ad uso delle scuole*. 2ª ed. Firenze: Eugenio e Filippo Cammelli, 1886.
- PALADINO, Ida. *Fratres Arvales: Storia di un collegio sacerdotale romano*. Roma: L'Erma di Bretschneider, 1988.
- PALMER, Robert E. A. *Roman Religion and Roman Empire: Five Essays*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- PARKE, Herbert W. *Sibyls and Sibylline Prophecy in Classical Antiquity*. London-New York: Routledge, 1988.
- PASTORI, Mario. *Gli istituti romanistici come storia e vita del diritto*. 2ª ed. Milano: Cisalpino, 1988.
- PASTORINO, Agostino. *Religiosità romana: dalle Storie di Tito Livio*. Torino: Loescher, 1960.
- PASTORINO, Agostino. *La religione romana*. Milano: Ugo Mursia, 1973.
- PEASE, A.S. (Ed.). *M. Tulli Ciceronis De natura Deorum*. Vol. I. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968 (reimp. 1ª ed., 1955).
- PEASE, A.S. (Ed.). *M. Tulli Ciceronis De natura Deorum*. Vol. II. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1968 (reimp. 1ª ed., 1957).
- PERL, Gerhard. Sallust und die Krise der römischen Republik. *Philologus*, v. 113(1-2), p. 201-216, 1969.
- PERUZZI, Emilio. *Le origini di Roma*. Vol. I: La famiglia. Firenze: Valmartina, 1970.
- PERUZZI, Emilio. *Le origini di Roma*. Vol. II: Le lettere. Bologna: Patron Editore, 1973.
- PETER, Rudolf. *Quaestionum pontificalium specimen*. Argentorati: Carolum I. Truebner, 1886.





- PETZOLD, Karl-Ernst. Der politische Standort des Sallust. *Chiron*, v. 1, p. 219-238, 1971.
- PHILIPP, Günther. Gedanken zum Prooemium und zur Charakterisierung Catilinas in Sallusts ‚Coniuratio Catilinae‘. In: BAYER, Karl; PETERSEN, Peter; WESTPHALEN, Klaus (orgs.). *Die Antike und ihre Vermittlung*: Festschrift für Friedrich Maier. München: Oldenbourg, 1995. p. 137-142.
- PHILLIPS, E. J. Catiline's Conspiracy. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 25(4), p. 441-448, 1976.
- PICCALUGA, Giulia. *Terminus: i segni di confine nella religione romana*. Roma: Edizioni dell'Ateneo, 1974.
- PIGANIOL, André. *Le conquiste dei Romani*. Trad. F. Coarelli. Milano: Il Saggiatore, 1971.
- PIGHI, Giovanni Battista. *La poesia religiosa romana*. Bologna: Zanichelli, 1958.
- PIGHI, Giovanni Battista. *La religione romana*. Torino: Victrix, 1967.
- PÖSCHL, Viktor. *Sallust*. 2ª ed. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.
- POUCET, Jacques. *Les origines de Rome: Tradition et histoire*. Bruxelles: Presses des Facultés universitaires Saint-Louis, 1985.
- PREIBISCH, Paul. *Quaestiones de libris pontificiis*. Vratislaviae: Typis Grassi, Barthii et soc., 1874.
- PREIBISCH, Paul. *Fragmenta librorum pontificiorum*. Tilsit: Reyländer & Sohn, 1878.
- PUGLIESE, Giovanni. L'autonomia del diritto rispetto agli altri fenomeni e valori sociali nella giurisprudenza romana. In: *La storia del diritto nel quadro delle scienze storiche. Atti del primo Congresso Internazionale della Società Italiana di Storia del diritto*. Firenze: Olschki, 1966.
- RADKE, Gerhard. *Archaisches Latein*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1981.
- RADKE, Gerhard. *Zur Entwicklung der Gottesvorstellung und der Gottesverehrung in Rom*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1987.
- RAMBAUX, Claude. *Tertullien face aux morales des trois premiers siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 1979.
- RAWSON, Elizabeth. Prodigy list and the use of the Annales Maximi. *The Classical Quarterly*, v. 21, p. 158-169, 1971.
- REGELL, Paul. *De augurum publicorum libris*. Vratislaviae: Typis S. Schottlaenderi, 1878.
- REGELL, Paul. *Fragmenta auguralia*. Hirschberg: Wilhelm Pfund, 1882.





REGELL, Paul. *Commentarii in librorum auguralium fragmenta specimen*. Hirschberg: Geisler & Ike, 1893.

RIBEZZO, Francesco. Numa Pompilio e la riforma etrusca della religione primitiva di Roma. *Rendiconti dell'Accademia dei Lincei*, ser. VIII, vol. 5, p. 553 et seq., 1950.

ROHDE, Georg. *Die Kultsatzungen der römischen Pontifices*. Berlin: De Gruyter, 1937.

RÖMER, Franz. Zum Aufbau der Exemplasammlung des Valerius Maximus. *Wiener Studien*, 103, p. 99-107, 1990.

ROSSI, R. F. v. Libertas Dea. In: *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*. Tomo IV. Roma: L. Pasqualucci, 1957. p. 903.

ROSTAGNI, Augusto. *Storia della letteratura latina*. 3ª ed. Torino: UTET, 1964.

ROWOLDT, Gualtherus. *Librorum pontificiorum Romanorum de caeremoniis sacrificiorum reliquiae*. Halis Saxon: Typis Wischani et Burkhardti, 1906.

RUGGIERO, Ettore de. Decretum. In: *Dizionario Epigrafico di Antichità Romane*. Vol. II.2. Roma: L. Pasqualucci, 1910. p. 1497 et seq.

SACHOT, Maurice. *Religio/superstitio*. Histoire d'une subversion et d'un retournement. *Revue de l'histoire des religions*, v. 208(4), p. 355-394, 1991.

SCHEID, John. Le prêtre et le magistrat. Réflexions sur les sacerdoces et le droit public à la fin de la République. In: NICOLET, Claude (org.). *Des ordres à Rome*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1984. p. 243-280.

SCHERMAIER, Martin Josef; VÉGH, Zóltan (orgs.). *Ars boni et aequi*: Festschrift für Wolfgang Waldstein zum 65. Geburtstag. Stuttgart: Steiner, 1993.

SCHIAVONE, Aldo. *Linee di storia del pensiero giuridico romano*. Torino: Giappichelli, 1994.

SCHILLING, Robert. L'originalité du vocabulaire religieux latin. In: SCHILLING, Robert. *Rites, cultes, dieux de Rome*. Paris: Klincksieck, 1979. p. 30 et seq.

SCHOTTLAENDER, R. Der Beitrag der ciceronischen Rhetorik zur Entwicklung der Humanitätsidee. *Antike und Abendland*, v. 22, p. 54 et seq., 1976.

SCHULZ, Fritz. *Prinzipien des römischen Rechts*. München: Duncker & Humblot, 1934.

SCHULZ, Fritz. *I principii del diritto romano*. Trad. V. Arangio-Ruiz. Firenze: Sansoni, 1949.

SCHULZ, Fritz. *History of Roman Legal Science*. 2ª ed. Oxford: Clarendon, 1953.

SCHULZ, Fritz. *Storia della giurisprudenza romana*. Trad. G. Nocera. Firenze: Sansoni, 1968.





SCHUR, Werner. *Sallust als Historiker*. Stuttgart: Kohlhammer, 1934.

SCHÜTRUMPF, E. Die Depravierung Roms nach den Erfolgen des Imperiums bei Sallust, *Bellum Catilinae* Kap. 10 – philosophische Reminiszenzen. In: KNEISSL, Peter; LOSEMAN, Volker (orgs.). *Imperium Romanum: Studien zu Geschichte und Rezeption*. Stuttgart: Steiner, 1998. p. 674-689.

SIDER, Robert D. *Ancient Rhetoric and the Art of Tertullian*. Oxford: Oxford University Press, 1971.

SINI, Francesco. Documenti sacerdotali e lessico politico-religioso di Roma arcaica. In: LANA, Italo; MARINONE, Nino (org.). *Atti del Convegno sulla lessicografia politica e giuridica nel campo delle scienze dell'antichità (Torino, 28-29 aprile 1978)*. Torino: Accademia delle Scienze, 1980. p. 127-148.

SINI, Francesco. *Documenti sacerdotali di Roma antica, I. Libri e commentarii*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1983.

SINI, Francesco. *Bellum nefandum: Virgilio e il problema del “diritto internazionale antico”*. Sassari: Libreria Dessì Editrice, 1991.

SINI, Francesco. *Populus et religio dans la Rome républicaine. Archivio Storico e Giuridico Sardo di Sassari*, v. 2, p. 60-85, 1995.

SINI, Francesco. Dai *peregrini sacra* alle *pravae et externae religiones* dei baccanali: alcune riflessioni su ‘alieni’ e sistema giuridico-religioso romano. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 60, p. 49-73, 1994 [= *Studi in memoria di Gabrio Lombardi*, I, Roma 1996].

SKIDMORE, Clive. *Practical Ethics for Roman Gentlemen: The Work of Valerius Maximus*. Exeter: University of Exeter Press, 1996.

SOLMSEN, Friedrich. Cicero on Religio and Superstitio. *The Classical Weekly*, v. 37(14), p. 159-160, 14 Feb. 1944.

SORDI, Marta. “Pax deorum” e libertà religiosa nella storia di roma. In: SORDI, Marta (Org.). *La pace nel mondo antico*. Milano: Vita e Pensiero, 1985. p. 146-154.

SPAGNUOLO VIGORITA, Tullio. Francesco De Martino. Il fascino della storia. In: *Au-delà des frontières. Mélanges de droit romain offerts à Witold Wołodkiewicz*. Vol. II. Varsovie: Liber, 2000. p. 967-977.

STARK, Rudolf. Ciceros Staatsdefinition (1954). In: KLEIN, Richard (org.). *Das Staatsdenken der Römer*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1966. p. 332-345.

STÜBLER, Gerhard. *Die religiosität des Livius*. Stuttgart: Kohlhammer, 1941.

STIRNIMANN, Joseph Kaspar. *Die praescriptio Tertullians im Lichte des römischen Rechts und der Theologie*. Freiburg in der Schweiz: Paulusverlag, 1949.





SUERBAUM, Werner. Hundert Jahre Vergil-Forschung: Eine systematische Arbeitsbibliographie mit besonderer Berücksichtigung der Aeneis. In: HAASE, Wolfgang (Org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. II.31.1. Berlin-New York: De Gruyter, 1980.

SWEENEY, R. D. *Sacra* in the Philosophic Works of Cicero. *Orpheus*, v. 12, p. 99-131, 1965.

SYME, Ronald. *Sallust*. Berkeley: University of California Press, 1964.

SYME, Ronald. *Sallustio*. Trad. S. Galli. Brescia: Paideia, 1968.

TALAMANCA, Mario. *Lineamenti di storia del diritto romano*. Milano: Giuffrè, 1989.

TALAMANCA, Mario. *Istituzioni di diritto romano*. Milano: Giuffrè, 1990.

TÄUBLER, Eugen. *Imperium Romanum*: Studien zur Entwicklungsgeschichte des römischen Reiches. Vol. I: Die Staatsverträge und Vertragsverhältnisse. Berlin-Leipzig: Teubner, 1913 (reimpr. Roma, 1964).

TERNES, Charles Marie. *Tantae molis erat...* De la ‘nécessité’ de fonder Rome, vue par quelques écrivains romains du – 1er siècle. In: TERNES, Charles-Marie. *Condere Urbem*: Actes des 2èmes ‘Rencontres Scientifiques de Luxembourg’ (janvier 1991). Luxembourg: Publications du Centre Universitaire de Luxembourg, 1998. p. 04-25.

THULIN, Carl. *Italische sakrale Poesie und Prosa*: Eine metrische Untersuchung. Berlin: Weidmannsche Buchhandlung, 1906.

TROIANI, Lucio. La religione e Cicerone. *Rivista storica italiana*, v. 96, p. 920-952, 1984.

TURCAN, Robert. *Rome éternelle et les conceptions gréco-romaines de l'éternité*. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1983 [“Da Roma alla Terza Roma”, Studi I].

TURCAN, Robert. *Religion romaine*. Vol 2: Le culte. Leiden-New York-København-Köln: E. J. Brill, 1988.

TURCAN, Robert. Lois romaines, dieux étrangers et ‘religion d’état’. In: BACCARI, M. P. (Org.). *Diritto e religione da Roma a Costantinopoli a Mosca* [“Da Roma alla Terza Roma”, Rendiconti dell’XI Seminario]. Roma: Herder Editrice, 1994. p. 23-36.

VAN DEN BRUWAENE, Martin. *La théologie de Cicéron*. Louvain: Bureaux du Recueil, Bibliothèque de l’Université, 1937.

VAN DEN BRUWAENE, Martin. *Cicéron, De Natura deorum, Livre premier*. Bruxelles: Latomus, 1970.

VAN DOREN, M. *Peregrina sacra*. Offizielle Kultübertragungen im alten Rom. *Historia*: Zeitschrift für Alte Geschichte, v. 3, p. 488-497, 1955.





VENTURINI, Carlo. “*Luxus*” e “*avaritia*” nell’opera di Sallustio (Osservazioni e problemi). *Athenaeum*, v. 57, p. 277-292, 1979.

VEYNE, Paul. *Humanitas: romani e no*. In: GIARDINA, Andrea (Org.). *L’uomo romano*. Roma-Bari: Laterza, 1989. p. 379-440.

VITTON, Paolo. *I concetti giuridici nelle opere di Tertulliano*. Roma: L’Erma di Bretschneider, 1924.

VOCI, Pasquale. Diritto sacro romano in età arcaica. *Studia et Documenta Historiae et Iuris*, v. 19, p. 49 et seq., 1954.

VOCI, Pasquale. *Scritti di diritto romano*. Vol. I. Padova: CEDAM, 1985.

VOGT, Joseph. *Römischer Glaube und römisches Weltreich*. Padova: CEDAM, 1943.

VOIGT, Moritz. *Die Lehre von ius naturale, aequum et bonum und ius gentium der Römer*. Vol. II. Leipzig: Scientia Verlag, 1858.

VRETSKA, Karl. *C Sallustius Crispus. De Catilinae Coniuratione*. Heidelberg: C. Winter Verlag, 1976.

WAGENVOORT, Hendrik. Wesenszüge altrömischer Religion. In: TEMPORINI, Hildegard (org.). *Aufstieg und Niedergang der römischen Welt*. Vol. I.2. Berlin-New York: De Gruyter, 1972. p. 348-377.

WAGENVOORT, Hendrik. *Pietas: Selected Studies in Roman Religion*. Leiden: Brill, 1980.

WALTZING, J. P. (org.). *Tertullien: Apologétique*. Liège-Paris: Vaillant-Carmanne-Honoré Champion, 1919.

WARDLE, D. (org. e trad.). *Valerius Maximus: Memorable deeds and sayings*. Book 1. Oxford: Oxford University Press, 1998.

WARNKE, Camilla. Antike Religion und antike Gesellschaft: wissenschaftshistorische Bemerkungen zu Fustel de Coulanges «Cité antique». *Klio*, v. 68, p. 287-304, 1986.

WESTRUP, C. W. *On the Antiquarian-Historiographical Activities of the Roman Pontifical College*. København: Andr. Fred. Høst & Søn, 1929.

WESTRUP, C. W. *Introduction to early Roman Law: Comparative sociological studies*. Vol. IV: Sources and Methods. London-Copenhagen: Einar Munksgaard/Geoffrey Cumberlege, 1950.

WIEACKER, Franz. Doppellexemplare der Institutionen Florentins, Marcians und Ulpian. *Revue internationale des droits de l’antiquité*, v. 3(II), p. 577-607, 1949.

WIEACKER, Franz. *Privatrechtsgeschichte der Neuzeit unter besonderer Berücksichtigung der deutschen Entwicklung*. Vol. II. 2^a ed. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1967.





WIEACKER, Franz. *Storia del diritto privato moderno*. Vol. II. Milano: Giuffrè, 1980.

WIEACKER, Franz. Altrömische Priesterjurisprudenz. In: BENÖHR, Hans-Peter; HACKL, Karl; KNÜTEL, Rolf; WACKE, Andreas (org.). *Iuris Professio*: Festgabe für Max Kaser zum 80. Geburtstag. Wien-Graz-Köln: Böhlau, 1986. p. 347 et seq.

WIEACKER, Franz. *Römische Rechtsgeschichte*: Quellenkunde, Rechtsbildung, Jurisprudenz und Rechtsliteratur. Vol. I. München: C.H. Beck, 1988.

WILKINS, Ann Thomas. *Villain Or Hero*: Sallust's Portrayal of Catiline. New York: P. Lang, 1994.

WIMMEL, Walter. Die Zeitlichen Vorwegnahmen in Sallusts ‚Catilina‘. *Hermes*, v. 95(2), p. 192-221, 1967.

WIRSZUBSKI, Chaim. *Libertas*: Il concetto politico di libertà a Roma tra Repubblica e Impero. Appendice di A. Momigliano. Bari: Laterza, 1957.

WISSOWA, Georg. *Religion und Kultus der Römer*. 2ª ed. München: C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1912.

WOLFF, Hartmut. Bemerkungen zu Sallusts Deutung der Krise der Republik. In: DIETZ, Karlheinz; HENNIG, Dieter; KALETSCH, Hans (orgs.). *Klassisches Altertum, Spätantike und frühes Christentum*: Adolf Lippold zum 65. Geburtstag gewidmet. Würzburg: Seminars für Alte Geschichte, 1993. p. 163-173.

YAVETZ, Zvi. The Failure of Catiline's Conspiracy. *Historia: Zeitschrift für Alte Geschichte*, v. 12(4), p. 485-499, Oct. 1963.

ZANDER, Carolus Magnus. *Carminis Saliaris reliquiae*. Lundae: Typis Berlingianis, 1888.

ZANDER, Carolus Magnus. *Versus italici antiqui*. Lundae: Möller, 1890.

ZANFARINO, Antonio. *La libertà dei moderni nel costituzionalismo di Benjamin Constant*. Milano: Giuffrè, 1961.

REFERÊNCIAS EM NOTAS DE TRADUÇÃO

CICERO, Marcus Tullius. *Œuvres complètes de Cicéron*. vol. 3. Trad. Charles Nisard. Paris: Firmin Didot Frères et Fils, 1859.

CICERO, Marcus Tullius. *The Orations of Marcus Tullius Cicero, literally translated by C. D. Yonge, B. A.* vol. 3. London: George Bell & Sons, York Street, Covent Garden, 1891.

MACROBIO. *Saturnales*. Edición de Juan Francisco Mesa Sanz. Madrid: Ediciones Akal, 2009.





TITO LÍVIO. *História de Roma: Ab Urbe Condita Libri*. vol. I. Introdução, tradução e notas de Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Editora Paumape, 1989.

TITO LIVIO. *Historia de Roma desde su fundación: Libros XLI-XLV*. Traducción de José Antonio Villar Vidal. Madrid: Editorial Gredos, 2008. [Biblioteca Clásica Gredos, 192].

VENDEMIATTI, Leandro Abel. *'Sobre a natureza dos deuses' de Cícero*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 2003.

DADOS DA PUBLICAÇÃO

Categoria: artigo de autor convidado.

Recebido em: 20/02/2025.

Aceito em: 11/03/2025.



